



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1811/15	DATA: 23/09/2015	
LOCAL: Plenário 12	INÍCIO: 10h39min	TÉRMINO: 12h05min	PÁGINAS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião. De acordo com as normas estabelecidas nesta Comissão, começa agora a contagem de prazo de 15 minutos para a apresentação de requerimentos de procedimento, às 10h39min.

Dispensando as leituras das atas das Reuniões n^{os} 36 e 37, realizadas nos dias 15 e 16 de setembro, por terem sido distribuídas.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Comunico que foi recebido o seguinte expediente: acordo de apoio.

Os Líderes do Solidariedade e do Democratas comunicam a celebração de acordo de apoio, por meio do qual *“emprestarão prévio e automático apoio a todo e qualquer pedido de verificação de votação, em Plenário e/ou Comissões, formalizado por quaisquer de seus Líderes ou Vice-Líderes.”*

O documento encontra-se na Secretaria de Comissão à disposição dos interessados. Já foi dado conhecimento ao Plenário da Câmara pelo Presidente Eduardo Cunha desse mesmo documento.

Deputada Geovania de Sá, eu peço que assuma a Presidência, porque o primeiro item da pauta é um requerimento do Deputado Arthur Oliveira Maia, que eu subscrevi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Item 1. Requerimento n^o 79, de 2015, dos Srs. Arthur Oliveira Maia e Benjamin Maranhão, que *“requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir as demissões em massa e os atrasos no repasse salarial dos funcionários das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), lote 5, compreendido entre os Municípios de Guanambi e Caetité, no Estado da Bahia”.*

Com a palavra, então, o autor do requerimento, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sra. Presidente, demais Deputados, eu apenas subscrevi o requerimento do Líder do Solidariedade,



Deputado Arthur Oliveira Maia, que trata de um problema também levantado pelo Deputado Bebeto, membro desta Comissão, que é a paralisação das obras na Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no Estado da Bahia.

É importante a realização desta audiência pública, como de outras ações que a Comissão tem feito em relação a obras paralisadas que venham a causar desemprego. É esse o teor do requerimento.

Peço o apoio de todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O item 2 da pauta é de autoria do Deputado Cabo Sabino, que não se encontra.

O item 3, Deputada Geovania de Sá, também é de minha autoria. Peço que assumo a Presidência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Item 3. Requerimento nº 81, de 2015, do Sr. Benjamin Maranhão, que "*requer a realização de audiência pública para discutir o tema 'A Greve dos funcionários do INSS'*".

Concedo a palavra, então, ao autor do requerimento, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Como todos os Parlamentares têm conhecimento, a greve do INSS tem se arrastado e causado prejuízos gigantescos para os trabalhadores brasileiros que precisam ter acesso aos benefícios da previdência, como seguro-desemprego, auxílio-doença, aposentadoria e tantos outros que são requeridos nos postos de atendimento do INSS.

O que nós queremos com esse requerimento é convidar o Presidente do INSS, o Ministro do Planejamento ou alguém que possa representá-lo e logicamente os representantes da categoria dos servidores do INSS, dos servidores da Previdência Social. Esse é o teor do requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Há requerimento de inversão de pauta sobre a mesa referente aos itens 7, 80, 13, 60, 26, 27, 12, 63, 66, 8, 28, 46, 37, 11, 51, 49, 81, 59, 82 e 32.

Consulto o Plenário sobre a votação em bloco das inversões. Qualquer questão relativa a pedidos de retirada de pauta será feita na hora da leitura do requerimento.

Em votação as inversões.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Existe um pedido da Liderança do Governo, através do Deputado Luiz Carlos Busato, para a retirada dos seguintes itens, para que a pauta caminhe.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Não vai ser na hora, Sr. Presidente? V.Exa. não anunciou que vai ser na hora do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Busato, a questão que está colocada pelo Deputado Ademir Camilo são os requerimentos subsequentes de retirada de pauta, porque praticamente metade da pauta está presente nesses itens.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Isso. Eu conversei, Sr. Presidente, com os Deputados na reunião que fizemos anteriormente. E aqueles itens cuja retirada os Deputados não concordavam, eu retirei da lista. Ficaram aqui só os de consenso. Então, para acelerar o trabalho e para um melhor encaminhamento, estou lhe colocando uma relação. Eu acho que seria proveitoso se nós já decidíssemos em bloco, porque aí nós não perderíamos tempo, não é.

Se V.Exa. não concorda e se os colegas também não concordam, não há problema, nós podemos ir um a um. Mas acho que assim economizamos tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A princípio, não estou vendo nenhuma inversão.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, eu queria falar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O problema é que há mais uma quantidade grande de pedidos do Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Esses não têm nada a ver com a Liderança de Governo. Esses aí são pedidos de Deputados.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, V.Exa. poderia ler de novo o pedido de inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não. São os itens: 7, 80, 13, 60, 26, 27, 12, 63, 66, 8, 28, 46, 35, 11, 51, 49, 81, 59, 82 e 32.

Consulto o Plenário se podemos votar em bloco essas inversões.

Em votação.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as inversões.

Eu vou retirar logo de pauta, Deputado, os itens 5, 6...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu sugeriria que V.Exa. lesse. Se alguém não concordar, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - ... item 10.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. está mais moço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. está mais remoçado. Vamos fazer uma boa reunião hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Acredito. Eu estou muito é cansado, Deputada Erika. Faz dois dias que eu não durmo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deixe-me lhe dizer. V.Exa. está lendo o quê, exatamente, os itens que serão retirados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Isso.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu queria fazer uma proposta ao Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não.



O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Deputado Luiz Carlos Busato, alguns desses itens já foram retirados. Nessa reunião, nós teríamos a discussão e a votação. O acordo que proponho a V.Exa. é que, já na próxima reunião ou daqui a 15 dias — teremos essa tolerância —, possamos votar, porque, por causa dessas sugestões, principalmente do Governo, retira-se um item de pauta, mas essa sugestão nunca chega aqui.

V.Exa., eu tenho certeza, cumprirá com o seu dever de ofício. De todos esses itens que serão retirados V.Exa. pessoalmente vai cuidar, junto ao Governo, para melhorar, para derrotar. Mas efetivamente vamos votá-los nesta Comissão.

Essa é a proposta que lhe faço.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente, eu concordo plenamente com a sugestão do Deputado Ademir Camilo. E eu até faria a seguinte proposição. Nós vamos retirar de ofício esses itens sobre os quais nós conversamos. O Governo vai ter que me dar uma posição: sim ou não e por que não. Na próxima, nós colocamos em votação. Ou seja, não vamos repetir os itens de retirada a cada sessão, a não ser os novos que surjam daqui para frente.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Está feito o acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Feito o acordo, continuamos com as retiradas dos itens 5, 6, 9, 10. O item 14 eu vou retirar pela última vez de ofício, Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O.k.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Itens 5, 6, 9, 10, 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Itens 15, 16, 17.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o item 17 já foi retirado de pauta algumas vezes, não é?

(Não identificado) - Nós fizemos o acordo de que será a última vez. O Deputado Luiz Carlos Busato vai tomar conta disso.

(Não identificado) - Na próxima semana, nós votamos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Que o item seja votado mesmo que seja para ser derrotado. Não pode o relatório ficar *ad eternum* pronto. Nós temos um problema, temos 370 projetos para a pauta. Não pode isso.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Na próxima semana, os Deputados vão votar "sim" ou "não", pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Itens 17, 19, 21.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu recebi um telefonema do Deputado Cabo Sabino pedindo para aprovar esse requerimento. Já passou, mas eu recebi o telefonema agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Subscreva o requerimento, Deputada, que eu coloco em votação depois.

Itens 21, 22, 23, 26, 28 — até o projeto que o Deputado Vicentinho está relatando o Governo é contra votar, impressionante —, 40, 41, 42... É a pauta todinha!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

Retirados de pauta de ofício.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, o item 66 é de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, que me pediu que solicitasse a V.Exa. a retirada. Parece que ele está com problema de coluna e com afastamento médico. É um projeto em que ele tem interesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sem problema. Retiro de pauta o item 66.

As inversões já foram votadas. Vamos ao primeiro item da pauta, que é o item 7.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Nós temos quórum qualificado e se encontra sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vamos votar o item 7 primeiro. Depois eu volto ao seu requerimento de inclusão.

Passo a palavra à Deputada Geovania de Sá.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Item 7. Projeto de Lei nº 2.646, de 2015, do Supremo Tribunal Federal, que *"dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências"*.

Passo a palavra, então, ao Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sra. Presidenta, sobre o item 7, nós temos um pedido de retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Está sobre a mesa? Se houver requerimento sobre a mesa...

Vou adiantar o voto do Relator.

Consoante as disposições regimentais, cabe a esta Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apreciar a proposição em questão.

Quanto ao mérito, o valor proposto no projeto de lei em análise R\$ 39.296,38, equivale a um aumento de 16,38% sobre o subsídio atual do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que é de R\$ 33.763,00.

Na justificativa apresentada consta discriminação bastante detalhada do cálculo que levou a esse percentual de 16,38%. Para chegar nesse valor, em síntese, o Pretório Excelso utilizou a diferença entre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, considerado o indicador oficial da inflação brasileira, e os reajustes do subsídio concedidos nos anos de 2009 a 2014, bem como a estimativa do Banco Central para o índice inflacionário em 2015.

Diante dos números fornecidos, torna-se evidente a necessidade do aumento ora proposto para recompor a defasagem entre os reajustes anteriores e a inflação efetivamente apurada no período, prestigiando toda a magistratura nacional, carreira de fundamental importância para a estabilidade das instituições e a manutenção da ordem legal vigente.

Ressalte-se que o fortalecimento da magistratura constitui fator da mais alta relevância para que alcancemos uma prestação jurisdicional célere e eficiente, sobretudo, em razão das diversas varas federais e trabalhistas que estão sendo criadas por todo o Brasil. Em face do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 2.646, de 2015.

Eis o relatório.



Eu estive tratando várias vezes deste assunto. Ontem mesmo eu convidei os Parlamentares da Comissão para uma reunião com os representantes do Supremo Tribunal Federal e do Ministério do Planejamento, na Sala das Comissões, infelizmente, nós não tivemos uma grande presença dos Deputados, porque estavam em meio àquelas discussões todas em relação aos vetos, mas eu já estive várias vezes tratando deste assunto com os representantes da magistratura, do Supremo Tribunal Federal. Ouvi, pessoalmente, do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal que isso foi um acordo com a Presidente da República e com o Ministério do Planejamento e Orçamento.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sra. Presidente, queria fazer um acordo com o Líder do Governo, Deputado Busato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputado Busato, o Deputado Ademir está chamando.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Deputado Busato, queríamos promover um acordo. A nossa Comissão é uma Comissão de mérito. O próximo projeto é o da Procuradoria-Geral da República, temos outros 2 que estão no anexo V, o Deputado Laercio é o Relator, a nossa Comissão, obviamente, é de mérito e não de adequação financeira, temos que votar esses 4 projetos que efetivamente têm causado aqui nesta Comissão problemas, temos que dar celeridade à votação, para que possamos votar e encaminhar à Comissão fim, que é a Comissão de Finanças e Tributação. Esse é o acordo que queremos promover. Se houver qualquer tipo de pedido de retirada, votemos contra a retirada para que os projetos possam fluir.

Há aqui 370 projetos para serem votados nesta Comissão. Isso quer dizer o quê? Neste ano não vamos cumprir com o nosso dever de ofício.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Além do mais, Deputado Ademir, há uma questão fundamental, a nossa Comissão é de mérito. Não podemos dizer que não é meritório melhorar a condição de trabalho dos membros da magistratura do Brasil.

Então, nós temos que apreciar isso.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu só quero falar porque o Deputado Camilo citou o meu nome, mas eu não pedi a retirada desse projeto. Esse aí é o PT que está pedindo.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Não chegou nenhum pedido de retirada, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Há um pedido. O Deputado Leonardo disse que tem.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Chegou, sim. Há pedido de retirada, Sr. Presidente. Esse item 7, que estamos votando, eu retiro, eu retiro. Agora, quanto ao item 27 não tem acordo, não, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Há um requerimento sobre a mesa do Deputado Nelson Marchezan, mas, na verdade, se encontra prejudicado.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sra. Presidente, eu queria propor o encerramento da discussão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Vamos para a discussão.

Em discussão o projeto.

Tem a palavra o Deputado Nelson, depois, será a Deputada Gorete. Vamos dar continuidade.

Tem a palavra o Deputado Nelson Marchezan.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputada Geovania, eu estou concorrendo com a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Há muito barulho no plenário.

Gostaria de pedir silêncio a todos os participantes, porque estamos com dificuldade de ouvir os Deputados que aqui querem discutir o projeto.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputada Geovania, acho que nós estamos aqui na contramão de todos os noticiários e da realidade brasileira. Nós estamos aqui sugerindo na Comissão de Trabalho, que é importante para a situação do trabalho brasileiro, que nós devemos, eu não tenho o cálculo



aqui, me parece dar um aumento de 30% na remuneração de quem tem a remuneração que é o teto do serviço público brasileiro. Nós estamos querendo aumentar o teto da remuneração do servidor público brasileiro.

Saiu um estudo há 15 dias que o Judiciário brasileiro é o Judiciário mais caro do mundo. Nós estamos com as empresas demitindo pessoas, nós estamos com as empresas negociando para dar férias coletivas antes de demitir, nós estamos com a criminalidade aumentando por estado de necessidade dos brasileiros, nós estamos com a Presidente, que fora tantos outros problemas, mas esse é um problema de todos, com uma crise nas finanças públicas brasileiras e nas finanças públicas estaduais. E nós vamos aqui aprovar, Presidente, um aumento para quem ganha mais do que todos os outros servidores públicos brasileiros?

Desculpe-me, mas é muita cara de pau desta Câmara fazer isso, com todo perdão, eu entendo as motivações de V.Exa. e de outros Parlamentares, são todas legítimas, mas absolutamente inadequadas neste momento.

Não há nenhum juiz brasileiro, nenhum juiz brasileiro que ganhe R\$ 33.000,00, por mês, todos ganham mais, porque todos têm 2 meses de férias e ganham adicional de férias nesses 2 meses. Eles podem ainda, porque eles inventaram, vender as suas férias, eles têm ainda o recesso. Então, eles têm o recesso e os 2 meses de férias, que eles podem vender. Eles ganham R\$ 4.300,00 de auxílio-moradia há 30 anos morando no mesmo lugar, e as esposas, que são juízas ou promotoras, ganham mais R\$ 4.300,00, e moram juntos. Todos eles inventam alguma indenização, seja da URV, seja do auxílio-moradia retroativo, e ganham mais R\$ 100.000,00, R\$ 200.000,00, R\$ 300.000,00, R\$ 400.000,00, R\$ 1.000.000,00, às vezes, ao ano, de uma indenização que eles inventaram, que sequer Imposto de Renda paga.

E nós vamos dar um aumento para essa categoria importantíssima ou tem alguma categoria de servidor aqui que alguém acha que não é importante ou que é menos importante? Todas as vezes que dizemos sim, todas as vezes, Presidente, Deputada Geovania, estamos dizendo não para alguém, todas as vezes.

Ontem, esta Casa, até às duas da manhã, ficou votando e dizendo não, não, não a pessoas que precisam muito mais do que esses aqui a quem nós estamos dizendo sim, sem nenhum demérito, mas é uma questão de prioridade, de



consciência e de justiça. E este Parlamento, se aprovar isso aqui, faz uma injustiça tremenda e contribui para o Brasil chegar ao fundo do poço mais uma vez.

Acho que não é essa a colaboração que eu que sou de oposição quero dar e acho que não deveria ser essa a posição e essa a colaboração dos Deputados da base de Governo ou de qualquer Parlamentar que tem o mínimo de noção de justiça e de senso de oportunidade deveria fazer aqui, neste momento, nesta ou em qualquer outra Comissão.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Obrigada, Deputado Nelson.

Tem a palavra a Deputada Gorete Pereira, depois terão a palavra os Deputados Laercio Oliveira, Daniel Almeida, Ademir Camilo e Vicentinho.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Comissão é uma comissão de mérito, porque qualquer recurso que passar dá uma defasagem enorme de recursos, como é o aumento de salário desses cargos, isso não deixa de ser o mérito.

Nós não podemos aqui terceirizar problema. Passou aqui, nós jogamos para a Comissão de Constituição... não... ou para a Comissão de Finanças e Tributação.

Eu acho que aqui deve ser examinado da mesma forma, como nós vemos fazendo hoje. Quando se aumenta exageradamente o gasto de um Estado ou do País, aquilo é mérito também. Eu considero isso como mérito. Eu não vou ficar aqui apenas dizendo... porque todo projeto que chega aqui é meritório. Ele é meritório. Eu não posso dizer que seria contrário. É muito difícil.

Agora, esse é meritório ou não, você não pode estar...

Aqui eu votar o que eu achar que aumenta essa quantidade de despesa enorme que está acontecendo aqui para nós jogarmos para Finanças e Tributação e dar esperança a essas pessoas, ainda mais que esse projeto vai lá.

Votando contrário, Presidente. Eu vou olhar o mérito, mas o mérito para mim também é o gasto que pode acontecer.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Só um esclarecimento, Deputada.



Veja bem. Essa questão da adequação orçamentária e financeira, V.Exa. sabe muito bem que vai ser na Comissão de Finanças e Tributação. Esse é o primeiro passo.

A outra questão é que o Relator do Orçamento já estava tratando disso, do reajuste com os próprios Ministros do Supremo Tribunal Federal, com o próprio Governo. Isso é uma realidade.

Agora, o que eu estou querendo de V.Exa. é que seja apreciado. Se vão aprovar ou não, isso é soberania do Plenário da Comissão. Quem não se sentir à vontade de votar, que vote contra, mas que vote. Nós precisamos apreciar hoje esse projeto de lei, porque a pauta da Comissão tem que andar. Não há sentido essa pauta com 370 projetos prontos sem serem votados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputado Laercio se inscreveu? Não se encontra? *(Pausa.)*

Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sra. Presidenta...

(Não identificado) - Presidenta só tem uma... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu não quero deixar de reconhecer o papel do Poder Judiciário, dos membros do STF, do teto que o Poder Judiciário tem hoje, que é a referência para a remuneração dos servidores públicos.

O que se trata aqui no mérito é de definir sobre o percentual e os valores desse teto. É sobre isso que nós estamos deliberando. Eu reconheço o papel, o significado que tem a magistratura do nosso País, a necessidade de uma remuneração adequada da recomposição dessa remuneração de forma periódica. Tudo isso nós temos absoluta compreensão.

O que se trata aqui é da oportunidade, diante das circunstâncias que estamos vivenciando no País, de conceder esse índice de reajuste. Exatamente no momento em que a Câmara dos Deputados, o Congresso brasileiro está debruçado sobre um debate intenso, acompanhado por toda a Nação, a respeito da remuneração dos servidores, que têm um projeto aprovado nesta Casa. Há um veto e nós vamos apreciá-lo.

Eu acho que não há como justificar moral, política e eticamente nós elevarmos a remuneração de 33.763 reais, que é o teto atual, para 39.293,38, que é



a proposição apresentada como teto para o Poder Judiciário, um percentual de 16,38%.

Nenhuma categoria, nenhum setor — muito menos quem está lá embaixo, que recebe o salário mínimo, que é vítima do desemprego desse processo de dificuldade econômica — tem esse índice.

Então, nós não temos razões para, neste momento, nesta oportunidade elevar esse teto, esse percentual de remuneração.

Eu queria pedir, inclusive, a compreensão dos membros do Poder Judiciário para esse problema, para essa questão central. É uma contradição inexplicável nós aprovarmos isso aqui e negarmos o reajuste — que foi aprovado e vetado — aos servidores daquele Poder. Haverá uma conflagração, um conflito dentro do próprio Judiciário.

Por essa razão, Sr. Presidente, nós manifestamos o voto contrário ao parecer que V.Exa. apresentou.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Deputado Daniel, só para fazer um esclarecimento rápido, eu não criei reajuste nenhum. A legitimidade para propor esse projeto de lei de reajuste do Judiciário é do Supremo Tribunal Federal. Apenas levando em consideração a independência e a harmonia dos Poderes, o meu parecer foi pela aprovação da proposta, que foi apresentada de forma legítima pelo Supremo Tribunal Federal. Esse reajuste não é uma criação do Relator. Que isto fique bem claro: eu apenas estou respeitando a autonomia e a independência dos Poderes e um acordo que foi feito entre Executivo e Judiciário.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - V.Exa., está falando como Relator e não como Presidente da Comissão?

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Claro.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Dialogando com V.Exa., ou adiamos essa votação para construirmos um ambiente mais favorável à deliberação desse projeto em outra oportunidade, ou, se tivermos que deliberar, na minha opinião, não deveríamos fazê-lo favoravelmente. Há o voto de V.Exa. Poderíamos adiar isso para um debate numa outra oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Concedo a palavra ao Deputado Ademir Camilo.



O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - A reunião hoje é muito bem presidida pela Deputada Geovania de Sá.

Sra. Presidenta, Sr. Relator, caros colegas, já fizemos isso aqui.

Eu queria lembrar ao Deputado Daniel e ao Deputado Marchezan que a grande maioria desses projetos estão sendo discutidos pela Magistratura desde 2012. Essa construção não é de hoje. No ano passado — considerando-se só esse interstício —, a situação do País era outra, não havia crise, inflação nem o aumento da tarifa de energia. Nós estamos ouvindo aqui esse que parece mais um discurso de Governo — de quem já o foi e de quem o é.

Agora, se dissermos aqui que esse projeto não tem mérito nenhum, considerando algo que construímos ao longo dos anos, que é a independência dos Poderes, isso também é uma afronta a esta Comissão.

Há o tempo de dizer que a adequação financeira não é competência da nossa Comissão e que o momento do País é ruim. Os projetos têm uma sequência. Eles passarão pela Comissão de Finanças e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e alguns outros que nós já votamos aqui ainda passarão pelo Plenário.

A situação do Governo é ruim, mas eu tenho certeza absoluta, Deputado Marchezan, de que o Governo ainda não colocou a situação crítica do nosso País, de que ele ainda esconde dados. Nós temos certeza absoluta de que dá para se cortar muito do que há na máquina do Governo para que nós possamos efetivamente sair da crise. Então, há um caminho ainda a percorrer.

Queria aqui defender que nós votássemos todos os projetos. Espero, Deputado Daniel, que ainda conte com o seu voto favorável, porque os projetos são meritórios.

Se a situação do País não é confortável neste momento, eu tenho certeza de que não é por minha culpa nem de V.Exa. O Governo escondeu os números para ganhar a eleição, mas isso é um fato, isso já passou. Agora, precisamos discutir com serenidade.

Agora precisamos discutir com serenidade, mas este projeto, como os outros que vamos votar em sequência, todos são meritórios.



Eu queria que pudéssemos votar rapidamente, para que essa discussão pudesse fluir nos trabalhos desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Com a palavra o Deputado Vicentinho e, depois, o Deputado Leonardo Monteiro. E vamos, em seguida, já para a votação.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Sra. Presidenta, eu quero ser muito objetivo nessa reflexão.

Saúdo o nobre Relator e declaro o seguinte: o nosso momento conjuntural é um dos momentos mais difíceis que estamos vivendo. Além disso, particularmente, eu estou vivendo um conflito, porque não existe argumento para isto: os servidores do Poder Judiciário estão há 9 anos sem pegar um reajuste sequer, e agora nós votamos um aumento para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Eu vou me submeter à minha bancada, lá no Parlamento, a respeito do veto. Não é fácil para quem defende os trabalhadores, mas eu não tenho condição nenhuma de votar este projeto aqui agora. A minha recomendação, nobres Sra. Presidenta e Sr. Presidente e Relator, é esta: retira-se o projeto, como chegou a propor o meu companheiro Deputado Daniel Almeida aqui. Nós não temos condição de votar este projeto, eu não tenho condição de votar este projeto.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado Vicentinho, permita-me V.Exa. somente um aparte, para complementar um pouco.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Se for possível aparte. Não sei se é possível conceder.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - São só 5 segundos, para dizer a V.Exa. que nós não estamos aqui aumentando a remuneração dos Ministros do STF, nós estamos aumentando a remuneração de todos os juízes federais e de todos os juízes estaduais de todo o Brasil. Nós estamos aumentando o rombo fiscal em âmbito federal e quebrando mais ainda os Governos Estaduais.

Obrigado, Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Isso me convence, mais ainda, a votar contra o projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.



O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sra. Presidente, este é um dos projetos para os quais eu tinha assinado ofício para retirada de pauta, justamente por esses problemas. Apesar de não ter tido tempo de aprofundar ou obter mais detalhes — e informações são trazidas agora ao plenário —, eu queria ponderar sobre algumas preocupações que nós temos e não estão vendo.

Esse projeto é relativo ao Poder Judiciário. Em nossa democracia, nós temos o Poder Legislativo, que somos nós aqui, e o Poder Executivo. Nós temos visto que o Legislativo tem feito muito esforço aqui. Nós temos que ser justos quanto a isso. Fez inclusive redução de gastos. Basta ver que a Câmara dos Deputados tem reduzido, de uma forma geral, cortando hora extra de funcionários. Os servidores daqui da Câmara estão todos reclamando porque foi cortada a hora extra. São servidores ou trabalhadores que ganham salários... Poucos ganham salário mínimo.

A Presidenta Dilma, o Executivo tem feito um esforço muito grande. Como foi dito aqui, talvez poderia ter feito mais, mas está fazendo! Nós estamos vendo aí agora que há uma decisão concreta de reduzir dez Ministérios. Nós estamos votando, como votamos ontem, vetos que vão atingir servidores públicos que ganham salários menores.

Nós estamos vendo também essa crise, que pode ter influência na gestão no âmbito do Brasil, mas se trata de uma crise que é consequência da crise mundial. O sistema econômico financeiro capitalista mundial está em crise. Os Estados Unidos está superando porque tem uma maquininha de fazer dólar, mas o Canadá, que está ali do lado e é um país rico, está com o PIB negativo. O minério de ferro, que vendíamos a determinado preço, hoje está 1/4 do valor do preço que estava há 2 anos.

Portanto, projetos que entraram aqui há 2 anos, em 2012 ou 2013, hoje têm que ser reavaliados, sim. Nós temos que ter humildade para reavaliá-los. Eu também já tinha pedido a retirada. Como senti que havia um esquema de votar por votar, retirei a retirada, mas sabendo que eu iria votar contra esse projeto, porque não é possível, pela consciência nossa, pelo que estamos votando aqui na Câmara, o esforço concentrado do Executivo e do Legislativo de reduzir custos, reduzir gastos, votarmos para aumentar o salário que já é teto no nosso País, com todo o respeito ao Poder Judiciário. E eu o respeito muito. Acho que temos que preservar a



democracia. Temos que preservar a democracia. É preciso ter o Judiciário forte, o Legislativo forte, o Executivo forte. Isso que consolida cada vez mais a nossa democracia, mas não é o momento adequado. O razoável seria retirarmos e oportunamente rediscutirmos essa questão do reajuste para o Judiciário.

Então, se não houver como retirar, eu já tinha decidido aqui inicialmente e quero reafirmar cada vez mais a minha convicção de votar contra esse projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Reprovado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Solicito a contagem por inversão. Verificação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Eu já anunciei o resultado.

(Intervenção fora microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu falei na mesma hora, no mesmo momento. Eu pedi a verificação por inversão, no mesmo momento, e V.Exa. não fez.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Eu já tinha anunciado o resultado de 10 a 3.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - É só depois que anuncia. Antes, não pode.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sra. Presidente, se ele for Líder, eu acho que não tem problema, e ele é Líder.

(Não identificado) - A votação foi 10 a 3. Já foi derrotado o projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Não há apoio. Está encerrada. Foi reprovado. Não houve nenhum apoio.

Eu já anunciei o resultado. Está reprovado o projeto.

(Não identificado) - Próximo item.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sra. Presidente, o Deputado Ademir Camilo pediu verificação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Sim, o Deputado Ademir pediu, mas não houve apoio.

O SR. DEPUTADO AUREO - Então, conta com o meu apoio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Mas eu já anunciei o resultado, Deputado Aureo.

(Intervenção fora microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Mas o Deputado Aureo não apoiou, só tinha o Deputado Ademir. E eu tinha anunciado o resultado de 10 a 3.

O SR. DEPUTADO AUREO - Quando ele pediu a verificação, começou a discussão, mas ele pediu a verificação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas ele não é Líder, Sra. Presidente. Ele não é Líder.

(Não identificado) - Não tem apoio, Sra. Presidente. Vamos prosseguir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Vamos para o próximo item. Tínhamos que ter dois apoios, mas não tivemos. Foi 10 a 3. Vamos tocar para o próximo item da pauta.

(Não identificado) - Muito bem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Parabéns, Governo.

(Intervenções fora microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Eu teria que designar o Relator do voto vencedor aqui.

Então, o Deputado Nelson Marchezan Junior é o Relator agora.

Passo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior. E profira já o seu voto, Deputado Nelson.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - É sobre o Projeto de Lei nº 2.646?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Isso. Item 7.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu posso apresentar na semana que vem?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Pode. *(Pausa.)*



Não. Tem que ser agora e votar agora. *(Pausa.)*

Deputado Nelson, V.Exa. apresenta agora e o seu voto também.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, então o meu relatório é pela rejeição do projeto.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu queria retirar um requerimento de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Qual requerimento, Deputada Gorete?

Vai votar agora o parecer contrário do Deputado Nelson Marchezan Junior.

Todos os Deputados entenderam?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - É o item 8.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Só 1 minutinho, Deputada Gorete.

O Deputado Marchezan apresentou agora o seu relatório pela rejeição. Agora, vai para votação o voto do Deputado Nelson Marchezan. Todos entenderam?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Não. Como é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - O Deputado Nelson Marchezan proferiu agora o seu relatório e também o voto pela rejeição. O Deputado Nelson já votou. Agora, vou colocar para a votação dos Deputados. Ele já proferiu.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Não. Onde?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Ele acabou de proferir. Deputado Nelson, por favor.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Ele nem falou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Falou, Deputado Ademir.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Meu parecer é pela importunidade e pela rejeição.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Mande-o repetir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Votou pela rejeição. Agora, eu colocarei o voto dele para votação.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Em discussão. Eu quero falar, Sra. Presidente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Pode falar.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sra. Presidente, talvez na história desta Comissão pela primeira vez acontece isso. Queria aqui fazer uma reclamação. Quando fizemos o pedido da contagem inversa — isso é regimental —, V.Exa. não deferiu. Então, que isso possa constar na nossa ata. V.Exa. tem razão ao não deferir o pedido de verificação da não liderança. Até aí eu concordo com V.Exa., mas a contagem invertida é regimental.

Pela primeira vez, projeto como esse é avaliado como oportunidade. Se falarmos que temos que acabar com a Comissão de Finanças e Tributação é oportuno, porque essa avaliação é de lá. Há tempo ainda nessa votação de rever a posição. Espero que o Deputado Aureo, que não pediu no momento adequado, possa fazer a verificação, e votarmos novamente esse projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Em discussão ainda.

Deputado Daniel.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu quero contraditar essa manifestação do Deputado Ademir Camilo, com todo o respeito a ele, porque não há absolutamente qualquer dúvida sobre a votação. Não havia nenhuma necessidade da inversão porque o resultado foi qualificado, foi anunciado: dez a três. Qual a dúvida que poderia restar para uma inversão de manifestação a respeito da expressão do Plenário? Absolutamente nenhuma. O que poderia ter acontecido seria a verificação. Como não houve apoio, não restou absolutamente qualquer dúvida a respeito dessa deliberação.

Eu quero parabenizar V.Exa. que encaminhou de forma adequada, regimental, sem absolutamente nenhuma falha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu fui citado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputado Vicentinho, só 1 minutinho, que o Deputado Ademir quer falar porque foi citado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Não é verdade o que o Deputado Daniel afirmou aqui, que não é regimental o meu pedido. O meu pedido é regimental. V.Exa. pode falar que não é oportuno, mas não que não é regimental. Então, nós vamos pegar o Regimento e lhe dar de presente. Não há dúvida. V.Exa.



pode fazer a sua defesa, pode afirmar o que quiser, tem imunidade na sua palavra, mas dizer que não é regimental? Pode falar que não foi oportuno, que não foi elegante da minha parte, agora que não é regimental, Deputado Daniel? Eu vou dar-lhe um presente do Regimento para que V.Exa. possa lê-lo e esclarecer aos colegas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Faltaram dois apoiamentos. O Deputado Vicentinho pediu a palavra antes.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Sra. Presidente, apenas duas coisas breves. Eu interpreto, embora não seja um conhecedor profundo do Regimento, mas quando há dúvidas pode-se pedir verificação ou votação ao inverso. 10 votos a 3, em vez de 8 votos a 3. Mas, agora, V.Exa. pode fazer isso na próxima votação.

O meu pedido, Presidente, é que se proceda à votação do parecer do Deputado Marchezan agora, para consolidá-lo ou não ao projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Se todos concordarem em encerrar a discussão, nós vamos para a votação.

O SR. DEPUTADO AUREO - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Tem a palavra o Deputado Aureo.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Eu quero falar, Presidente.

O SR. DEPUTADO AUREO - Presidente, primeiro, eu quero esclarecer que o pedido do Deputado Ademir Camilo tem todo o mérito, porque, quando se faz uma contagem e dá 10 votos a 3, houve 13 votos, não 14 votos, que seria o quórum da Comissão.

Mas o que me preocupa mais é nós querermos terminar as matérias na Comissão do Trabalho, tirando o mérito da Comissão de Finanças e Tributação. Eu acho que nós estamos cometendo um grande equívoco ao tentarmos analisar as matérias de forma terminativa, não trabalhando o mérito delas na Comissão de Trabalho. Então, acho que nós temos que ter essa preocupação, para que nós não possamos usar a Comissão para desfocar o trabalho com o mérito que nós temos que fazer aqui.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Presidente...



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Geovania de Sá) - Deputada Gorete, eu já passo a palavra para V.Exa., pode ser?

Tem a palavra o Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu apenas gostaria de esclarecer que, se nós formos aprovar todos projetos aqui e deixar que todas as outras Comissões analisem as suas questões, porque aqui não cabe analisar nada, então, nós podíamos fechar esta Comissão.

Aqui, nós estamos analisando, sim, o mérito da questão do trabalho: para o trabalho dos servidores públicos, para a questão trabalhista nacional, isso é prioridade? É essa análise que nós temos que fazer. Isso aqui agrega, interessa, enriquece, melhora a estrutura trabalhista brasileira? Essa é a questão que está sendo analisada aqui. Então, nós não estamos aqui, de maneira nenhuma, invadindo nenhuma competência de outra Comissão, nem extrapolando as da nossa.

Eu acho que esse também não é um discurso de Governo nem de Oposição, é de interesse público, é de sociedade. É isso que a sociedade espera do serviço público brasileiro? É isso que a sociedade espera do mundo do trabalho, da estrutura trabalhista brasileira? É esse o debate. Então, eu acho que esse debate tem, sim, que ser feito nesta Comissão e é prioritário.

Acho que esta Comissão deveria, inclusive, ter uma sensibilidade, porque, lá na Comissão de Finanças, pode haver argumentos técnicos: *“Não, isso está no orçamento do Judiciário. Eles já empurraram isso goela abaixo do Executivo no orçamento deles. Eles têm dinheiro próprio”*. Aqui, tem que haver uma sensibilidade ainda maior. Então, os motivos para esta Comissão negar esse projeto são muito superiores e muito mais amplos do que os motivos da Comissão de Finanças, no meu entender.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Tem a palavra a Deputada Gorete Pereira.

Depois, falarão os Deputados Leonardo e Busato, e nós vamos iniciar a votação.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu só ia dizer...



O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Eu só queria colocar uma questão para os Deputados desta Comissão analisarem: nós estamos aqui votando contra um projeto de iniciativa do Judiciário, interferindo na harmonia e na independência dos...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado Benjamin, V.Exa. está falando como Presidente?

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Não, eu estou falando como Relator do projeto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sim, eu estou falando como Relator que foi vencido na votação, sem que houvesse nenhuma verificação nominal.

Nós estamos votando contra um projeto do Judiciário...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Peço a palavra para questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - ...criando uma crise desnecessária a respeito de um ponto que poderia ser debatido tranquilamente na Comissão de Finanças e Tributação.

Só quero que os Deputados analisem bem o que estão votando agora.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Isso é lógico, Presidente. Eu...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - ...e as responsabilidades de cada um em relação a isso.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Isso é lógico, Presidente. Todos nós sabemos disso e já estamos fazendo essa análise. A Comissão não é terminativa, mas não se pode terceirizar tudo para a Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Deputada Gorete, quanto ao mérito, o projeto deveria ter sido analisado aqui.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Todos os projetos que vêm para cá são meritórios.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - A questão que foi enfrentada aqui foi só a questão orçamentária e financeira.



A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Depois, o projeto vai para frente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Vamos dar continuidade e conceder a palavra a quem está inscrito, Deputada Gorete.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Vamos pedir o encerramento da discussão e ir para a votação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu estou de acordo, só queria fazer um...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - O Deputado Leonardo Monteiro e o Deputado Busato pediram a palavra.

Ainda quer falar, Deputado?

Depois, vamos colocar a matéria em votação.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Além do mais, esse projeto ainda vai a plenário, nem terminativo ele é.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É isso que eu queria falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Pois é.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Então, não tem cabimento rejeitar um projeto do Judiciário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Tem a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Presidenta, também quero parabeniza-la pela condução. A votação foi clara: 10 votos a 3 — 10 Deputados votaram contra o projeto, contra o aumento do subsídio dos juízes.

Como disse aqui, nós estamos vivendo uma conjuntura em que eu percebo que há um esforço muito grande de todas as esferas de poder do nosso Estado Democrático de Direito no sentido de contribuir para a superação desse momento de crise que o País vive. Eu sou parado a toda hora nos corredores daqui pelos servidores da Câmara porque foram cortadas as horas extras deles, de servidores que ganham, às vezes, 2 mil reais, 3 mil reais, e elas ajudavam muito a aumentar o seu contracheque. Nós estamos vendo o esforço do Executivo quanto à redução de Ministérios. Ontem, nós ficamos aqui até a madrugada, até 3 horas da manhã, votando projetos de lei, alguns deles impedindo, inclusive, aumento de servidores,



considerando essa conjuntura difícil de ajuste de orçamento. Então, é razoável que o Judiciário também dê essa contribuição.

Portanto, a votação que tivemos aqui agora, em que votamos contrariamente ao reajuste do Judiciário, é completamente pertinente. Agora, nós estamos votando, inclusive, o parecer do Relator do voto vencedor, do Deputado Marchezan. Essa é a nossa votação. Portanto, eu acho que é importante nós confirmamos o voto do Relator vencedor, o Deputado Marchezan, votando favoravelmente ao parecer dele, contrariamente ao reajuste do subsídio do Judiciário.

Isso não significa que nós estejamos contra juiz, contra o Poder Judiciário ou desqualificando o nosso sistema democrático, que é composto por Legislativo, Judiciário e Executivo. Não, isso não tem nada a ver com o que defendemos. Pelo contrário, criar condições de gastos exagerados agora, isso, sim, é criar uma situação de instabilidade no nosso País. Nós precisamos agora, todos, ponderarmos a necessidade de nós, de fato, controlarmos o nosso orçamento.

Só para encerrar, Presidenta, eu sou da Comissão de Orçamento. Eu estou percebendo, lá, o esforço de todo o conjunto de Deputados, inclusive dos Deputados de Oposição — temos que ser justos para com isso —, para nós, discutindo com o Executivo e com todas as forças aqui do Congresso Nacional, aprovarmos um Orçamento adequado.

Portanto, aqui, no plenário da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nós não podemos votar como estamos votando. Na semana passada mesmo, eu fiquei abismado: se nós fizemos os cálculos, na verdade, votamos uma pauta bomba. Se todos os projetos que nós votamos aqui na semana passada forem implementados, o gasto seria de bilhões e bilhões.

Portanto, esta é a ponderação que eu queria fazer: é necessário que nós votemos com o Relator, Deputado Nelson Marchezan, no sentido de garantir a aprovação do voto vencedor, contrário ao reajuste do Poder Judiciário.

Muito obrigado, Presidente.

(Não identificado) - Parabéns, Deputado Leonardo!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - O Deputado Busato pediu a palavra.

Se todos concordarem, em seguida, vamos, então, para a votação?



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente, eu só queria chamar a atenção para o seguinte: esta não é uma Comissão terminativa, é uma Comissão de mérito. Sendo derrotado o projeto aqui, isso não significa que ele não possa ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, e, mesmo que ele seja rejeitado, ele ainda pode ir a Plenário. Isso é o que está aqui no projeto: “*Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação do Plenário*”. E esse é um projeto com um regime de tramitação prioritário. Só a Comissão de Finanças e a de Constituição e Justiça que são terminativas.

Então, o que pode acontecer é nós derrotarmos o projeto aqui, pelo mérito, ele continuar, ser aprovado nas outras Comissões, ir para o plenário e ser aprovado. Ou seja, nós não estamos enterrando o projeto, nós estamos dando a opinião desta Comissão quanto ao mérito — eu concordo com a Deputada Gorete Pereira, isso também é uma questão de mérito.

Então, não vejo por que nós ficarmos preocupados. Nós não estamos soterrando o projeto. Ele vai ter continuidade. Era para isso que eu queria chamar a atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Encerrada a discussão, vamos à votação.

Aqueles que aprovam o parecer do Deputado Nelson Marchezan Junior, o vencedor, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Peço verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - É preciso haver dois apoios.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - O Solidariedade já tem apoio da Casa

Aprovado.

(Não identificado) - Verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Verificação. Apoio. Preciso de dois apoios.

(Não identificado) - *(Ininteligível)* já tem apoio da Casa com o DEM.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Ok.



Verificação.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Encaminha, Presidenta.

(Manifestação no plenário.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Verificação. Verificação, abrir o painel, por favor. Verificação concedida.

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Vamos votar, pessoal. Vamos votar.

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Quero orientar a votação “não”. Atenção, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, votação “não”.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Só falta o Deputado Laercio votar. É obrigado.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Vou votar, Vicentinho. Com muita honra. Você é meu ídolo, eu voto em você.

(Não identificado) - Deputado Laercio, tem 30 minutos para votar.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Vou votar é agora.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só para esclarecer, para aprovar o projeto de rejeição, para derrubar o projeto é voto “sim”, não é?

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Isso, votando com teu relatório, o teu voto, votando “sim”.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Votando “sim”, votamos com o relatório e derrubamos o projeto.

(Manifestação no plenário.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Os Deputados que se encontram na Comissão, todos já votaram? Não.

Precisamos de 14. Caso não dê quórum, a reunião da Comissão estará encerrada. Vai cair porque não vamos ter quórum suficiente. Vamos aguardar mais um pouco o que o Plenário tem a dizer, vamos aguardar. Votaram 4, nós somos 6, já votou? *(Pausa.)* Obrigado, Deputado Laercio.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO *(Intervenção fora do microfone)* - É sim, não é?



(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Dos Deputados que se encontram na Comissão gostaria de sugestões. Aguardamos mais um pouco, porque não temos quórum suficiente? Seis. Vamos aguardar. Nós temos meia hora, 25 minutos agora.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Presidenta, se V.Exa. constatar que, de fato, não vai haver quórum, pelo que se está vendo, é perda de tempo ficar aqui mais uma hora, mais meia hora. A senhora tem poder para decidir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Se todos aprovarem, nós encerramos por não ter o quórum. Deputados que aqui se encontram...

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Não havendo quórum suficiente, está encerrada...

(Não identificado) - Não!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Consultei os Deputados aqui presentes. A maioria, a maioria se colocou... Deputado Daniel, Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - A palavra é sua, Presidente. É a senhora quem manda.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Só para votar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Então vota, Deputado Sóstenes, que está aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, os Parlamentares estão chegando. As assessorias estão ligando e é padrão segurar meia hora. Nós gostaríamos de... Deputada Geovania, Deputados estão vindo para cá, como o Deputado Silvio Costa etc. É padrão na Comissão segurar meia hora para tentar o quórum. Se pudéssemos seguir o padrão eu agradeceria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Eu consultei os Parlamentares. Eu vou aguardar o Deputado Sóstenes.

Votou, Deputado?

Deputada Flavinha, já votou?



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputada, estão vindo mais Parlamentares. V.Exa. vai abrir um precedente aqui na Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Foi histórico. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputada Geovania, eu queria pedir um esclarecimento. Não é regimental o prazo de 30 minutos, mas é uma praxe aqui nesta Comissão? Eu não sei se isso é um regramento que foi escrito, interno da Comissão, ou se é apenas uma praxe. Os 10 minutos para protocolar pedidos de retirada de pauta estão no Regimento Interno ou também são uma praxe? Gostaria de esclarecer isso, para que pudéssemos ter um critério no procedimento aqui. Fica apenas como esclarecimento.

Outra questão que eu gostaria de esclarecer é se V.Exa., como Presidente, não tem que votar. V.Exa. pode se abster de votar estando na Presidência da Comissão?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Como Presidente, eu posso não votar.

Nós estamos com o quórum de 9 Deputados. Portanto, não temos quórum suficiente. Por isso, estamos derrubando a reunião.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu só gostaria que V.Exa. esclarecesse essa questão de ordem e me desse... O microfone aqui está com problema.

Eu estou fazendo a questão de ordem porque realmente não sei, não é com nenhuma outra intenção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputado Nelson, há o prazo de 15 minutos para que seja dada a entrada no requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu sei, eu só queria saber se isso não está no Regimento. O Regimento não fixa isso.

(Não identificado) - Não está. E a Comissão, regimentalmente, pode criar regra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputado Nelson, essa é uma regra criada pela Comissão. Ela não está no Regimento. O.k.?

(Não identificado) - A regra é regimental.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu só queria esclarecer que a minha questão de ordem foi a seguinte: eu protocolei um pedido de retirada de pauta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Mas já havia passado o prazo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E a assessoria orientou... Está funcionando?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Não, não está funcionando.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E a assessoria orientou que há um acordo na Comissão, que não está no Regimento Interno e que não é praxe em nenhuma outra Comissão, pelo menos nas 5 a que eu pertenço, que a retirada de pauta nesta Comissão tem que ser protocolada nos primeiros 15 minutos de trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Essa é uma regra criada nesta Comissão, Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Os 15 minutos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Isso. As outras Comissões também estão copiando esta Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Tem a questão dos 30 minutos. Também foi votada?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Não. Não é do Regimento, é também um histórico da Comissão, criado nesta Comissão, uma praxe desta Comissão. Pode-se ou não manter.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - A outra questão é, mesmo que V.Exa. não vote, a sua presença conta quórum. Se V.Exa. está presidindo, há que se contar o quórum como 10.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - O.k., 10, mas nós precisamos de um quórum de 14.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então vou apelar a V.Exa. para que se cumpra a praxe apenas.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sra. Presidente, a palavra, por favor?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Obrigado, Sra. Presidente. Só quero corroborar com o relatório do Deputado Nelson Marchezan Junior.

No momento que o País atravessa, com tantas dificuldades, nós vivemos uma madrugada tão exaustiva, com a presença de servidores do Judiciário aqui, pedindo nada mais do que a sua reposição salarial de 9 anos.

Acho que se nós ficarmos aqui votando o aumento de juízes, num momento como esse, nós estaríamos nesta Comissão dando um recado não muito oportuno aos brasileiros que entendem a necessidade.

Respeitamos todos os segmentos, inclusive os juízes do nosso País, que têm uma importância muito clara para nossa democracia.

Entretanto, acho que o momento requer de nós, todos os brasileiros, em especial de nós que estamos aqui eleitos pelo povo, responsabilidade. O momento reque que nos dediquemos verdadeiramente ao nosso mandato e à austeridade em todos os sentidos.

Venho aqui para parabenizar o Deputado Nelson Marchezan Junior pelo relatório (*inaudível*) não é o melhor momento para que isso aconteça.

Gostaríamos que os colegas que estão aqui convidassem os demais colegas. Eu já estou convidando o meu colega de partido. Se a Presidente pudesse aguardar por mais alguns minutos, eu tenho convicção Deputado que mais 5 pessoas nós vamos conseguir trazer ao plenário nos próximos 5 minutos.

Peço aos colegas Deputados, que também estejam aqui conosco, dando mais esse serviço aos brasileiros e às brasileiras que já não suportam mais cargas tributárias, para que nós possamos, de uma vez por todas, praticar a justiça com aqueles que realmente precisam ter o seu salário reajustado. Porém, esse não é o momento oportuno.

Registro aqui o meus parabéns ao Deputado Nelson Marchezan Junior. Gostaria que todos os nobres colegas convidassem os seus correligionários, e que a Presidente nos tolere por mais 5 minutos, que nós vamos atingir o quórum sim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Deputada Flávia Moraes.

(Pausa.)

Pessoal do som, estamos com problemas no som, né?

(Pausa.)

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sra. Presidente, Deputada Geovania de Sá, primeiro eu quero parabenizá-la por estar presidindo hoje a reunião da nossa Comissão, com muito talento, com muita firmeza. Eu quero cumprimentá-la pela sua atuação hoje. Esta é uma Comissão muito polêmica, que sempre tem situações difíceis, e eu fico satisfeita em vê-la presidida por uma mulher como V.Exa., com tanta firmeza e competência. V.Exa. é uma Deputada de primeiro mandato que já está demonstrando a que veio, adquirindo experiência, conhecendo o Regimento e conseguindo administrar situações difíceis.

Que Deus a abençoe no seu mandato! Que V.Exa. continue firme!

Estamos aqui votando a favor do relatório do Deputado Marchezan, justamente porque entendemos e respeitamos a importância dos Ministros do Supremo. Nós acreditamos na importância do trabalho de cada um, mas também observamos que este não é o momento oportuno para aprovarmos esse projeto. Estamos vivendo uma crise. Eu faço parte da Comissão Mista de Orçamento, e estamos preocupados com as ações que o Governo precisa implementar para recuperar esse déficit e a condição de desenvolvimento do nosso País. Sabemos que há várias maneiras para essa recuperação acontecer. Podemos fazer outros tipos de cortes, mas nós sabemos que, entre as categorias que precisam de aumento e têm buscado isso aqui, como fizeram os agentes comunitários de saúde e os servidores do Judiciário que têm uma faixa salarial muito menor, há tantas outras categorias que também merecem e precisam de aumento. Nós sabemos que neste momento de dificuldade nós precisamos ter algumas prioridades. E uma das prioridades que eu acredito ser a maior é justamente a de estar, neste momento, recuperando, resgatando e melhorando o salário daqueles que ganham menos.

Por isso nós estamos neste momento votando a favor do relatório do Deputado Marchezan, que é contra à aprovação desse projeto. Mais uma vez, ressalto o nosso reconhecimento e a importância desse servidor, que é o Ministro do



Supremo. O nosso papel nesta Comissão é justamente o de avaliar o mérito, mas também a conjuntura, o contexto que estamos vivendo neste momento no Brasil.

Eu sou uma Deputada otimista. Nós temos trabalhado e acreditado que podemos melhorar, que as coisas vão melhorar, e para isso cada um de nós precisa fazer a sua parte. Eu sinto, neste momento, uma responsabilidade muito grande para votar justamente dessa forma.

Agradeço à Presidente a oportunidade e peço, mais uma vez, que aguardemos mais alguns momentos. Faltam apenas dois Deputados, para que possamos completar o quórum. Acredito que vamos conseguir concluir a votação e dar continuidade aos trabalhos desta Comissão tão importante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Não havendo quórum, a reunião está encerrada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputada, eu pedi para falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Geovania de Sá) - Nós estávamos em processo de votação, Deputada Erika. Não temos quórum.

Está encerrada a reunião.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1965/15	DATA: 07/10/2015	
LOCAL: Plenário 12	INÍCIO: 09h57min	TÉRMINO: 13h48min	PÁGINAS: 105

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

**Expressões retiradas a pedido do Presidente da Comissão.
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.**



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

De acordo com as normas estabelecidas nesta Comissão, começa agora a contagem de prazo de 15 minutos para apresentação de requerimento de procedimento às 10 horas.

Dispensar a leitura das atas das reuniões de nºs 38, 39 e 40, realizadas nos dias 22, 23 e 29 de setembro, por terem sido distribuídas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Bom dia, Presidente. Às suas ordens. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Laercio Oliveira, há uma série de requerimentos sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sobre isso, Presidente, que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - São requerimentos que tratam de diversos temas de audiências públicas. Eu vou dar conhecimento ao Plenário de todos esses requerimentos. Atingindo o quórum completo para que possamos deliberar, nós iremos fazer o encaminhamento e uma votação em globo desses requerimentos.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Enquanto isso, nós vamos os discutindo.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - *O.k.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O Requerimento nº 1 é do Sr. Deputado Cabo Sabino, que:

“Requer realização de encontro regional na cidade de IPU, Ceará, para tratar da instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.”

É um requerimento simples, não tem despesa nenhuma para a Casa ou para a Comissão e era uma forma também de prestigiar o Deputado Cabo Sabino, que



sempre está presente nas nossas reuniões, Deputado bastante participativo em relação aos trabalhos da Casa e, principalmente, à Comissão do Trabalho.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Há o Requerimento nº 2, do Sr. Vicentinho, que pergunto aos Srs. Parlamentares se alguém o subscreve, já que o Deputado Vicentinho não se encontra presente:

"Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater a situação por que passam os familiares de vítimas e sobreviventes da tragédia de Santa Maria, no Rio Grande do Sul".

É uma tragédia que comoveu o Brasil.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Presidente, V.Exa. disse logo no início que, possivelmente, há um acordo para votar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Isso. Eu estou lendo os requerimentos para que se analise isso.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Se há acordo para votar em bloco, eu subscrevo o faltante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O.k.

O Deputado Ademir Camilo já subscreve o requerimento do Deputado Vicentinho.

Item 3 da pauta.

Requerimento nº 83, de 2015, que do Sr. Bebeto, que:

"Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.301, de 2015."

Subscreve-o Deputado Ademir Camilo? (Pausa.)

Subscreve também.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Geovania de Sá, eu estou lendo uma série de requerimentos que existem, porque são mais de seis requerimentos.



A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Ótimo. Mas, quanto a esse requerimento, do que se trata o Projeto de Lei nº 1.301? Só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vamos ver com a Secretaria da Mesa para saber do que se trata o Projeto de Lei nº 1.301. Nós vamos, pelo menos, tomando conhecimento do que é. Na hora da votação, faz-se em bloco isso.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Presidente, no Requerimento nº 3, o item 3 da pauta, Requerimento nº 83, eu vou encaminhar à Mesa, com a sua aquiescência, o nome de um convidado para fazer parte da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Tranquilo.

Encaminhe à Mesa. Na hora da votação em bloco, nós iremos, automaticamente, incluir esse nome.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - O.k. Obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão)

O quarto requerimento, que corresponde ao quarto item da pauta, é de autoria do Deputado André Figueiredo e foi subscrito pela Deputada Flávia Moraes. O Deputado André Figueiredo não se encontra mais conosco, porque agora ocupa o Ministério das Comunicações. Deputada Flávia Moraes, houve alguma fusão em relação ao Ministério das Comunicações?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - S.Exa. foi para um Ministério de grande relevância. Estão de parabéns o PDT e o Deputado André Figueiredo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nós temos certeza de que todo o Parlamento estará muito bem representado no Ministério das Comunicações, através do Deputado André Figueiredo.

Esse requerimento, Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada Flávia Moraes.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nós queríamos abrir a discussão, nesta Comissão, sobre algumas decisões do CONTRAN que têm causado despesas abusivas aos proprietários e condutores de veículos com normas que vêm e vão sem justificativa consistente. Há poucos dias, tivemos a informação de que seria obrigatória a troca do modelo dos extintores, muitos se prepararam para isso e poucos dias antes da convalidação da medida, de repente apareceu outra norma estabelecendo que não seria preciso extintor nenhum. Assim aconteceu também, um tempo atrás, com relação ao *kit* de primeiros socorros, que seria exigido, mas, depois, deixou de sê-lo.

Então, nós gostaríamos que esta Comissão pudesse receber o representante do CONTRAN para ouvirmos as justificativas e cobrar do órgão que, antes de estabelecer normas como essas, faça um levantamento mais correto, mais abrangente, para evitar os danos causados ao trabalhador, ao consumidor, às pessoas que hoje necessitam do transporte particular, de veículo próprio e que têm sido, muitas vezes, injustiçadas por essas decisões do CONTRAN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Flávia Moraes, também é de V.Exa. o segundo requerimento, que *“Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família, e Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para aprofundar as discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho”*.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nós participamos daquela Comissão e acreditamos que essa discussão deve envolver a Comissão de Trabalho e o Ministério do Trabalho, que é onde se encontram os fiscais que estão acompanhando essa ocupação por pessoas com deficiência. É uma ocupação com reserva prevista em lei, mas que tem suas dificuldades. Por isso, nós gostaríamos de incluir, nesse grupo de Comissões que vai realizar essa audiência pública, a Comissão do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com anuência do Plenário, em votação, em bloco, todos os seis requerimentos.

Aqueles que são pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovados.



Em votação a ata das sessões anteriores.

Aqueles que são pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 7

Projeto de Lei nº 2.646/2015, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Relator: Deputado Nelson Marchezan Junior, que já apresentou parecer pela rejeição. Já havia sido iniciada a votação, portanto vamos retornar ao início da votação.

Para encaminhar a matéria, tem a palavra o Deputado Laercio Oliveira, do Solidariedade.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, o som dos Deputados está muito ruim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu vou pedir a V.Exas. que mantenham respeito ao trabalho da Comissão. Não pode haver uma balbúrdia como essa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O som dos Deputados está muito ruim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Inclusive o meu. Peço à Secretaria que aumente o som.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, como Relator, não me vai ser oferecida a palavra?

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu só quero encaminhar pela rejeição do Relatório apresentado pelo Deputado Nelson Marchezan Junior. Era esta a minha participação e sugiro irmos para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como já estamos em votação, só caberia, a esta altura, o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu encaminhei voto em separado e por isso pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sim, existe um voto em separado, do Deputado Laercio Oliveira.



O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - É por esse motivo que eu queria fazer a leitura do meu voto em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Um esclarecimento, Srs. Parlamentares. É o Projeto de Lei nº 2.646/2015, que trata do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um projeto originário do Supremo Tribunal Federal. Houve a rejeição do parecer; inclusive era um parecer meu. Houve a formulação de um voto vencido, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior. A votação não foi concluída na sessão anterior, então retornaremos à votação do voto vencido, que é contrário ao parecer pela aprovação do projeto originário do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, eu vou reiterar a questão de ordem. Como Relator, eu não tenho a possibilidade de me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Apenas para reiterar, e para que eu possa posicionar alguns Parlamentares que não tenham participado da última reunião, o projeto de que estamos tratando é de aumento dos subsídios de Ministros do STF, de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,38. Isso não é só um aumento para os Ministros do STF; isso é também um aumento resultante do efeito cascata sobre os vencimentos dos juízes federais, dos desembargadores estaduais, dos juízes estaduais. Além disso, estamos aumentando em 16% e como consequência...

Presidente, o som não está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O som está bom, Deputado. Dá para ouvir tranquilamente o que V.Exa. falou.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Se eu pudesse ter a compreensão de V.Exa., para que houvesse um pouco mais de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O som está bom, Deputado.

Peço à Mesa que tente melhorar o som, atendendo à solicitação do Deputado Nelson Marchezan Junior.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado Benjamin Maranhão, não tenha tanta má vontade comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pelo contrário.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Vários Deputados reclamaram do som, V.Exa. inclusive, no início da reunião, então não demonstre de imediato essa má vontade.

Sr. Presidente, estamos tratando do aumento salarial daqueles que recebem o teto, daqueles que recebem o maior salário da estrutura pública federal, estadual e municipal do Brasil. Estamos aumentando de 33 mil para 39 mil (ao menos é esse o desejo) para todos os juízes federais, porque receberão esse aumento de 16% em decorrência do efeito cascata, bem como para todos os desembargadores e juízes estaduais.

Evidentemente, todos os procuradores e promotores pleitearão esse aumento. Sabemos nós que boa parte dos Parlamentares Estaduais se acovarda quando se trata efetivamente de votar aumento dos vencimentos de juízes e promotores, e vota favoravelmente. Nenhuma Assembleia, por mais quebrado que esteja o Estado, teve a coragem de não aumentar os salários de seus servidores, promotores e juízes.

Inclusive, o Rio Grande do Sul — Estado que paga 600 reais por mês para o seu professor, para o seu policial militar, para o seu servidor da saúde — aumentou, no final do ano, o salário do Judiciário e do Ministério Público, e vai aumentar, sem dúvida, se tivermos esse aumento aqui.

Além do mais, esse aumento elevará o teto do serviço público no Brasil. Além de aumentar o salário de quem já ganha mais, de quem já tem o maior salário do serviço público, estaremos aumentando o teto para todo o Judiciário, independentemente do cargo que a pessoa ocupa, para todo o Ministério Público, para todos os Tribunais de Contas, em todo o serviço público federal, em todo o serviço público estadual, em todo o serviço público municipal.

Então as consequências desse aumento são imediatas, e, na verdade, não se pode segurá-lo, pois aumenta o teto constitucional de remuneração em todos esses níveis.

A segunda questão, Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputado Marchezan. Estava ouvindo V.Exa...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - A segunda questão, Presidente, é que, a não ser que tenha havido um erro de cálculo do Ministro Levy e da Presidente Dilma, ela encaminhou o Orçamento para cá com déficit de 30 bilhões; a não ser que eu esteja enganado, pela análise desta Casa, o déficit não é de 30, mas de quase 70 bilhões; a não ser que eu esteja enganado, a solução — e não sei se o Deputado Benjamin Maranhão e outros colegas vão votar a favor ou contra a proposta — dada pelo Governo será aumentar impostos.

Então, nós estamos aumentando impostos e vamos aqui aumentar despesas para as quais não há dinheiro para pagar. É essa a coerência que os Parlamentares do ponto de vista de finanças públicas irão apresentar como solução para a crise de finanças que o Governo Federal, que o Estado brasileiro está vivendo? É isso aqui que nós vamos apresentar para os Estados e para os Municípios como resultado da incapacidade de fazermos os repasses necessários para eles? Presidente, eu vou mais uma vez pedir que V.Exa. tente me garantir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A palavra está garantida, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E o silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Nesta Comissão sempre houve esse barulho, não tem como. Eu só vou pedir aos presentes que respeitem a fala do Deputado Marchezan.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Isso, obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Mas eu estou ouvindo tranquilamente todos os argumentos de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - E os demais Deputados também.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Além da situação financeira dos Estados, eu não sei se os meus colegas — imagino que todos leiam jornais —, eu não sei se V.Exas. conseguem perceber que nós estamos aqui com



uma previsão de quase 2 milhões de desempregados no Brasil, com a situação de recessão que o Brasil vive. E a solução que esta Comissão quer apresentar é aumentar o salário daqueles servidores que já têm o maior salário — e digo mais — o maior salário da estrutura pública brasileira e os maiores salários do mundo, não só no setor judiciário, mas na área pública. Nós queremos aumentar o salário dos servidores de um país que está em recessão, está desempregando, está em crise fiscal, daqueles servidores que têm a maior remuneração do mundo, numa estrutura pública que é a mais cara do mundo e de um judiciário que é o mais caro do mundo.

Quero lembrar aqui: eu não sei como o Deputado Benjamin, que me escuta muito, e outros pares aqui dele que votam a favor desse projeto... Como é que V.Exas. vão votar no aumento dos servidores do Judiciário, que estão há 9 anos sem aumento? Estão há 9 anos... Eu quero dizer que esses aqui, dos quais os senhores pretendem aumentar a remuneração, tiveram o aumento da sua remuneração no ano passado, no ano retrasado e no ano anterior. Nos últimos 3 anos houve aumento no Judiciário. Estou falando aqui do aumento do subsídio. E quero dizer que esse aumento aqui vai repercutir, Deputado, no auxílio moradia de 4.300 reais, que é proporcional ao seu salário; vai repercutir aqui nas diárias de todo o Judiciário, que é proporcional ao salário; vai repercutir nos seus 2 meses, ou melhor, no um terço de 2 meses de férias, a que todos os juízes brasileiros têm direito; vai repercutir na sua substituição, porque, quando o juiz tira 2 meses de férias, outro juiz o substitui e ganha um terço sobre o seu salário. Então, além desses 16% do salário, de 33 para 19, vai haver repercussão em todos esses penduricalhos que são vinculados a essa remuneração.

Deputado Paulinho da Força, ex-Presidente da Força Sindical, V.Exa. está vendo que são milhões de brasileiros demitidos. E nós, como solução aqui, vamos apresentar aumento o aumento de quem ganha mais. Pago com o dinheiro de quem? Ora, justamente do tributo que esse desempregado vai continuar pagando! É assim que nós vamos pagar esse aumento.

Por fim, Sr. Presidente, além da questão econômica do Brasil, que vive em recessão; além da questão financeira e de toda a estrutura pública, que vai sofrer com esse aumento — e toda ela está quebrada; além de estarmos dando um aumento de 16% para servidores que já o receberam no ano passado, no ano



retrasado e no ano anterior, sem falar nos outros, há uma questão de Justiça. Esta Casa tem dito, veemente e reiteradamente, “não”! Esta Casa diminuiu, com o voto de boa parte dos senhores, direitos trabalhistas este ano. Esta Casa diminuiu garantias sociais dos brasileiros este ano. Esta Casa disse “não” a milhares de servidores que não têm aumento há muito tempo, cujo salário é infinitamente menor do que o desses servidores e que nós estamos aumentando.

Por questão de coerência, por questão de justiça, Deputado Laercio — perdoe-me —, nós não deveríamos apoiar o seu voto em separado, que é exatamente igual ao voto do Deputado Benjamin.

Eu gostaria de apelar aos Deputados para que tivéssemos sensibilidade à noção de justiça, à situação econômica, à melhor distribuição dos recursos públicos, ao déficit, com o qual vivemos, e à realidade.

Existem, evidentemente, juízes que vivem numa cúpula, num mundo irreal, como alguns Parlamentares vivem. Mas a maioria de V.Exas. bota o pé no barro. E aqui não preciso escolher o Norte ou o Nordeste; não preciso escolher nem Estado nem Município brasileiros. Que V.Exas. andem por qualquer bairro, de qualquer cidade brasileira. Além de botarem o pé no barro, coloquem a mão na consciência e a cabeça na realidade do povo brasileiro.

O povo brasileiro tem condições de aumentar neste momento o salário de quem ganha o teto de 33 mil para 39 mil reais? Parece-me que não.

Eu apelo a V.Exas. então para que rejeitemos este projeto.

Obrigado, Deputado Maranhão.

(Não identificado) - V.Exa. tem o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação o voto do Deputado Marchezan.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Já está em votação, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Calma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está em votação, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não está em votação, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - V.Exa. não abriu a palavra para a discussão, Sr. Presidente, nem para o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não! Já estava encerrado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - V.Exa. não abriu a palavra para o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não! Já estava encerrado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Estava encerrado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Questão de ordem, Sr. Presidente. V.Exa. não abriu a palavra para fazermos o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - V.Exa. não abriu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu estou dando sequência à votação, que começou na sessão anterior. V.Exa. sabe disso.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sou da Presidência.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu quero encaminhar a votação. Regimentalmente, eu tenho o direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Encaminhe, Deputado, encaminhe.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pronto. Tenha calma!

Sr. Presidente, na semana passada, eu estava numa reunião com o Ministro Ricardo Berzoini. Eu não tive o privilégio de presenciar e de saborear o belo discurso do Deputado Marchezan, mas, depois, alguém mandou o discurso dele para o meu WhatsApp. Ele fez um discurso que significa que ainda podemos acreditar no Brasil. Inclusive foi um discurso que eu gostaria de ter feito. O Deputado Marchezan demonstra que é possível fazer política sem demagogia, sem a fala fácil, apenas falando a verdade às pessoas.

Em nome dos menos favorecidos deste País, eu queria que, nesta Casa, a maioria tivesse coragem cívica de enfrentar o corporativismo, porque foi isso que,



por exemplo, quebrou a Grécia, foi isso que, lamentavelmente, inviabilizou as contas públicas deste País.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que, antes da Constituição de 1988, entrava-se no Poder Público com uma cartinha de um político. O Brasil tem 2 milhões, 111 mil servidores públicos federais, dos quais 958 mil são aposentados.

Neste momento de dificuldade, Presidente Benjamin, eu não sei como V.Exa. tem coragem de agredir o Brasil dessa forma, de pautar um projeto como este. Com todo o respeito a V.Exa., eu não sei quais são os interesses que estão por trás desse projeto. É medo do Judiciário? É querer fazer gracinha com o Judiciário? Será que alguém aqui desta Comissão tem alguma bronca no Judiciário e por isso está dependendo da aprovação desse projeto?

Isso é um absurdo! Não podemos votar um projeto dessa natureza no momento em que o Brasil está precisando sinalizar para o mundo que tem um Congresso responsável.

Eu sei que o argumento da maioria aqui é que nós estamos discutindo o mérito, que este projeto vai para a Comissão de Finanças, o que é pior, porque nós estamos terceirizando responsabilidades. Ou seja: *“Vamos empurrar esse abacaxi para frente e deixá-lo na Comissão de Finanças”*.

Quando eu vejo (*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*) aqui, todo dia, fazendo *lobby*, quando deveria estar defendendo os pobres do Brasil, quando deveria estar julgando processos... O Brasil é campeão de processos. Esse juiz deveria estar julgando processos, mas está aqui atrás de Deputado, fazendo *lobby* e pedindo aumento.

Para eles, que têm dinheiro para comprar passagem e para pagar hospedagem, é muito fácil vir aqui pressionar Deputado e inviabilizar a União.

Sinceramente, não é possível acreditar que um Deputado eleito, que jurou pela Constituição que defenderia os menos favorecidos, tenha medo de enfrentar esses (*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*). São (*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*) do Judiciário que até ameaçam Deputados para ter voto. Eu não tenho medo do Judiciário, não tenho medo do Ministério Público e tenho horror a *lobby*.



Eu estou vendo e sei que, lamentavelmente, este projeto vai ser aprovado. Mas, se for aprovado aqui, embora eu não seja da Comissão de Finanças, nós vamos fazer um mutirão lá e não vamos deixá-lo passar. Isso é uma indignidade! Isso é uma falta de respeito aos cofres públicos. Isso é uma falta de respeito ao homem e à mulher do sertão que vivem morrendo de fome. Isso é um desrespeito a quem ganha um salário mínimo. Isso é um desrespeito aos milhões de desempregados do Brasil. Isso é um desrespeito ao Orçamento da União. Isso é um desrespeito aos homens e mulheres de bem deste País.

É impossível conviver, Deputado Jovair Arantes, com um país... Aliás, às vezes, eu fico pensando o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Silvio Costa, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu tenho 5 minutos. Calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - V.Exa. já concluiu, já se passaram 6 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, amigo velho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - V.Exa. já falou por 6 minutos, Deputado Silvio Costa. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Está bem. Eu vou concluir e dizer a V.Exa. o seguinte...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, eu estou inscrito para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou assinando aqui um requerimento. Eu vou fazer tudo — lamentavelmente eu estava em outra reunião — para encerrar esta reunião e para que não se vote isso hoje.

Há um requerimento sobre a mesa com preferência de adiamento de votação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar, por favor.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu peço o adiamento da votação. Eu vou mandar outro requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O processo de votação já foi iniciado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não começou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Já estava iniciado o processo da votação.

Eu vou mandar outro requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O processo de votação já foi iniciado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não começou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Já estava iniciado o processo de votação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O (*ininteligível*) está prejudicado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior, para encaminhar, e depois ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, antes de os companheiros falarem, eu queria fazer um registro.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - V.Exa. vai votar a favor?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - V.Exa. falou, Deputado Silvio. Cale a boca porque eu estou falando.

Todos nós aprendemos — e nos acostumamos — com o discurso do Deputado Silvio Costa. Ninguém liga muito. Mas, quando agride uma entidade, como a ANAMATRA, não podemos aceitar, Deputado Silvio. Eu conheço a ANAMATRA. Seus integrantes são pessoas responsáveis, que têm relação aqui na Casa. Tudo bem. Mas falar “(*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*) Eu quero



que V.Exa. retire a expressão, porque ela tem representatividade, ela representa os juízes de todo o Brasil.

Por isso, não posso aceitar que V.Exa. trate essa entidade como tratou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu vou pedir à Secretaria que retire da ata e das notas taquigráficas as referências feitas à ANAMATRA, (*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*). Não é o comportamento que devemos ter com os magistrados brasileiros, Deputado Silvio.

(Não identificado) - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não a chamei de golpista, chamei-a de (*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*). E ratifico: (*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Todo mundo sabe, Deputado Silvio Costa, o sentido pejorativo que existe nessa palavra e como V.Exa. a usa nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior, para encaminhar, e depois ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, eu apenas queria lamentar que estejamos cerceando a palavra do Deputado Silvio Costa e retirando argumentos que ele insiste em manter. Eu não vejo que a palavra (*Expressão retirada a pedido do Presidente da Comissão*) seja agressiva. Eu acho que o *lobby* tem importância nesta Casa. Ele nos traz subsídios técnicos e fundamentos legais. Eu não vi nenhum abuso.

Aliás, eu queria registrar, antes que alguém fale, que isso não é, de maneira nenhuma, dizer que juízes, ministros, desembargadores não são importantes à estrutura pública federal e à democracia. São muito e tão importantes como médicos, como enfermeiros, como agentes comunitários da saúde, como professores, como Parlamentares. Eu sei que, se aumentarmos o salário dos Ministros, provavelmente vai vir aumento para os Parlamentares também, porque há uma proporcionalidade. Mas não imagino que algum Parlamentar vá votar a favor deste projeto por esse motivo.

Eu quero dizer que não se trata de uma questão específica. Aliás, pela minha história, tenho votado, nesta Comissão e em outras, contrário a aumento de salário



de várias categorias, de vários servidores, de todos os Poderes e órgãos, porque não me passa pela cabeça que este seja o momento mais adequado para que nós tentemos destinar a servidores aumento salarial. Este momento é de crise fiscal, de recessão econômica, de déficit de dezenas de bilhões, de crise política. Aliás, alguns se aproveitam desse momento de crise para tentar tirar algum benefício.

Não me passa pela cabeça que, com uma taxa de desocupação de 83% no Brasil, estejamos aqui, na Comissão de Trabalho, aumentando salário de quem tem o maior salário, repito, entre os servidores públicos federais, estaduais e municipais brasileiros e está entre os dois ou três maiores salários do mundo. E estamos fazendo isso justamente na Comissão de Trabalho. Parece-me extremamente inoportuno e equivocado.

Isso não é uma decisão relativa ao Judiciário, mas em relação à boa ou à má, à justa ou à injusta, à oportuna ou à inoportuna aplicação e destinação de recursos públicos. E, repito, não se trata apenas de recursos públicos federais. Isso terá consequência imediata nos cofres dos Estados e dos Municípios.

Por isso eu peço àqueles Parlamentares que, eventualmente, têm algum compromisso com uma categoria que, por favor, se retirem, que não botem seu dedo aqui, votando a favor da imensa injustiça que se vai fazer com cada brasileiro que vai pagar essa conta.

Segundo o IBGE, Presidente Benjamin, no Brasil, quem ganha 30 salários mínimos — deixa 34% do que ele recebe para tributos. Veja bem. Quem ganha 30 salários mínimos deixa 34%. Quem ganha dois salários mínimos no Brasil deixa 52% do que recebe em tributos. São essas pessoas que ganham até dois salários mínimos os que mais vão pagar se este Plenário cometer a injustiça de aprovar um projeto como esse.

Por isso, Presidente, apelo à sensibilidade, se não for técnica, financeira, jurídica, matemática, que seja humana dos meus colegas Parlamentares.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu tenho um requerimento de votação nominal.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Paulo Teixeira.



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, eu quero aqui falar em nome do Governo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não falei em nome do Governo, falei em meu nome.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Inicialmente, eu quero aqui falar sobre o respeito pelo Deputado Silvio Costa, Vice-Líder de Governo, que expôs suas opiniões como Parlamentar aqui. Nós temos o maior respeito, porque é um Deputado que contribui tanto para esta Casa, quanto para o Governo e para a política nacional. Igualmente, quero falar sobre o nosso respeito pelas instituições representativas da magistratura. Uma delas citada aqui, a ANAMATRA, é uma instituição da maior importância. A sua presença aqui nesta Casa enriquece esta Casa, assim como enriquecem as demais instituições da magistratura nesta Casa.

A nossa Constituição diz o seguinte:

Art. 2º. São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Portanto, a independência do Judiciário e a harmonia dos poderes são fundamentais manter nesta Casa. Qual é a nossa posição? A nossa posição, Sr. Presidente, é que a Comissão de Mérito aqui é a Comissão de Trabalho. As questões trazidas sobre o custo e a forma de implementação desse projeto serão debatidas na Comissão específica, que é a Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só uma dúvida, V.Exa. fala em nome do Governo?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Exatamente, Deputado. Quero aqui sugerir aos Deputados que nós possamos votar o projeto no que diz respeito à temática do mérito do projeto e, na Comissão de Finanças e Tributação, nós possamos debater os impactos desse projeto lá, e não aqui. Por isso, eu gostaria de pedir aos pares que votássemos favoráveis.

(Não identificado) - O Solidariedade acompanha o Governo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Contra o parecer do Deputado Nelson Marchezan Junior.

(Não identificado) - PSB acompanha.



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - E déssemos prosseguimento para a avaliação de mérito na Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Acabou o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Silvio Costa, há requerimento sobre a mesa de votação pelo processo nominal. Indago a V.Exa. se mantém o requerimento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vou manter e quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vou colocar em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, não. Eu tenho o direito de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - De ofício, eu já concedo de ofício a votação nominal.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, não, não senhor. Eu tenho o direito de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Votação nominal.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu tenho o direito de encaminhar. Presidente, eu tenho o direito de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Já está sendo atendido. Está prejudicado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu tenho o direito de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Encaminhe, Deputado Silvio.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É o Regimento. Eu tenho o maior carinho pelo Deputado Paulo Teixeira. Acho que é um dos Parlamentares mais competentes desta Casa. Entretanto, eu quero registrar ao Deputado Paulo Teixeira que eu sou Vice-Líder do Governo — são 10 Vice-Líderes, ele também é Vice-Líder — e que eu fui pego de surpresa aqui — eu não falei em nome do Governo — com essa posição do Governo. Acho uma posição lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Falou como Vice-Líder do Governo, Deputado Silvio.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não falei como Vice-Líder. Eu não falei. Eu não falei como Vice-Líder. Eu não falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está nas notas taquigráficas. Pediu a palavra como Vice-Líder.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não pedi. Pode pegar as notas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Peço aos Srs. Parlamentares. Vamos concluir o processo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu só quero me inscrever para encaminhar também.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu acho, eu não quero aqui discutir aqui com o Deputado Paulinho, que é meu amigo, mas a orientação do Governo — não estou falando sobre o Governo — é diferente do que V.Exa. disse. A orientação do Governo, sabe qual é a orientação do Governo? Está escrito aqui pelo Governo, Paulinho: retirar de pauta. É diferente do que você encaminhou, mas como você falou pelo Governo...

(Não identificado) - Mas o Governo é assim mesmo, é atabalhado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O Governo manda retirar de pauta. O Vice-Líder do Governo diz que o Governo é a favor. É o samba do crioulo doido.

(Não identificado) - E você Vice-Líder concorda.

(Não identificado) - É o Governo Dilma.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou encaminhando o requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Presidente, isso é uma briga de Governo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu quero a votação nominal. Eu quero a votação nominal, porque eu jamais vou ceder ao *lobby*. Se o Governo encaminhou, o Governo está errado. Já tínhamos alguns votos ali. O Governo acabou de se autoderrotar mais uma vez. Pelo menos uns quatro, cinco, ou seis votos nós tínhamos, mas com esse encaminhamento do Governo, paciência. Entretanto, eu vou votar a favor dos pobres.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu quero me inscrever para encaminhar contrariamente ao requerimento.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Gostaria de fazer uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pode falar.

(Não identificado) - Presidente, encerre a discussão e abra o painel.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu apenas queria encaminhar contra porque eu acho que essa pauta merece ser apreciada. Acho que os Parlamentares devem de imediato se posicionar aqui. Achei estranho e me frustrei muito porque durante muitas vezes nesta Comissão eu tive uma ajuda da estrutura pública do Governo trazendo dados técnicos, elementos e mostrando a situação financeira caótica.

Então, para mim é muito frustrante quando o Governo vem aqui e — como se diz lá no Rio Grande do Sul, “me caíram os butiás do bolso” — diz que se exploda o Brasil, eu quero salvar a Dilma, que se exploda o Brasil. O último apelo que eu vou fazer depois de TSE, depois de TCU, depois de Câmara, depois de Congresso, será ao STF. Eu não posso brigar com o STF. O argumento pífio é que isso não é mérito desta Comissão. Então que porcaria esta Comissão está votando aqui? Por que o Presidente delegou para votarmos aqui?

Está aqui nas competências das Comissões.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

.....
e) política salarial;

Esta é a política salarial que a Comissão de Trabalho vai defender: dar aumento em um momento de crise, em um momento de recessão, em um momento de déficit para aqueles que já têm os maiores salários. Esta é a política salarial que o Governo da Presidente Dilma está defendendo.

Eu queria lamentar e associar-me aos da Oposição, aos da base e aos do meio, que ficaram frustrados com essa posição e com toda a estrutura técnica do Governo, que tem trabalhado no sentido de administrar as incompetências gerenciais e políticas deste Governo. Então, registro aqui que a Presidente Dilma, através dos seus representantes, está votando para salvar-se, contra o Brasil e contra os brasileiros. Obrigado, Presidente.

Aproveito e peço vista do projeto.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Presidente, já estamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado, está indeferido o pedido de vista porque já se encontra em processo de votação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Como se encontra em processo de votação? Só um pouquinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Indeferido.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Se eu estou encaminhando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Se V.Exa. é o Relator do voto, como pode pedir vista de algo que V.Exa. é o Relator?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Se eu estou encaminhando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Jamais.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está em processo de votação, Deputado Silvio.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Cabe de qualquer maneira. Eu quero pedir vista. Respeite o Regimento. Pedido de vista cabe em qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não pode. Está indeferido. Recorra da decisão.

Srs. Parlamentares, o voto...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Olha o respeito aqui! O senhor se comporte bem! O senhor se comporte bem! Olha aqui o respeito. Eu vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Srs. Deputados... Eu não vou deixar, Deputado Silvio Costa, que acabe a reunião em meio a tal balbúrdia, não, Deputado. Não, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor vai me dar o tempo. Vai! Eu vou ler!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não existe isso. Não. Não pode, não no processo de votação.

(Não identificado) - O processo de votação foi na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O processo de votação foi semana passada. Não. Não pode. Isso não pode.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Leia aqui a questão de ordem.

(Não identificado) - Não vou ler. Com o senhor me entregando aqui, eu não vou ler não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Leia aqui. Olhe aqui Presidente, o pedido de vista pode ser solicitado antes de iniciar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Já iniciou a votação, Deputado. Já iniciou. Já iniciou, Deputado. Deputados, nós estamos em votação do projeto. Quem votar "não"...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, abra o microfone ou então nós teremos que ir à mesa e falar ao seu microfone para sermos ouvidos. V.Exa. abriu de forma antirregimental. Agora abra o microfone para registrar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado, de ofício, eu neguei a questão de ordem, porque o processo de votação já havia sido votado de forma nominal. Para que os senhores entendam, quem votar "sim" vota favorável ao voto do Deputado Nelson Marchezan Junior. Quem vota "não" vota contrário ao voto do Deputado Nelson Marchezan Junior e favorável ao projeto de lei originário do Supremo Tribunal Federal.

Quem vota "sim" é favorável ao Deputado Nelson Marchezan Junior e "não" é favorável ao projeto de lei.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vamos derrotar o de Nelson Marchezan Junior. Eu já peço vista antecipadamente do Laercio Oliveira. Está bem? Já consertei o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não pode, Deputado Silvio Costa. Vamos concluir a votação.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Não concedo vista ao senhor, não.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu já estou pedindo vista do Deputado Laercio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não pode, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Não concedo vista ao senhor, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vamos concluir a votação. Peço aos Parlamentares presentes que votem, para que possamos concluir a votação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, questão de ordem.

(Não identificado) - Sr. Presidente, vamos continuar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Para que os senhores entendam, o processo de votação começou sob a Presidência da Deputada Geovania de Sá, quando designou o Deputado Nelson Marchezan Junior para ser Relator do voto vencedor. O que aconteceu? Não foi concluída a votação, porque o quórum caiu, a sessão caiu. Então, esta votação continua desde aquela sessão. Não cabe pedido de vistas. Não cabe pedido de vistas.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Indago se todos os Parlamentares já votaram.

(Não identificado) - Já.

(Não identificado) - Eu não votei!

(Não identificado) - Todo mundo já votou!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, por favor, me dê o som aqui.

(Não identificado) - Vote primeiro! Encerra a votação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, quero registrar uma questão de ordem aqui. Sr. Presidente, Benjamin Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Estamos em processo de votação, Deputado Nelson Marchezan Junior. Iremos concluir a votação.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E no processo eu não posso fazer o encaminhamento de questão de ordem? Sr. Presidente, estou falando com V.Exa. Responda-me. Sr. Presidente Benjamin Maranhão, eu quero fazer o encaminhamento. Gostaria que V.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Encaminhe sua questão de ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Nos termos do art. 57, de acordo com o que aconteceu nesta Comissão...

(Não identificado) - Encerre a votação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu estou no encaminhamento da questão de ordem e eu gostaria que o Presidente me escutasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu estava fazendo o encaminhamento contrário ao requerimento do Deputado Silvio Costa. E No encaminhamento, antes de devolver a palavra a V.Exa., eu pedi vistas. Se eu estava fazendo o encaminhamento, Sr. Presidente, por óbvio, nós não estávamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Estávamos sim, Deputado, desde a outra sessão.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu estava encaminhando o requerimento do Deputado Silvio Costa. Eu quero registrar isso. Eu estava encaminhando o pedido, o requerimento de retirada de pauta, de adiamento de votação do Deputado Silvio Costa. E, no final do meu encaminhamento, antes de concluir, de entregar a palavra a V.Exa., eu fiz um pedido de vistas. Então, eu quero deixar esse...

(Não identificado) - Contraditar. Eu quero contraditar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, por favor, me dê a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu quero concluir. Eu quero concluir. Eu quero concluir a minha questão de ordem. Eu quero concluir a minha questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu quero falar. Após a votação, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - "Sim" 5 votos; "não" 16; quórum 21. Vou designar o Deputado Laercio Oliveira, que apresentou o voto separado. Rejeitado o parecer vencedor.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Laercio Oliveira, o seu voto separado.

(Não identificado) - Ele vai te dar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Depois, Deputado. Deputado Laercio Oliveira, que é Relator do voto em separado, que havia apresentado anteriormente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A sua questão de ordem está recolhida. Está recolhida. A sua questão de ordem está recolhida.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, V.Exa. está perdendo a legitimidade! V.Exa. está pior que a Presidente Dilma! V.Exa. está perdendo a legitimidade, Sr. Presidente. Siga o Regimento, Sr. Presidente! V.Exa. está fugindo do Regimento! V.Exa. está contra o Regimento, contra a lei para votar o projeto, Sr. Presidente. Sr. Presidente, não é aceitável isso! V.Exa. perde a legitimidade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu vou pedir a V.Exa. que respeite o Deputado Laercio Oliveira, que se encontra com a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu respeito o Deputado Laercio Oliveira! V.Exa. é que não me respeita! Eu estava com a palavra, V.Exa. tirou-me a palavra. Quem perde a legitimidade é V.Exa., não é o Deputado Laercio Oliveira. Não é ao Deputado Laercio Oliveira a quem eu me refiro, não é a



nenhum outro Parlamentar. É a V.Exa., que está na Presidência, que insuflou e que perturbou a outra Deputada que estava presidindo a Comissão na sessão retrasada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado, V.Exa. foi derrotado por 16 votos a 5. Não fui eu que tomei a decisão. Foi o Plenário, de forma soberana.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu estou com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - E vou pedir a V.Exa. que me respeite. Eu não tenho medo de dedo levantado. Não pense que eu tenho medo de ninguém, não!

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - V.Exa. me desrespeitou e desrespeitou a Deputada Geovania de Sá, desrespeitou os Deputados aqui desta Comissão, quando faltava um Deputado para dar quórum e o seu parecer ser derrotado novamente. V.Exa. fez os seus assessores que, seguidamente, violam o Regimento, fez os seus assessores obrigarem a Deputada aqui a encerrar, na pressão, antes de meia hora para esperar a quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Isso não é verdade, Deputado. Eu vou dar a palavra ao Deputado Laercio Oliveira, que está com seu voto pronto.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - V.Exa. não me deixou concluir minha questão de ordem. V.Exa. interrompeu minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu deixei, Deputado. Eu deixei, Deputado. Deputado, não há o que discutir. No processo democrático, tem que saber ganhar e perder. V.Exa. perdeu a votação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - V.Exa., na Presidência, utilizou a Presidência porque não sabe perder. V.Exa. encerrou a reunião antes de 30 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Questão de ordem!

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não, Sr. Presidente!
Não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com a palavra... com a palavra... Qual é o artigo?



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Bote o som. Art. 57, inciso XVI. Pegue aí com o universitário. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu tenho preferência para falar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Questão de ordem tem preferência.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Eu tenho preferência, pois já estava com a palavra.

(Não identificado) - A Deputada Geovania de Sá quer falar. Ela foi citada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Questão de ordem. Eu vou ler a questão de ordem: *“Ao membro da Comissão que pedir vista do processo, ser-lhe-á concedida esta por duas sessões”*.

(Não identificado) - *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Amigo velho, ou nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - V.Exa. está repetindo a questão de ordem anterior, que já foi negada.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não foi negada.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Deputado Silvio Costa, eu tenho preferência. Deputado Silvio Costa, eu tenho preferência.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, ou nós vamos levar isso aqui dentro do Regimento ou nós vamos para uma luta que não é a melhor luta, porque eu topo derrotar esse projeto de qualquer forma. Agora, veja bem, veja bem...

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Deputado Silvio Costa, eu tenho preferência. Eu sou o Relator, sou Vice-Líder. Tenho preferência, a palavra está comigo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu estou com a palavra. Eu fiz a questão de ordem. Eu fiz a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Formule sua questão de ordem. Diga o que V.Exa... Já formulou?
Sua questão de ordem. Já formulou?



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Como é que eu posso formular sem som?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) – Formule sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Também tenho outra questão de ordem para apresentar depois, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Então são duas questões de ordem. Questão de ordem para ser apresentada.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu posso falar?

Presidente, eu tenho a melhor relação com V.Exa. V.Exa. tem conduzido esta Comissão — está terminando o ano — sinceramente com um relacionamento humano bom. Agora veja, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) – Deputado, eu vou fazer uma questão de ordem...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA Calma! O parecer do Deputado Laercio Oliveira é uma nova votação, Presidente. Então, eu estou pedindo vistas. E diz aqui...

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA – Não cabe vistas.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Espera aí, você não é o Presidente. Veja bem...

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA – Ainda, viu?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Espera aí. Não se admite a renovação de pedido de vistas, salvo mudança de legislatura. Esse é um ponto. Outro: o pedido de vista pode ser solicitado antes de iniciar a votação. Não iniciou a votação dele.

Então, amigo, não faça isso não, porque eu vou recorrer. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Não custa nada, Vocês têm maioria. Vai ser massacre. A gente só teve cinco votos. Mas, em nome do regimento, até para eu não recorrer e isso vai cair... Ademir Camilo lembra disso. Ademir, você tem razão, e caiu lá uma votação.

Façam o seguinte: deixem o massacre para a próxima quarta. Vocês já ganharam, por conta da incompetência do Governo! Vocês já ganharam!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado, isso não é questão de ordem. Com a palavra, garantida, eu peço que respeitem o Deputado Laercio Oliveira. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Não há questão de ordem. Com a palavra o Deputado Laercio Oliveira. (*Tumulto.*)

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Presidente, questão de ordem! Presidente, questão de ordem!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. LAERCIO OLIVEIRA - Eu gostaria de apresentar...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Presidente, questão de ordem! Presidente, questão de ordem!

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - ... na Comissão de Trabalho...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Presidente, questão de ordem! Presidente, questão de ordem! (*Tumulto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) – A palavra está com o Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Presidente, questão de ordem! Presidente, questão de ordem!

(Não Identificado) – Tira o microfone. Bota moral nisso!

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Deixa eu ler o meu voto.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Presidente, questão de ordem! Foi pedida antes, Presidente!

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ – Presidente, eu...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) – Deputado Nelson Marchezan Junior, não há mais questão de ordem, porque foi concedida uma questão de ordem a V.Exa. e outra ao Deputado Silvio Costa. Portanto, conforme art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, não há questão de ordem. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

Eu vou passara a palavra ao Deputado Laercio Oliveira. Não há questão de ordem, porque não é regimental!



A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ – Presidente, eu fui citada, eu gostaria que me garantisse...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, leia para mim, por favor, o Regimento Interno.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ – Deputado Nelson, só um pouquinho, com todo o respeito a V.Exa... Eu gostaria que, depois, Sr. Presidente, o senhor me garantisse a palavra, porque eu ui citada, com todo o respeito, pelo meu colega de bancada, Nelson Marchezan Junior, quando eu presidi, na outra sessão, esta Comissão em relação a esta matéria.

Eu gostaria de colocar que, em momento algum, eu fui coagida. Eu segui o regimento, tanto que coloquei para aprovação. Foi rejeitado, encaminhei o relatório e, com o Deputado Nelson Marchezan Junior contrário, esperei 22 minutos, porque não é do regimento desta Comissão aguardar 30 minutos. Quando não deu quórum, encerrei a Comissão. Gostaria que ficasse registrado, com todo o respeito ao meu colega, Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) – Está registrado, Deputada Geovania de Sá.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu peço a V.Exa. que leia o fundamento regimental pelo qual V.Exa. me impede de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) – Art. 95.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Eu apresentei...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Por favor, leia o art. 95, Presidente. Onde está o limite, Presidente?

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA – Eu gostaria de apresentar o meu voto aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, por favor!

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - ... para as Sras. e Srs. Deputados aqui presentes. Esta é a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu peço a V.Exa. que leia o artigo pelo qual V.Exa. me cerceou uma questão de ordem.
(*Tumulto.*)



(Não identificado) - Ou corte o microfone do Deputado ou conceda a palavra, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado Laercio, eu peço perdão a V.Exa...

(Não identificado) - Ou corta o microfone ou conceda...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Essa não é uma questão com V.Exa. nem com o Relator nem com o Deputado. *(Tumulto.)*

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Vou direto ao voto. Eu queria... Posso fazer o voto? Vou direto ao voto.

É um voto em separado, que faz parte do Projeto nº 2.646, de 2015. Esta é a Comissão, como todos sabem, de Trabalho, Administração e Serviço Público. Muitas vezes alguns colegas usam o microfone para falar sobre a política de remuneração de servidores públicos. Eu quero dizer que esse projeto não tem nenhum condão específico de aumentar o salário daquele grupo seletivo de magistrados, de Ministros do STF.

Entendo que a nossa função aqui é cuidar da remuneração dos servidores públicos como um todo, dos agentes públicos, que inclusive sofrem nos últimos anos — e aqui não quero nominar governo nenhum — com os baixos salários. E a nossa função aqui é atender não só os Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas atender a todos. E o nosso papel aqui nesta Comissão tem sido nesse sentido.

Portanto, eu queria ir direto ao voto, chamando a atenção para alguns aspectos aqui.

O projeto enviado pelo Supremo Tribunal Federal sequer resgata todo o período de perdas que foram ocasionadas principalmente porque, em 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, portanto quatro anos, além de 2010, 2011 e 2012, mais três anos, não houve o obrigatório e constitucional reparo anual do poder aquisitivo da remuneração dos integrantes do Poder Judiciário. Mas eles se estendem a todos os outros.

Por outro lado, a respeito de argumento colocado por alguns Deputados, na última discussão de projeto, na



reunião do dia 23 de setembro, cabe ressaltar que o próprio Presidente do Supremo Tribunal já afirmou: “Nós configuramos o teto de todos os servidores, mas isso não significa automaticamente que haja efeito cascata. Como o próprio STF já decidiu, somente por lei formal é que os aumentos podem ser colocados em prática. Não há nenhum efeito automático cascata.”

Não se pode deixar de lembrar, ainda, que, de forma incidental, já que se trata do tema próprio da Comissão de Finanças e Tributação, que os gastos do Judiciário, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode ultrapassar 6% da despesa corrente líquida da União, o que nem de longe está afetado, atingido ou comprometido por este projeto.

Em outras palavras, o projeto encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte de Justiça do Brasil, adequa-se orçamentariamente e não seria ele o elemento comprometedor da crise econômica brasileira.

Em face do exposto, Sr. Presidente, voto, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.646, de 2015, nos termos do substitutivo em anexo, que passo a ler para a clareza da votação dos Srs. Deputados e Deputadas.

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.646,
DE 2015**

Art. 1º O subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 3º desta Lei será reajustado da seguinte forma:

I – 8,19% a partir de janeiro de 2016;

II – 8,19% a partir de março de 2016.



Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 3º O reajuste previsto no art. 1º desta Lei fica condicionado a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação prévia, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 6 de outubro de 2015.

Laercio Oliveira

Deputado Relator.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Gostaria de encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, Presidente! (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não há pedido de vistas, porque nós estamos em processo de votação. A questão de ordem já foi respondida. Já foram levantadas questões de ordem. (*Intervenções fora do microfone. Inaudível.*)

Há dois requerimentos sobre a Mesa: um de quebra de interstício, que se encontra prejudicado, e um requerimento do Deputado Silvio Costa.

Nos termos do art. 117, inciso XIII, do Regimento Interno, requer a votação artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 2.646, de 2015.

Com a palavra o autor do requerimento.

(Não identificado) - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu quero comunicar que tudo o que está sendo feito aqui hoje não vai valer nada, porque eu vou recorrer lá na Presidência e eu tenho certeza de que ele vai encerrar esta votação, porque é uma coisa absurda.



Todo o mundo sabe que cabia vistas. Eu pedi vistas, mas V.Exa. não deu vistas. Eu já vi que nós já perdemos. Só tivemos cinco votos. Sabe o que eu vou fazer? Eu não vou perder tempo. Vou comunicar a V.Exa. que vou recorrer desta votação por vários motivos, por atropelo de regimento, por ter pedido vistas, e V.Exa. não as ter concedido. Não vou compactuar com esse tipo de coisa para fazer média, que é o que vocês querem, com o Judiciário. Vou recorrer e trabalhar para o Brasil. Tchau!

(Não identificado) - Nós estamos fazendo média é com o Governo, Deputado Silvio Costa!

(Não identificado) - Retirou o requerimento.

(Não identificado) - Presidente, seguindo orientação do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação. V.Exa. retirou o requerimento, Deputado Silvio Costa?

(Não identificado) - Retirou o requerimento. Retirou, já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação o requerimento...

(Não identificado) - Não, discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - ... e votação artigo por artigo.

(Não identificado) - Vou encaminhar o voto "não".

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não retirei o requerimento! Em nenhum momento eu falei que iria retirar.

(Não identificado) - Encaminhar contra.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Em nenhum momento eu falei que iria retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Ademir Camilo quer encaminhar a votação?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Quero encaminhar.

Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa disse claramente que não iria atrapalhar em nenhum momento e que não iria pedir nada que fosse para adiar. Mas já que ele voltou...

(Não identificado) - Nós temos que derrubar o requerimento.



O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - ... vamos derrubar o requerimento.

Mas queria lhe dizer, Sr. Presidente, que o Deputado Nelson Marchezan Junior não pode, é óbvio... Regimentalista, faz aqui o seu papel muito bem, mas ele sabe que, pela terceira vez, ele usou da palavra para ir ao processo de votação. V.Exa. deu a ele o tempo necessário, mas ele sabe do regimento. Esse requerimento só cabe em encaminhamento, só em encaminhamento.

Espero — e o Deputado Nelson Marchezan Junior não é Vice-Líder, não é Vice-Líder —, que possa cumprir o regimento, e a gente votar “não”, porque esse é um processo que está esgotado, e as pessoas precisam saber perder, precisam saber perder!

Agora, não cabe, na história do Deputado Nelson Marchezan Junior fazer o que ele e está fazendo aqui. Quando ele argui o regimento, este está também para que ele possa cumprir, assim como nós todos.

Então, não vamos atropelar, vamos dar conta da nossa pauta. E espero que a gente rejeite artigo por artigo e possa liquidar esse assunto o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Ronaldo Lessa para encaminhar, depois o Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO RONALDO LESSA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero deixar registrada a minha posição e da minha companheira do PDT. E faço parte da base do Governo. O PDT acabou de assumir o Ministério das Comunicações, mas eu acho que o grande problema daqui, além da crise econômica, é a crise de credibilidade que este País vive. Eu não vejo condições... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

Não, o País. O problema do Governo afeta o País, está afetando esta Casa, afeta outros lugares, afeta a credibilidade do empresário. Há um terrorismo que se faz maior do que acontece. E ações como esta, por exemplo, num País que está pedindo o sacrifício de todos os trabalhadores, que veta o aumento dos servidores do Judiciário, que eu tinha inclusive dito que iria apoiar. Não sei se apoio, porque vou votar contra o do Supremo, porque acho uma contradição, um País que está pedindo o sacrifício do Governo, que pede sacrifício ao País mandar apoiar aqui a proposta de aumento daqueles que têm o maior salário do País.



O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Presidente, o Deputado Silvio Costa se ausentou. Entendo eu...

O SR. DEPUTADO RONALDO LESSA - Não há condição... Desculpe, por favor, eu estou encaminhando. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Ronaldo... Deputado Marchezan, V.Exa. não é Vice-Líder, não pode encaminhar.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Deputado Ronaldo, Deputado Ronaldo, Deputado Ronaldo, eu queria lhe pedir desculpas, pensei que V.Exa. tinha terminado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Ronaldo com a palavra.

O SR. DEPUTADO RONALDO LESSA - Então eu só queria dizer isso. Tem que deixar claro que problema maior do que a crise é essa questão de credibilidade. Imagine para a opinião pública hoje saber que aqui nós votamos para aumentar o salário do Supremo. E não é só isso, um País... Eu não estou dizendo que o Supremo não é importante não. Eu acho que a avaliação de um país é muito mais das ações do Judiciário do que do Executivo. Um país justo, um país que tenha um Judiciário que respeite o povo e os direitos humanos é muito melhor, porque o Executivo muda, mas o Judiciário não muda, ou quase não muda. Portanto, eu não estou tirando o mérito do Judiciário. Agora um país também não pode ter um salário mínimo de 700 reais e passar para 40 mil reais o salário de Ministro do Supremo, fora o que ele recebe por fora, porque há outras coisas, outros penduricalhos que ele recebe, direito disso, direito daquilo. Quer dizer, é isso que faz com que o País esteja vivendo a crise que está vivendo.

Portanto, fica registrado o voto do PDT contra esse aumento do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Contra o requerimento, então, não é Deputado?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não.

V.Exa. está com a palavra.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - V.Exa. está me concedendo a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Estou concedendo, Deputado, questão de ordem. Qual é o artigo da questão de ordem?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O artigo da questão de ordem, Sr. Presidente, eu tenho o inciso aqui, deixa-me ver: é o art. 57, inciso XII, e se refere à Questão de Ordem nº 5.568, que já foi decidida aqui nesta Casa, onde se coloca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O Regimento não fala. Qual é o artigo, Deputado, para formular a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu acabei de ler, Sr. Presidente, art. 57, mas V.Exa. não ouviu. É o art. 57, inciso XII, onde fala que quando um voto, especialmente — repito, Questão de Ordem nº 5.568 — um voto em separado, e já votado novamente, onde o voto é derrotado, é o terceiro voto no mesmo projeto, estabelece aqui que, rejeitado o parecer do Relator, ou seja, por duas vezes já foram rejeitados os dois pareceres dos Relatores, estamos no terceiro relatório, eventual voto em separado do parecer é submetido à deliberação da Comissão, ou seja, nós abrimos de novo a discussão. Então, eu queria que ficasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não, não é isso, Deputado. Ele é votado novamente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deixa-me concluir, Sr. Presidente. Apenas eu queria, Sr. Presidente, que ficasse registrado isso para eventual recurso. E se V.Exa. me permite, eu queria só fazer uma referência aqui à Deputada Geovania de Sá, que, de maneira nenhuma foi pejorativa, mas ela reafirmou aqui que encerrou a votação com 22 minutos e é praxe desta Comissão encerrar e aguardar 30 minutos.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Mas não é regimental, Deputado Nelson Marchezan.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não, não é regimental. V.Exa. tem razão, eu tenho certeza.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Então, eu segui o Regimento.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, eu apenas queria registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação o requerimento de votação, artigo por artigo.

Aqueles Deputados que forem contrários ao requerimento de votação, artigo por artigo, se manifestem. *(Pausa.)*

Contrários ao requerimento. Rejeitado.

Em votação o parecer do Deputado Laercio Oliveira.

(Não identificado) - Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não há vista de pedido de votação, Deputado.

(Não identificado) - Eu quero apenas que fique registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao relatório do Deputado Laercio Oliveira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário dos Deputados Leonardo Monteiro, Walney — o Deputado Nelson Marchezan Junior não pode porque estão presentes dois titulares — da Deputada Flávia Moraes e do Deputado...

(Não identificado) - Encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Encerrada a votação.

Aprovado o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Lessa.

O SR. DEPUTADO RONALDO LESSA - Sr. Presidente, eu queria apenas confirmar, eu sou suplente aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - É suplente, Deputado. Mas está manifestado o seu voto contrário — aprovado com o seu voto contrário, registrado também.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, há uma série de requerimentos de inversão de pauta.

(Não identificado) - E os requerimentos, os itens, primeiro?

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Há uma série de requerimentos.



(Não identificado) - Os requerimentos aprovados em bloco, que o senhor disse que depois os colocaria em votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Aqui, no caso, os requerimentos foram aprovados anteriormente.

(Não identificado) - Foram aprovados. Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Aqui há requerimentos de inversão de pauta dos seguintes itens: Itens 83, 75, 15, 49, 57, 40, 85, 22, 40, 29, 36, 50, 79 e 64. Vamos repetir: Itens 83, 75, 15, 49, 57, 40, 85, 22, 29, 36, 50, 79, 64, 86, 69, 63, 23 e 26.

Consulto o Plenário se podemos votar em blocos as versões, para iniciar.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Com certeza, Sr. Presidente. Vamos votar em blocos, para agilizar os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O.k. Vamos lá. Primeiro item da pauta é o Item 83.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Tem que aprovar a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Já está aprovada a inversão.

Projeto de Lei nº 1.428, de 2015, do Sr. Carlos Sampaio, que *“altera o art. 1º, VI e IX, da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que dispõe sobre Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, e dá outras providências”*. Relatora a Deputada Geovania Sá. O parecer é pela aprovação.

Com a palavra a Relatora.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria de ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Obrigada.

O objetivo declarado pelo Governo Federal ao lançar o PRONATEC, executado pelo Ministério da Educação — MEC, foi o de ampliar o acesso à educação profissional por meio da oferta de bolsas de estudo. A Presidente assumiu publicamente o compromisso de transformar o PRONATEC em um programa do Estado brasileiro. Porém a meta de beneficiar 8 milhões de brasileiros até 2014, declarada no lançamento, ainda não foi atingida.



No mérito, o programa sempre mereceu aplausos mesmo dos Parlamentares que se colocavam no campo de oposição ao Governo na época, mas que alinharam em favor do objetivo de aperfeiçoar a educação técnica no País. Porém, apesar das nobres intenções do Executivo Federal em relação ao PRONATEC, preocupava a muitos os evidentes problemas de gerenciamento e financiamento do programa.

Recordamos a tramitação da Medida Provisória nº 548, de 2011, que abria crédito em favor do MEC para oferta de bolsas do PRONATEC. O uso desse instrumento legislativo já demonstrava falta de planejamento financeiro e o imprevisto orçamentário do programa, pois a Constituição Federal permite a abertura de crédito extraordinário por meio de uma MP somente para atendimento de despesas relevantes, urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Portanto, Sr. Presidente, a utilização de instrumento legislativo precário e excepcional para dar suporte financeiro ao programa era sem dúvida um mau agouro e levava ao descrédito a intenção de tratar o PRONATEC como um programa de Estado, concebido para durar além das vicissitudes políticas eleitorais do momento.

Infelizmente, os prognósticos sobre as dificuldades de gestão e de financiamento do programa parecem se confirmar. O orçamento do MEC para o ano corrente sofreu um corte de 10 bilhões e as vagas ofertadas pelo PRONATEC sofreram um corte de 60% em relação a 2014.

Além da preocupação com óbvia falta de suporte financeiro de longo prazo, preocupa-nos também o momento em que se amputam as metas do programa. Diante da grave crise que assola a economia nacional, a fragilidade dos instrumentos de qualificação dos trabalhadores aumenta de forma contundente o sofrimento daqueles que estão em busca de uma posição no mercado de trabalho.

Lembramos também que a importância do PRONATEC para as situações de desemprego foi enfatizada pelo próprio Ministro da Educação, Fernando Haddad, ao anunciar, em outubro de 2011, que a União poderia vincular a concessão do seguro-desemprego à frequência em um curso de educação profissional. Na ocasião, esclareceu que o beneficiário do seguro-desemprego por demissão sucessivas



deveria começar a frequentar um curso de educação profissional em uma parte do dia para ter mais chances de conseguir uma vaga melhor no mercado trabalho.

Como se vê, todas as medidas contidas na proposição em análise estão em perfeita sintonia não só com o conteúdo da Lei nº 12.513, de 2011, como também com as intenções declaradas pelo Governo Federal ao criar o programa. Ao indicar uma fonte estável de recursos públicos para o PRONATEC e preservar a continuidade das ações de qualificação profissional, o projeto deseja apenas assegurar que o programa seja de fato uma política de Estado e não uma armadilha eleitoral para capturar votos de brasileiros esperançosos.

A importância do projeto não se avulta em razão do grave momento por que passa o mercado de trabalho. Nesse momento, uma oportunidade de qualificação profissional significa muito para os trabalhadores, para a economia e para o próprio orçamento público, pois a formação adequada abrevia, em muito, a longa espera do trabalhador por uma colocação profissional, aumenta a eficiência da mão de obra, com óbvios reflexos positivos para a competitividade da economia e diminui a demanda pelo benefício do seguro-desemprego.

Estamos seguros de que, se preservarmos os programas de capacitação profissional, não só amenizaremos o desemprego presente como também aproveitaremos uma grande oportunidade para sairmos da crise mais fortalecidos.

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.428, de 2015, do Sr. Deputado Carlos Sampaio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu coloco aqui a importância de nós, desta Comissão, neste momento, aprovarmos uma política pública de Estado e não uma política de Governo, como é o PRONATEC.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, quero parabenizar a Deputada, relatora do projeto. Entretanto, temos que discordar em caracterizar o PRONATEC como um programa de Governo, porque se é um programa de Governo teria que ter iniciado no Governo. Alguém teria que ter tido a



iniciativa de implantar o PRONATEC, mesmo que ele seja depois transformado numa política de Estado.

Agora nós não podemos desqualificar o projeto, chamá-lo de um projeto eleitoreiro, até porque quem diz isso não conhece lá na base onde as pessoas estão sendo formadas pelo PRONATEC. Sr. Presidente, eu, por exemplo, sou testemunha, ouvi de uma senhora este testemunho: ela tem nove filhos, perdeu um para o tráfico, ela é alcoólatra, cuida dos outros oito filhos, fez o PRONATEC. Ao fazer o PRONATEC, Sr. Presidente, ela, que era alcoólatra, parou de beber e hoje está montando o seu salão de beleza, após fazer um curso nessa área. Ela deu o testemunho que está se tornando uma pequena empresária.

Então, o PRONATEC — além desse exemplo, há centenas, milhares de exemplos que eu já vi — é um programa cidadão, um programa salva-vidas, porque ele salva as pessoas. Esse programa não pode ser desqualificado — eu não sei se foi o autor do projeto que usou essa argumentação ou a relatora. Mas esse é um projeto que não pode ser ter essa qualificação de eleitoreiro. Pelo contrário, ele é um programa cidadão, um programa que tem salvado as pessoas, que dá oportunidade àquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar, como a maioria de nós aqui tivemos, que às vezes não têm família, que às vezes, depois de adulto, estão tendo a oportunidade de fazer um curso profissionalizante e educacional, para poder, então, se readaptar na sociedade.

Portanto, eu quero aqui parabenizar o Governo do Presidente Lula, sobretudo da Presidenta Dilma, pelo incentivo, pela implantação do PRONATEC. Que esse programa possa continuar salvando as pessoas, qualificando profissionais em nosso País, homens e mulheres, para que eles possam ter melhores condições de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação do relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Leonardo Monteiro.

O próximo item da pauta é o Item 75, Projeto de Lei nº 8.815, do Deputado Carlos Andrade, que *“dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e extrativista, que tenham suas terras inundadas por ocasião*



de enchentes sazonais”. Relatora é a Deputada Geovania de Sá. O parecer é pela aprovação deste e do PL nº 224, de 2015, apensado com substitutivo.

Com a palavra a Relatora.

(Não identificado) - Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Item 75.

Com a palavra a Relatora, Deputada Geovania de Sá.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Obrigada.

Estamos totalmente de acordo com as propostas que visam a amparar o agricultor familiar e o extrativista quando, em virtude de excessos hídricos, estiverem impedidos de exercerem sua atividade, a qual constitui a sua única fonte de renda, indispensável à sobrevivência familiar.

Trata-se de situação semelhante à do pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal e é contemplado pelo benefício seguro-desemprego, disciplinado na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, recentemente alterada pela Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015.

Nesse sentido, os projetos em exame utilizam termos parecidos com os da Lei nº 10.779, de 2003, antes da alteração procedida para ajustar a concessão do seguro-desemprego à realidade da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador, cujos recursos custeiam benefícios para todos os trabalhadores empregados, os pescadores artesanais e, esperamos, doravante também para os agricultores e/ou extrativistas.

Porém, apesar de sermos totalmente favoráveis às propostas, entendemos que elas devam sofrer alterações de modo a serem adequadas a modificações feitas na sistemática do benefício do seguro-desemprego, concedido a todos os trabalhadores, notadamente para o pescador profissional artesanal, tendo em vista a idêntica característica do benefício.

Além disso, pensamos que, nos termos propostos nos projetos, haveria uma discriminação aos agricultores extrativistas das localidades assoladas por secas



severas, fenômeno da estiagem, que sofrem tanto quanto ou mais que os atingidos pelas enchentes, excessos hídricos.

É sabido que, para os locais sujeitos à seca, abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, os agricultores são agraciados pelo benefício garantia-safra, criado pela Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, com o objetivo de assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de localidades sistematicamente sujeitas à perda de safra por razão do fenômeno da estiagem.

As enchentes também são consideradas para o efeito da concessão do benefício garantia-safra no âmbito do Programa Garantia-Safra, que, posteriormente, foi estendido ao Estado do Espírito Santo, apesar de o Estado não fazer parte da SUDENE.

Ocorre que o valor do benefício garantia-safra é bem inferior ao salário mínimo mensal, previsto nos projetos como valor do seguro-desemprego. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, na safra 2013/2014, o valor anual do benefício garantia-safra foi de 850 reais — o salário mínimo era 678 reais, em 2003, e de 724 reais, em 2014. Ademais, a concessão desse benefício é condicionada ao cumprimento de rígidos requisitos, inclusive o pagamento por parte do agricultor de taxa de adesão ao Programa Garantia-Safra e a constatação de perda pela SAF/MDA de, pelo menos, 50% da produção de culturas — feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, e outras culturas definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia-Safra —, devido à estiagem ou excesso hídrico.

Nesse sentido, defendemos que os agricultores e extrativistas que também são impedidos de exercerem suas atividades pela estiagem possam ter direito ao seguro-desemprego.

Ante ao exposto, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 88 e 224, ambos de 2015, nos termos do substitutivo anexo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - É regimental. Vistas concedidas ao Deputado Leonardo Monteiro.



O próximo item é o Item 15. Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2015, do Deputado Simão Sessim, que *“altera a lei de responsabilidade fiscal para prever observância à qualidade de serviço prestado pelo Estado brasileiro”*. O Relator é o Deputado Ricardo Barros. O parecer é pela aprovação.

Peço ao Deputado Sóstenes Cavalcante que leia o relatório do Relator, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou direto ao voto.

Trata-se de iniciativa, sem nenhuma dúvida, meritória. A lei complementar abrangida pela proposição em apreço constitui um grande avanço no que diz respeito ao controle formal da administração pública brasileira, mas silencia em relação ao relevante aspecto abordado no projeto sobre o qual incide este parecer.

De fato, embora não se possa negligenciar a observância de limites e demais parâmetros restritivos que tolheram de forma significativa o abuso e o descontrole até então verificado em muitas instâncias da máquina administrativa estatal, não se atingem os propósitos em última análise visados pela LRF se não se agregar ao seu conteúdo a variável contemplada pela proposição em apreço. De nada vale o cumprimento de determinado limite estabelecido na referida lei complementar se as despesas se voltam a finalidades inúteis ou em absoluta desconformidade com o interesse social.

A despeito da plena validade das intenções manifestadas pelo ilustre autor, entende-se, contudo, que é preciso aperfeiçoar o formato sugerido na proposição original. Não é suficiente que se insira, entre as preocupações da lei complementar, o aspecto visado em seu projeto. É preciso que se incluam no diploma normas jurídicas capazes de coibir a desatenção com o aspecto a que se tece referência em pé de igualdade com o rompimento das restrições à discricionariedade administrativa estabelecidas pela legislação afetada.

Por tais motivos, vota-se pela aprovação do projeto de lei complementar em apreço, nos termos do substitutivo apresentado em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à votação.



Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item da pauta.

Item 49.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Item 49. Projeto de Lei nº 2.385, de 2011.

Não há pedido de vista anterior. Vista concedida ao Deputado Leonardo Monteiro.

Próximo item da pauta.

Item 57. Projeto de Lei nº 4.624, de 2011, do Sr. Ricardo Izar. Relatora: Deputada Alice Portugal. Parecer pela rejeição.

O SR. DEPUTADO LUCAS VERGILIO - Sr. Presidente, eu fiz um voto em separado a esse projeto e queria que V.Exa. desse prioridade ao meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Teremos que votar, Deputado, o parecer da Deputada Alice Portugal para depois apreciar seu voto em separado.

O SR. DEPUTADO LUCAS VERGILIO - Esse projeto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Na ausência da Deputada Alice Portugal, vamos ter que retirar de ofício. Na divergência, não teria nem como ela defender o seu parecer. Peço a compreensão do Deputado Lucas Vergilio.

Próximo item da pauta.

Item 40. Projeto de Lei nº 359, de 2011, do Sr. Julio Lopes, que *“dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — SINMETRO”*. Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer



pela aprovação, nos termos do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Peço ao Deputado Lucas Vergilio que leia o voto do Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO LUCAS VERGILIO - Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Sr. Presidente, vou pedir vistas antes que o nobre Relator faça a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vista concedida, Deputado.

Item 85. Projeto de Lei nº 2106-A, de 2015, do Sr. Capitão Augusto, que *“acrescenta parágrafo único ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais e bombeiros militares limitar a carga horária de 120 horas mensais, bem como a remuneração em dobro dos feriados trabalhados no caso que especifica, e dá outras providências”*.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Sr. Presidente, eu vou direto ao voto do Relator.

Em análise dos objetivos visados com a apresentação do Projeto de Lei nº 2.106, de 2015, julgamos serem robustos os argumentos utilizados pelo autor para a implementação das alterações normativas.

A legislação brasileira estabelece condições diferenciadas de trabalho para outros profissionais que laboram em condições insalubres ou perigosas, tais como profissionais da saúde, médicos, enfermeiros, radiologistas, laboratoristas, advogados, maquinistas, dentre outros.

E, quanto à remuneração em dobro dos feriados trabalhados, há entendimento consolidado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho reconhecendo esse direito a trabalhadores que realizam jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso.

Sendo assim, com a consolidação do Estado Democrático de Direito, também, devemos conceder condições dignas aos policiais e bombeiros militares deste País. Não é mais possível deixar os trabalhadores militares em regime de trabalho análogo ao de escravos, com hora para entrar, mas sem hora para sair.



Os direitos mínimos devem ser assegurados ao trabalhador policial e bombeiro militar, pois, em muitos Estados brasileiros, o policial tem um baixo salário e uma carga horária que retira a sua condição de convivência familiar, bem como as oportunidades de progressão e evolução na sua carreira. Esse projeto vem em boa hora e consolida a democracia brasileira.

Portanto, sou favorável à proposta, que necessita somente do ajuste da emenda no art. 1º para adequar o texto ao mérito contido no art. 2º.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.106, de 2015, com a emenda ora apresentada.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Parabéns, Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Obrigado, meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O próximo item da pauta é o item 22. Projeto de Lei nº 892, de 2011, do Sr. Antonio Bulhões, que *“acrescenta inciso VII ao art. 1º da Lei n.º 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, para tornar gratuita a emissão de certidão negativa para pessoas desempregadas ou para fins de obtenção de emprego”*.

O Relator é o Deputado Luiz Carlos Ramos, com o parecer pela aprovação deste e da Emenda nº 1, de 2011, apresentada na Comissão, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 2, de 2011.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS - Sr. Presidente, vou direto ao voto.

A concessão de gratuidade às certidões emitidas para os cidadãos de baixa renda se justifica. Entendemos que a gratuidade proposta se encontra em perfeita



sintonia com as normas e com os princípios registrados em nossa Constituição Federal, que tem o valor social do trabalho como um dos seus principais fundamentos, bem como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades. O Estado brasileiro tem, por disposição constitucional, o dever de assistir aos mais necessitados.

Através da presente proposição, buscamos aperfeiçoar a sistemática visando garantir a gratuidade apenas àqueles, verdadeiramente, hipossuficientes, ou seja, àquelas pessoas que estão desempregadas ou que recebem até dois salários mínimos mensais.

Com respeito à proposta de expansão do alcance da regra aventada aos órgãos administrativos do Poder Judiciário, contida na Emenda nº 1, de 2011, não se vislumbra necessidade ou utilidade de providência da espécie, até porque o diploma legal que se pretende alterar assegura gratuidade aos pedidos de informações ao poder público.

Nada obstante, acolho da mesma emenda a comprovação do direito à gratuidade mediante apresentação de declaração, bem como a imposição de multa em caso de declaração inverídica.

Em relação à Emenda nº 2, que restringe a gratuidade apenas à primeira certidão, conforme acentuou o seu autor, busca-se a necessária sistematização relacionada com a emissão da certidão gratuita. A legislação atual assim procede quanto às certidões de nascimento, casamento e óbito.

A gratuidade da certidão do registro de distribuição de feitos ajuizados é mais dinâmica. Ela ocorre, sobretudo, em momentos de crise e deve ser entendida como uma das ferramentas de que se utiliza o trabalhador desempregado para procurar novo posto de trabalho. Opto pela sua rejeição.

Do Substitutivo nº 1, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público — ,CTASP acolhemos o direcionamento da gratuidade às pessoas com renda mensal não superior a dois salários mínimos, com fins de obtenção de emprego.

Sobre a emenda ao Substitutivo nº 1, ela merece acolhida ao determinar que a gratuidade prevista somente será implementada após a instituição de mecanismo de compensação financeira, instituído por lei estadual.



Tendo em vista que, nos vários Estados da Federação, os serviços de Registro de Distribuição são privatizados — de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.935, de 1994 (art. 5º e 13º), regulamentadora do art. 236 da Constituição Federal —, esses serviços sempre foram considerados de natureza privada, condição cristalizada pelo citado artigo da Constituição Federal.

É, perfeitamente, cabível ao poder público aplicar nos Estados em que as delegações notariais/registrais encontram-se privatizadas, estabelecer um regime jurídico análogo ao da concessão de serviço público no que concerne à garantia do equilíbrio econômico-financeiro. Daí que o poder público (Federal e Estadual), a bem de realizar políticas públicas, não pode, sem a correspondente previsão de uma compensação econômico-financeira, obrigar notários/registradores a prestarem serviços gratuitamente, suportando, assim, com seus patrimônios pessoais, os ônus decorrentes desta política pública.

Concluo pela necessidade de aglutinação das propostas na forma do substitutivo anexo, cuja ementa difere daquela do projeto inicial, objetivando, inclusive, a correção técnica da denominação dos Ofícios do Registro de Distribuição — serviços privatizados, providos por concurso público de provas e de títulos.

Pelo exposto, voto pela aprovação parcial do Projeto de Lei nº 892, de 2011, da Emenda nº 1, de 2011, e da Emenda ao Substitutivo nº 1, na forma do Substitutivo anexo, e pela rejeição da Emenda nº 2, de 2011.

Deputado Luiz Carlos Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em discussão.
(Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para discutir.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu acho que o projeto tem um mérito grande de possibilitar, de abrir uma possibilidade para as pessoas recomporem suas próprias vidas, ressignificarem as suas vidas, na condição de desempregados. Ou seja, essa é uma condição de extrema fragilidade. Eu diria que o trabalhador sem emprego perde sua própria identidade, sua identidade laboral.



É muito importante que nós possamos isentá-lo de determinados encargos, na medida em que eles estão nessa situação. O desemprego atinge uma pessoa e a desconstrói na sua própria identidade.

Nós temos a intenção de votar, favoravelmente, ao próprio projeto, assegurando e reafirmando o seu mérito de abrir oportunidades, de oportunizar condições para que as pessoas possam ressignificar as suas próprias vidas. Oportunizar condições para que as pessoas possam, em verdade, sair de uma situação que fere, que traz uma ferida identitária à classe trabalhadora — que é o próprio desemprego — para além do que representa no nível de sobrevivência e subsistência das próprias famílias. O desemprego nunca fica ensimesmado na pessoa que está desempregada. Ele se estende e possibilita que nós tenhamos uma precarização das relações de vida de uma gama maior ainda de pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, nós iremos votar favoravelmente ao projeto.

Aproveito a oportunidade para apenas questionar a V.Exa. que apresentei um requerimento para que nós pudéssemos traçar uma discussão com a Defensoria Pública da União e também com o Ministério do Planejamento, para que nós pudéssemos fazer essa discussão da mesma forma que V.Exa. já promoveu em outras ocasiões, que é uma metodologia extremamente eficiente, eficaz, para que nós possamos dirimir as dúvidas e tentar construir os consensos que, muitas vezes, são com os fios da incerteza que nós construirmos as grandes certezas.

Por isso, apenas aproveito a oportunidade para lembrar a V.Exa. da necessidade de aprovarmos essa reunião, para podermos tentar dirimir as dúvidas necessárias acerca dessa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada, o requerimento, a princípio, é de uma audiência pública. Eu me disponho, na próxima terça-feira — segunda-feira é feriado —, a realizar na sala da Comissão uma reunião preliminar, desde que V.Exa., que é do Governo, consulte o Ministério do Planejamento em relação a isso. Eu vou fazer o convite ao Ministério do Planejamento e, no caso, aos integrantes do Ministério Público também.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, Sr. Presidente, eu penso que têm muita eficácia essas reuniões que V.Exa. inaugurou nesta Comissão. Acho que



são bastante proveitosas. Às vezes, até muito mais que uma audiência pública, enfim, quando a publicidade acaba por prejudicar a sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vamos fazer a reunião. Está determinado já à Secretaria da Comissão fazer isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Terça-feira, vamos lá, dependendo das partes também: Governo e servidores.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas, em princípio, terça-feira à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Terça-feira à tarde.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação do parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Deputado Luiz Carlos Ramos.

O próximo item da pauta é o item 64: Projeto de Lei nº 6.038, de 2013. Relatora: Deputada Erika Kokay.

Projeto de Lei nº 6.038, de 2013, do Sr. Jose Stédile, que “regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Exa. me autoriza ir direto ao voto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Certamente, Deputada. O parecer já foi distribuído e está no sistema da Casa há muito tempo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Indo direto ao voto:

“Trata-se de proposta de regulamentação de profissional de nível médio, habilitado para as atividades de biblioteconomia. O profissional formado por este curso poderá atuar em bibliotecas públicas, escolares, comunitárias, universitárias, virtuais e especializadas, na indústria, comércio, editoras, clubes sociais, instituições financeiras, terceiro setor, hospitais, instituições culturais, escritórios jurídicos, agências de publicidade, entre outros, exercendo atividades auxiliares especializadas e administrativas.



Merece destaque a fundamentação do autor ao alertar para a vigência da Lei nº 12.244, de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”. A lei prevê que todas as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contem com bibliotecas. Cada biblioteca contará necessariamente com um acervo de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado.

Desnecessário destacar a relevância do papel social da biblioteca, como repositório da documentação e da informação produzida coletivamente e ferramenta fomentadora da leitura, disseminadora de conhecimento, de reflexão e desenvolvedora de projetos culturais de incentivo à leitura.”

Para além da leitura, Sr. Presidente. É importante porque resgata também a memória, a história de um País, e um País não se faz soberano sem se apropriar da sua própria memória, da sua própria história.

Voltando ao voto:

“Naturalmente, a oferta de profissionais qualificados é condição essencial para que as bibliotecas possam ser efetivamente implantadas e possam também operar em condições favoráveis para afirmar seu papel social. Nesse sentido, a proposta em fomento está em perfeita sintonia com as necessidades do mercado de trabalho da atividade.

Ressalta-se que a atividade do técnico não conflita com a atividade do graduado em Biblioteconomia, que tem formação em nível superior e atividade regulamentada pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962.

Assim, do ponto de vista do mérito, temos por certo que o projeto merece acolhimento. No entanto, propomos algumas alterações de conteúdo, tendo em vista sugestões muito qualificadas do Conselho Federal de Biblioteconomia, que acolhemos.

Modificamos a redação do art. 2º do Projeto para aperfeiçoar o conceito ali contido. Simplificamos o conteúdo do artigo, evitando detalhar em demasiado as atividades do técnico, de modo a permitir que a capacitação recebida possa ser mais flexível e adequada às realidades de cada região brasileira.

Acrescentamos dois incisos ao art. 3º do Projeto. O primeiro com objetivo de inserir o profissional no sistema de fiscalização profissional já existente. Tal inserção



beneficia o profissional, ao protegê-lo e dar-lhe condições de crescimento profissional, e também a sociedade, que terá a quem recorrer quando do desempenho inadequado do profissional, por razões técnicas ou éticas.

O segundo determina que esse profissional deverá ser acompanhado por profissional de nível superior. A natureza da atividade dos técnicos vincula-os ao acompanhamento da atuação do graduado em Biblioteconomia.

Alteramos também a redação do art. 4º do projeto, relativamente às competências do técnico, adequando-as à formação desse profissional. A nova descrição acompanha o que já acontece em outras profissões regulamentadas que envolvem profissionais de nível superior e técnicos ou auxiliares de nível médio. Por mais capazes, bem formados, experientes e dedicados que sejam os auxiliares, não se lhes pode atribuir, de maneira implícita ou explícita, as responsabilidades típicas do profissional graduado.

Por fim, inserimos, no art. 5º do Projeto, norma expressa sobre a competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais para a regulamentação e a fiscalização da atividade do Técnico em Biblioteconomia.

Temos por certo que tais modificações aperfeiçoam a proposta no mérito, ressaltando que eventuais questionamentos relativos à constitucionalidade da regulamentação profissional pretendida serão mais bem apreciados — por quem lhes cabe apreciar — pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.038, de 2013, na forma do Substitutivo anexo, que passo a ler neste momento:

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.038, de 2013, que regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia é regulamentado na forma da presente lei.

Art. 2º. Considera-se Técnico em Biblioteconomia o profissional legalmente habilitado em curso de formação específica.

Art. 3º. São requisitos para o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia:



I – possuir diploma de formação de nível médio de Técnico em Biblioteconomia, expedido no Brasil, por escolas oficiais ou reconhecidas na forma da lei;

II – possuir diploma de formação de nível médio de Técnico em Biblioteconomia, expedido por escola estrangeira, revalidado no Brasil de acordo com a legislação em vigor;

III – possuir registro e estar em dia com suas obrigações junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição;

IV – exercer suas atividades, sob a supervisão de Bibliotecário, com registro em CRB.

Art. 4º. Compete aos Técnicos em Biblioteconomia, observando-se os limites de sua formação e sob a supervisão do Bibliotecário:

I – auxiliar nas atividades e serviços concernentes ao funcionamento de bibliotecas e outros serviços de documentação e informação;

II – auxiliar no planejamento e desenvolvimento de projetos que ampliem as atividades de atuação sociocultural das instituições em que atuam.

Art. 5º. Compete ao Conselho Federal de Biblioteconomia dispor sobre o Código de Ética, a anuidade e as atribuições do Técnico em Biblioteconomia.

Parágrafo único. Compete aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia a fiscalização do exercício dessa atividade profissional.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira...

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu só quero dizer que este é um projeto meritório e que o relatório da Deputada Érika refinou o conteúdo do projeto, de autoria do Deputado Stédile.

Na verdade, o exercício da profissão de nível técnico que se busca regulamentar é complementar. Sobre a profissão de Biblioteconomia — expressão complicada —, sem sombra de dúvida, ao regulamentarmos essa atividade, com



habilitação de nível médio, Sr. Presidente, nós estamos, de certa forma, fazendo justiça.

Esses técnicos são importantes na organização, na geração, na recuperação de acervo, mas também para possibilitar a sistematização de uma informação a fim de que aqueles que acorrem às bibliotecas do nosso País, como forma de buscar informações e de se relacionar com o mundo das letras, com o mundo cultural, impõem objetivamente a essa profissão, a essa atividade e à regulamentação uma melhora no atendimento.

Portanto, eu quero louvar a iniciativa do Deputado Jose Stédile e o relatório da nossa Deputada Erika Kokay. Então, nós encaminhamos pela aprovação também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação o parecer.

Aqueles que forem por sua aprovação permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada Érika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu fico muito feliz que tenha sido aprovado o relatório,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Parabéns, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ... mas eu só gostaria de aproveitar o momento, se me permite V.Exa., para trazer uma reivindicação dos trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz, que precisam de uma negociação para tratar de pauta específica e estão tendo dificuldades nesse sentido.

Então, gostaria mais uma vez, porque já fiz com relação a outras categorias, como em relação à DPU, de ver se V.Exa. não pode buscar uma mediação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Nós já estamos buscando, Deputada. O que ocorre é que o Ministério do Planejamento não quer receber os Deputados. Já houve vários pedidos, e creio que está complicada essa



negociação em relação à Fundação Oswaldo Cruz, que se encontra em greve há meses, com o pessoal de nível médio inclusive paralisando as atividades.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja bem: o Governo não considerou nem o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho que foi constituído pelo próprio Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - É uma preocupação porque é o pessoal de nível médio, não são grandes salários. É uma coisa realmente lastimável.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não poderia reafirmar, com apoio dos Deputados que aqui estão? Penso que seria absolutamente consensual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sim, sim.

(Não identificado) - Eu também tenho total interesse...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E os trabalhadores não estão mais em greve. É um bom momento para se buscar uma mediação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vamos tentar continuar com a negociação.

Há requerimento sobre a Mesa de inclusão na pauta:

“Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, a inclusão na pauta para apreciação do PL 2.746, de 2015.”

Autor: Deputado Ademir Camilo.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, nós temos aqui, nesta Comissão, diversos projetos.

Eu acabo de sair da Comissão de Finanças e Tributação, onde está se promovendo um acordo. Os diversos projetos dos Tribunais Regionais do Trabalho que aqui passaram se encontram, em sua grande maioria, prontos para votação na CFT.

E aí o acordo que estamos promovendo, inclusive com o Governo, com V.Exa., a Deputada Érika e o Deputado Leonardo, é no sentido de que possamos preferir aqui a votação dos relatórios dos Deputados Bebeto e Laércio, para que, na CFT, quando estiverem todos prontos, todos, todos — aí nem Bahia, nem Minas,



nem Sergipe, nem Piauí, muito menos o Distrito Federal, Deputado Roney —, possam ter tratamento diferenciado, já que depende de cada um dos colegas, e possam ser votados no mesmo dia todos os projetos que têm adequação financeira.

Esses dois projetos têm. E é por isso que eu peço a V.Exa. que possamos promover aqui o acordo da votação nominal já dos dois projetos. Se não houver nenhum contrário, nós podemos fazer isso. O Deputado Áureo e a Deputada Geovania estão chegando para que possamos efetivamente mandar esses projetos, que têm adequação financeira — não é o mérito da nossa Comissão, mas têm adequação, está no Anexo V, já foi verificado aqui pela Mesa —, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado, veja só: o encaminhamento é para votar não só os requerimentos que pedem a inclusão do Projeto 2.746, mas, também, o outro requerimento que se encontra com apoio suficiente, o PL 2.744 de 2015. É esse o encaminhamento?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, me permite obstar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada Erika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja, nós estamos na iminência de, a qualquer momento, começar a Ordem do Dia.

Mas quero dizer o seguinte: não tem por que — penso eu, Deputado Ademir, por quem carrego mais profundo respeito, pois o considero um Parlamentar bastante atuante em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras — incluir esse processo em extrapauta, não há razão. Nós podemos deixar a apreciação desta matéria seguir seu curso natural.

Eu sei que o projeto está no Anexo 5, e sendo assim, ele tem certo lastro. Mas não há por que fazê-lo dessa forma. Não há por que você correr o risco, inclusive, de que esta sessão, já que é uma votação nominal, não se mantenha em função de uma matéria que pode ser apreciada na próxima semana, sem qualquer prejuízo. Não há por que você trazer esta matéria extrapauta, neste momento, com o risco de derrubarmos esta sessão que tem produzido relatórios e tem dado respostas à sociedade em função da entrada de dois projetos, porque não é apenas um projeto, são dois.



Então, Deputado Ademir, faço-lhe uma questão de solicitação, uma questão de apelo — inventando um neologismo aqui, já que o Deputado Sóstenes já inventou também uma nova questão, questão de sensibilidade, eu acho, e a gente tem criatividade para formular novas questões —: que possamos deixar esta matéria para a próxima semana e não tenhamos de apreciar ou aprovar o que seria extrapauta, e eu repito: é votação nominal, então, corre o risco de que derrubemos esta sessão que tem trabalhado bem neste momento, já que estamos a qualquer momento para o início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com a palavra o Deputado Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Presidente Benjamim, eu só queria corroborar o que comentou o Deputado Ademir, que, como participante da Comissão de Finanças, falou exatamente dessa pactuação para o aguardo de que os projetos possam ser encaminhados. Então, eu também estou de acordo com as palavras do Deputado para que a gente possa prosseguir e colocar em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com a palavra o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, nós adotamos um acordo de procedimento de que os projetos de iniciativa do TST e estes dos tribunais regionais deveriam ser analisados, porquanto encontram amparo no próprio anexo 5. E isso não incidiria em qualquer atitude desta Comissão para gerar gastos, para impor gastos ao Governo, há um amparo, nós definimos, portanto, um procedimento.

Eu estou na CFT na condição também de membro daquela Comissão, e a própria CFT está aguardando a conclusão dos projetos que tramitam nesta Comissão de modo a analisá-los conjuntamente para uma economia processual, porque, a cada momento, que nós votamos um projeto e o remetemos à própria Comissão de finanças, ela irá se debruçar sobre projetos que versam sobre mesmo mérito. Então, se pudermos, extrapauta, incluir nesses dois projetos para análise no dia de hoje, ganhando tempo, otimizando tempo, levando-o à Comissão de Finanças, que analisará o mérito, seria extremamente oportuno.

Portanto, se nós já votamos o de outros estados, não vejo qualquer óbice, Deputada Erika, em votar agora. Derrubar agora ou votar na próxima semana, para



nós, não alteraria, significativamente, o conteúdo da decisão. Portanto, isso não vai alterar. E como já há um compromisso do Governo com os procedimentos que nós adotamos, não vejo por que não encaminhar a votação extrapauta nesta sessão, a fim de facilitar a tramitação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação os requerimentos. Vai ser nominal.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, não há mais como se inscrever ou falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pode falar, Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sim, eu queria esclarecer uma questão. V.Exa. viu-me no momento em que me manifestava pedindo a palavra, não viu? Então, por que V.Exa. está me ignorando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu não estou lhe ignorando, Deputado Marchezan.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Os seus assessores olham para mim e não lhe avisam que eu estou pedindo inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Marchezan, eu estava prestando atenção ao que o Deputado Bebeto estava falando.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - V.Exa. viu ou não viu? V.Exa. não viu que eu pedi a ele a inscrição? V.Exa. não percebeu? Então, por que V.Exa. me ignora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Marchezan, não queira levar as coisas para o lado pessoal.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas é V.Exa. que está levando, e eu realmente não entendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pode falar, Deputado Marchezan. Não estou cassando sua palavra, não há nada em relação a isso. Eu estava ouvindo o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR -V.Exa. me esqueceu, então. Foi um lapso, é isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não houve lapso nenhum, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só para entender, Deputado Benjamim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sua palavra está garantida, tenha calma.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sinceramente, se a minha posição aqui no mérito de um ou outro projeto é contra a sua, isso não é uma ofensa pessoal a V.Exa., não entenda como tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado, se manifeste sobre o tema. Só lhe peço isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado, eu vou pedir a palavra e vou me manifestar sobre o que eu desejar. V.Exa. não vai me cercear a palavra. Além de não me ver pedindo a palavra, não vai me cercear né?

Eu apenas queria registrar aqui, Presidente, já que V.Exa. me concedeu a palavra, novamente a inoportunidade de nós trazermos extrapauta. Sabemos que há Parlamentares aqui que já se afastaram, como eu mesmo que já tinha me afastado deste Plenário, isso não estava previsto.

Eu acho estranho quando os colegas aqui falam que na CFT será analisado o mérito. Então, o que se analisa aqui? Aqui se analisa a política salarial. Então, isso é o mérito do projeto, se há melhor política salarial possível ou não aos brasileiros. Então, me parece, primeiro, que é coerente que esta Comissão analise.

Segundo, não me parece pertinente, já que é um tema polêmico e que apresenta divergências, apesar de o Governo ter nos trazido uma surpresa hoje, que nós analisemos isso de forma extrapauta, Presidente. Então, repito: acho inoportuno, acho inconveniente que nós coloquemos essa matéria dessa forma hoje, nesta reunião. Que nós possamos colocar regimentalmente, de forma mais transparente, na pauta desta Comissão, para a reunião que V.Exa. achasse mais conveniente.

Era isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Marchezan, não é uma decisão minha, é regimental. Há requerimentos sobre a mesa e terei de colocá-los em votação.

Em votação o requerimento de forma nominal. Peço à Secretaria que abra o painel para votação nominal, seguindo, rigorosamente, o que diz o Regimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com a palavra o Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Sr. Presidente, eu gostaria de trazer uma reivindicação do meu Estado do Ceará a V.Exa. e passo até a apreciação deste Plenário, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Só um instante, Deputado Cabo Sabino. Eu peço à Secretaria que veja o que está acontecendo com o processo de votação. Não está aberto.

(Não identificado) - Presidente, se há problemas com o sistema, vamos buscar outra metodologia de votação. Se está muito lento, vamos resolver logo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O sistema está muito lento.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Cabo Sabino com a palavra.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Então, Sr. Presidente, no ano passado, mais precisamente no mês de agosto e setembro, 41 policiais militares, do Município de Quixeramobim, que fica a 225 quilômetros da capital, foram transferidos de sua unidade para várias unidades distintas, algumas delas com 200, 300, 400 quilômetros de distância do Município. Isso dificulta o convívio familiar desses policiais, Sr. Presidente. E, sem, em momento algum, Sr. Presidente, estarem envolvidos em qualquer processo disciplinar, sem haver nenhuma queixa crime contra eles. Não foi sequer dado a eles o direito de defesa e ao contraditório. E até hoje esses homens continuam transferidos.



O comando da polícia na época passou a responder por improbidade administrativa, em ação proposta pelo Ministério Público. E há um silêncio por parte da instituição e do Governo, que não dão um posicionamento a essas famílias, a esses homens e à comunidade daquele Município.

Eu gostaria de saber se esta Comissão poderia encaminhar um ofício ou requerimento ao comandante da instituição ou ao Governo do Estado do Ceará, solicitando os reais motivos pelos quais esses 41 trabalhadores foram transferidos das suas unidades. Qual foi o motivo? Se cometeram algum erro, se cometeram algum tipo de desvio de conduta, que sejam punidos a rigor.

O que nós não podemos aceitar é que, dentro dessa corporação, homens com 15, 20 e tantos anos de serviço sofram assédio moral. Porque isso é assédio moral. Isso é perseguição política. As informações que tenho dos bastidores é que isso se deve a um pedido de Vereadores do Município em função de esses homens serem do lado do Governo anterior. Então, nós não podemos aceitar isso.

Eu acredito que esta Comissão, que trata de trabalho e serviço público, principalmente do direito do trabalhador, não pode se furtar a esse assunto e deve fazer essa solicitação para ter, pelo menos, ciência do real motivo de 41 trabalhadores estarem sendo tratados como bandidos, sem terem cometido crime algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Cabo Sabino, eu já determinei à Secretaria da Comissão que estude uma forma de fazermos isso. Em relação aos servidores públicos federais, nós fazemos isso de forma direta. Mas, neste caso, são servidores públicos estaduais. Vamos estudar uma forma de, pelo menos, fazer com que a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará ou o Comando da Polícia Militar do Estado se manifestem em relação a esse caso. Nós temos que ver o limite da nossa competência em relação a situações.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Nós não temos como fazer convocação, fazer audiência pública ou enviar uma missão para tratar disso. Mas vamos estudar uma forma de cobrar uma posição dos órgãos de segurança do



Estado do Ceará em relação a esses servidores. Haverá todo o nosso empenho, dentro dos limites do Regimento.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, aproveitando o momento, V.Exa. vai esperar por quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Erika Kokay, eu vou esperar mais alguns minutos, para ver se alcançamos o quórum, porque faltam três votos. Eu acredito que alguns Deputados ainda se encontram aqui. Vamos esperar um tempo razoável para ver se eles conseguem chegar. Parece que o Deputado Ademir Camilo está convocando alguns Deputados. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu quero aproveitar o momento, então, para dizer que há uma perspectiva de paralisação de todos os servidores públicos do Distrito Federal. Já fizeram uma das maiores manifestações da história de Brasília, com uma paralisação bem significativa no mês passado. Porque há uma resistência do Governador de pagar os reajustes acordados.

Esses reajustes foram aprovados pela Câmara Legislativa e seguiram toda a tramitação necessária para que pudessem ser validados, mas o Governo não honrou esse acordo. Neste mês de setembro, os trabalhadores já receberiam uma parcela desse reajuste.

E esse reajuste — o Deputado Rôney Nemer, do Distrito Federal, que é servidor público também e apoia a luta da categoria, conhece bem essa matéria — foi inclusive questionado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que decidiu pela legalidade do processo e dos acordos firmados. O Ministério Público chegou a propor uma ação para sustar esses acordos que tinham sido realizados. Mas o Tribunal deu ganho de causa aos servidores.

Então, eu aproveito este momento para demonstrar a minha solidariedade à luta de professores, agentes penitenciários, servidores da segurança, servidores da saúde. Não se constrói política pública sem os servidores. Após todo um processo



de luta dos servidores, esses reajustes, homologados, aprovados pela Assembleia Legislativa, simplesmente não são honrados pelo Governador do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, eu quero, com todo o respeito que tenho à querida Deputada Erika Kokay, dizer que nós temos clareza de que os servidores não devem servir de boi de piranha para qualquer governo que queira debitar na conta dos próprios servidores a responsabilidade pelo equilíbrio das contas públicas. Obviamente, nós temos uma crise instalada no Distrito Federal. E a natureza dessa crise não está na atual administração — é verdade. Há um desequilíbrio enorme das contas públicas cujo fato gerador são outras administrações.

Eu sou do PSB — o Governador é do nosso partido — e entendo que é preciso buscar uma solução que possa garantir o resultado do acordado. Aqui, eu apoio a iniciativa dos servidores. E, de igual forma, gostaria de merecer também o apoio dos próprios companheiros do PT — sei que a Deputada Erika Kokay honra a luta pelo direito neste País — para derrubar em plenário o veto da Presidente ao PLC 28. Assim, nós estaremos fazendo justiça ampla e irrestrita aos servidores do Distrito Federal e aos servidores federais do Brasil inteiro! Assim, nós estaremos equilibrando o jogo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Bebeto, Deputada Erika Kokay, eu acho que a Comissão poderia fazer uma audiência pública para tratar dos servidores estaduais de uma forma geral.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Seria bom, Presidente.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Eu estou entrando com um requerimento para ouvirmos as universidades federais, por exemplo, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sim.

O SR. DEPUTADO BEBETO - As universidades federais estão há mais de 100 dias paralisadas. Então, vamos fazer uma audiência pública para tratar desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Existem vários casos de servidores federais. Mas me preocupa demais a situação dos Governos



Estaduais. Nós vimos demissão de terceirizados, problemas em relação ao cumprimento do plano de cargos e carreira em quase todos os Estados. E seria interessante a Comissão tratar especificamente dos servidores estaduais e da crise econômica e financeira que se abate sobre todos os Estados Brasileiros da Federação.

Parece que vamos atingir o quórum. Deputada Erika Kokay, nós alcançamos o quórum. Então, eu peço gentilmente que V.Exa. vote.

(Não identificado) - Eu estou com a Deputada Geovania.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, tem que abrir o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está aberto o sistema? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual é o quórum? *(Pausa.)* Sr. Presidente... começou a sessão do Congresso. Mas parece que começou sem quórum ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Erika, as votações apenas são nulas se estiver aberta o Ordem do Dia. Sem Ordem do Dia...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu sei disso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está encerrada a votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Espere aí, Sr. Presidente. Deixe-me votar. Agora é que o sistema abriu. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está encerrada a votação. Vamos proclamar o resultado. Quatorze Srs. Deputados votaram "sim", e a Deputada Erika Kokay votou "não". Está aprovado o requerimento de inclusão de pauta.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento para adiar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Então, vamos lê-lo, Deputada.

Em apreciação o Projeto de Lei nº 2.746, de 2015, cujo relator é o Deputado Laercio Oliveira. Passo a palavra ao Relator.



O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, objetivamente, esse projeto cria 39 cargos de analistas judiciários, 14 cargos de técnicos judiciários e 8 cargos comissionados, nível CJ3, distribuídos entre sete Tribunais, conforme anexos 1 e 2 da proposição.

Vale ressaltar que o Conselho Nacional de Justiça atendeu apenas parcialmente o pleito, de modo que os Tribunais necessitarão fazer ajustes na distribuição do seu quadro de pessoal para a composição dos gabinetes do novo desembargador.

Quero dizer que os contemplados com essa composição são os Tribunais Regionais do Trabalho de Rondônia e Acre, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Piauí, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Presidente.

Pelo exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.746, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Há sobre a mesa requerimento de adiamento de discussão, assinado pela Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu tenho uma posição muito clara de não fazermos essa discussão num processo de extrapauta, até porque precisamos traçar as condições para a aprovação da proposição. Não me parece que as coisas funcionem dessa forma. É um projeto extrapauta, sem que nós tenhamos maturado o seu processo de discussão, sem que tenhamos maturado as condições de aprová-lo.

O projeto está no anexo, sim. Há previsão orçamentária para ele. No entanto, é preciso que sejam desbastadas algumas pontas com relação à posição do Governo, para que nós possamos aprová-lo. Nós queremos aprovar o projeto. Mas queremos criar as condições para isso.

Nós não estamos discutindo acerca do mérito. Nós queremos adiar a discussão para que nós possamos... Eu conversei sobre isso com o Deputado Ademir Camilo. Não conversei convencê-lo, infelizmente. Mas nós precisamos criar condições para que a aprovação seja a mais célere possível.

Há tantas coisas que podemos aproveitar das experiências de Lênin. Ele dizia que, às vezes, é necessário dar dois passos atrás para poder caminhar para a frente. Às vezes, é necessário um pouco mais de calma, de tranquilidade, para que



se possa construir... Aliás, Lincoln dizia isso também. Ele (*ininteligível*) chegou a dizer que não se perde o tempo ao se estar afiando o machado, ainda que se tenha a meta de desbastar as próprias árvores, algo talvez não muito ecológico, mas, tratando-se de um lenhador, era a sua própria experiência, a experiência de que era preciso muitas vezes sentar para afiar ou criar as condições para que nós tenhamos o atingimento daquilo que nós nos propomos a efetivar. Então ele dizia: “Às vezes, *you sai sem condições ou sem os instrumentos necessários de cumprir aquilo que é o seu objetivo*”. É nesse sentido que penso.

E vou fazer mais um apelo ao Deputado Ademir Camilo: é necessário que nós possamos deixar essa discussão para a próxima semana e, ao fazer a discussão na próxima semana, nós possamos criar as condições para que não tenha qualquer óbice. Ora, o Deputado diz: “*Há um acordo com a CFT*”. Não tem importância se há um acordo com a CFT. Esse acordo... Se a CFT tem disposição de estar apreciando a matéria, pode fazê-lo na próxima semana, pode fazê-lo, pode fazê-lo. Não é por que se tem essa condição açodada, que vai fazer com que nós venhamos a prejudicar a aprovação do próprio projeto.

Nós tivemos uma experiência aqui nesta Comissão acerca da questão do juiz. Eu sei que guarda uma diferença muito grande, guarda uma diferença, guarda uma diferença no que diz respeito a reajustamento de salário e criação de cargos. Eu penso que nós precisamos do Poder Judiciário, nós precisamos de ter fortalecida esta instituição porque esta é uma instituição que assegura direitos. Aquele que teve o seu direito lesado conta muitas vezes como última opção para com o Poder Judiciário, para poder estar resgatando o seu próprio direito violado.

Então, Sr. Presidente, nesse sentido é que nós estamos apresentando um requerimento para adiamento da discussão do próprio projeto. E eu digo não apenas com relação a este. Este está em pauta, nós estamos no processo de apreciação dele, mas sabemos que existe um outro projeto extrapauta. Não tem por que se trabalhar de forma açodada, eu sei que é uma discussão vencida, vencida, mas eu queria apenas reafirmar que isso não guarda qualquer tipo de posicionamento acerca do mérito, apenas para que nós possamos ter tempo necessário para discutimos e criarmos as condições, para que venhamos a aprovar a proposição de criação dos cargos que aqui estão propostos neste projeto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Para encaminhamento da votação, apenas os Líderes ou Vice-Líderes e o autor podem encaminhar.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Presidente, há votação contrária ao requerimento de adiamento de instrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação. Aqueles Deputados que forem favoráveis ao adiamento da discussão permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Verificação concedida. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, cabe votação? Quer dizer, cabe verificação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Cabe verificação, porque não foi pedido... Não foi uma... Cabe, eventualmente cabe.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - A outra votação foi por outro motivo, está certo. Obrigado, Presidente, peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Peço à Secretaria que abra mais uma vez o painel, hoje o sistema está terrível. Ainda está o placar da outra votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Igual ao Brasil, não, igual ao Governo Dilma! O Brasil não tem culpa, não!

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputado Aureo.

O SR. DEPUTADO AUREO - Queria pedir para colocar minha presença, não consigo fazer pelo sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não, é que o sistema está lento, Deputado, vamos insistir que ele vai funcionar. Hoje a Câmara... Não, está abrindo o sistema, o problema é este, está lento, estou tentando aqui também.



(Pausa.) O que está havendo com o sistema? O sistema caiu, vamos ao procedimento de declaração de voto. Onde está a relação? (Pausa.) Deixe-me ver se voltou aqui.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, para agilizar, nós podemos ir declarando e a sua assessoria vai contando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu vou chamando os votos.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Daniel Almeida? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Deputado Laerte Bessa? (Pausa.) Ausente.

Eu, o Deputado Benjamin Maranhão, voto “não”.

Como vota o Deputado Daniel Vilela? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Deputado Genecias Noronha? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Deputado Luiz Carlos Ramos? Qual é o seu voto, Deputado? (Pausa.) “Não”? Deputado disse “não”.

Como vota o Deputado Luiz Carlos Busato? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Deputado Paulo Pereira da Silva? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Deputado Roberto Sales? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Deputado Silvio Costa? (Pausa.) Ausente.

Deputado Aureo, qual o seu voto?

O SR. DEPUTADO AUREO - “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - “Sim” ao requerimento de adiamento?

O SR. DEPUTADO AUREO - “Não”, Presidente!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Sóstenes Cavalcante, qual o seu voto?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Lelo Coimbra, qual o seu voto?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - “Não”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Rôney Nemer? *(Pausa.)*

Deputado Augusto Coutinho, qual é o seu voto?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota a Deputada Flávia Moraes? *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ademir Camilo, como é o seu voto?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como é o seu voto, Deputada Erika Kokay, que pediu a verificação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Gorete Pereira está ausente, está em viagem oficial ao México.

Deputado Leonardo Monteiro...

A Deputada Gorete Pereira está bem, não é, Deputado?

Como vota o Deputado Leonardo Monteiro? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o Deputado Vicentinho? *(Pausa.)* Ausente.

Quantos votos nós já temos?

Como vota o Deputado Jorge Côrte Real? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Roberto Góes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Zé Silva? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Ricardo Barros? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Bohn Gass? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Cabo Sabino? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Marcon? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Valmir Prascidelli? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Jovair Arantes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Walney Rocha? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Bebeto? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BEBETO - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota a Deputada Geovania de Sá?



A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota a Deputada Jozi Araújo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Adilton Sachetti? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Alexandre Baldy? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Nelson Marchezan Junior?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Estou em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A obstrução só seria possível se o PSDB tivesse se colocado em obstrução, Deputado, perdão!

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - *(Ininteligível)*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Abstenção, no caso. Abstenção! Não, fora, se tivesse orientado. Só poderia estar em obstrução se a Liderança do PSDB tivesse se colocado em obstrução.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu preciso levantar para não votar, Presidente? Eu não quero votar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota a Deputada Maria Helena? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Ronaldo Lessa? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Anuncie o resultado, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Erika, V.Exa. tem que votar. Caso contrário, a obstrução cairá. O seu voto tem que ser computado, Deputada. Isso é uma regra regimental elementar de que V.Exa. tem conhecimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por quê? Estou em obstrução, Sr. Presidente. Isso é previsto no Regimento.

(Não identificado) - Meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Na verificação V.Exa. tem que votar. Não há o que discutir em relação a isso. Isso é uma questão regimental.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então eu me retiro, Sr. Presidente, retiro-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Então vai cair a verificação.

(Não identificado) - Mas então não impede a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Ou V.Exa. vota ou eu vou considerar prejudicado o pedido de verificação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, veja bem, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu acho que V.Exa. está sendo mal-assessorada. V.Exa. está sendo mal-assessorada, Deputada. Isso está claro no Regimento, isso existe em Plenário e nas Comissões.

(Não identificado) - Quem pede a verificação tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Isto é elementar: quem pede a verificação tem que votar, até porque, para pedir, a pessoa tem que estar presente. Se não, estaria ausente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, então, neste caso, como eu não vou votar, anula-se o pedido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deixarei para, em outra ocasião, fazer o pedido de verificação.

(Não identificado) - Então, Sr. Presidente, retire a verificação e vote o requerimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou retirando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Rejeitado o requerimento de adiamento da discussão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não retirado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Rejeitado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente.

(Não identificado) - Rejeitado. Não se pode retirar, já foi votado, Sr. Presidente.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Retirado o pedido de verificação de quórum.

(**Não identificado**) - Já foi rejeitado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Retirado o pedido de verificação de quórum.

(**Não identificado**) - Já foi votado. Foi rejeitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Para V.Exa. entender como funciona: primeiro o requerimento foi rejeitado pelo Plenário. V.Exa. pediu a verificação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou retirando o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Depois retirou o pedido de verificação. Então foi rejeitado o requerimento de adiamento da discussão.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Há quem queria discuti-lo?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu quero discutir o projeto. Há inclusive um requerimento de votação nominal para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Sim, mas nós estamos ainda na discussão, Deputada. V.Exa. quer discutir o projeto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Então V.Exa. está com a palavra para discutir.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que esta Comissão deveria se pautar pelo que ela realmente persegue.

Sr. Presidente, não são 15 minutos para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - V.Exa. está com a palavra, Deputada. V.Exa. pode falar tranquilamente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Só há 3 minutos ali. Para a discussão são 15 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não está nem ligado, Deputada. Eu estou deixando V.Exa. falar à vontade. Não há cerceamento da sua palavra. Pode falar, Deputada Erika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está ótimo. Por 15 minutos, está certo, Sr. Presidente? O tempo para a discussão é de 15 minutos, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Tá. O seu tempo está contando. V.Exa. pode falar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero apenas pedir, Sr. Presidente, para regular o cronômetro. O cronômetro está com 3 minutos. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Estou já acompanhando aqui na mesa, Deputada. Não se preocupe com isso.

(Não identificado) - Sr. Presidente, é bom contar o tempo, porque está havendo problemas no sistema hoje.

(Não identificado) - É visível que a Deputada está querendo procrastinar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não. Eu estou acompanhando, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com a palavra a Deputada Erika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Olhem, eu penso o seguinte: eu não gostaria que houvesse qualquer tipo de consideração agressiva a um direito que me cabe, que é o direito de ter o meu tempo computado da forma como prevê o próprio Regimento. É só isso. O tempo já está sendo contado, eu sei disso, agora de forma correta, com 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Ele já estava sendo contado antes, Deputada. É que o sistema está lento. V.Exa. sabe disso. Pode continuar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, Sr. Presidente, eu gostaria de continuar. Vejam: se há um cronômetro que marca 3 minutos, fere-se o próprio Regimento, mas, superada essa discussão, eu queria aqui apenas argumentar que nós precisamos criar as condições necessárias para que tenhamos o fortalecimento do Cargos. Eu queria aqui reafirmar o que já foi dito nesta reunião.



Nós não somos contra nenhum tipo de criação de cargos para fortalecer um poder que é absolutamente fundamental. Se nós estamos falando ainda de Justiça do Trabalho isso se torna absolutamente imprescindível.

Para que se tenha uma noção da importância de termos uma justiça mais acessível, a Justiça do Trabalho foi criada, partindo do pressuposto de que havia uma desigualdade de direitos e de relação de forças. Ou seja, que os trabalhadores tinham uma relação de hipossuficiência na disputa com os patrões. A partir daí se criou uma justiça do trabalho para assegurar direitos que são diferenciados a partir de um lugar diferenciado.

A Justiça do Trabalho tem um lugar diferenciado. Falo isso, porque há uma norma aristotélica que diz que é preciso tratar os desiguais de forma desigual. Máxima repetida pelo grande jurista deste País, Rui Barbosa, que dizia que é preciso tratar de forma diferenciada, ou de forma desigual os desiguais, para que se busque a igualdade de direitos, para que se busque uma lógica isonômica, que é absolutamente fundamental, como preceito básico de reafirmação da nossa própria cidadania.

Quando se criam varas especializadas, por exemplo, varas especializadas no enfrentamento à violência doméstica é para que se possa ter uma leitura diferenciada a setores que são vulnerabilizados por uma história brasileira, tão marcada por casas grandes e senzalas. Como as crianças e os adolescentes, na lógica adultocêntrica que permeia as nossas relações sociais; como na lógica sexista que também permeia as nossas relações sociais e que faz com que nós tenhamos a necessidade de varas especializadas no combate à violência doméstica, também varas ou também uma justiça do trabalho significa o olhar diferenciado, considerando que a relação de forças não é uma relação de forças igualitária ou isonômica entre patrões e empregados.

Mormente em um País, Deputado Ademir, que conviveu tantos anos com a escravidão. Tantos anos com a desumanização dos trabalhadores, que eram a força motriz para todo o desenvolvimento deste País.

Portanto, nós estamos aqui discutindo a necessidade de fortalecimento do Poder Judiciário. Nós temos acordo em relação a isso. Não há divergência no



mérito. Há apenas a tentativa de fazermos essa discussão no leito natural das proposições a serem apreciadas por esta Comissão.

Por isso, nós fomos contra o fato de um tema de tamanha relevância entrar para discussão nesta Casa por meio de um instrumento ou requerimento extrapauta. Tem razão o Deputado Marchezan quando diz que, quando nós fazemos a discussão extrapauta, nós não temos tempo de nos aprofundar na pauta previamente anunciada. É um tema extrapauta que, como diz bem o próprio nome, bastante elucidativo, não está dentro da pauta distribuída para os membros desta Comissão, para que possa ser apreciado e se possa maturar, construir condições de aprovação ou formular e formatar posições.

Portanto, quando entra extrapauta significa que este item não foi previamente analisado pelos membros desta Comissão ou por seus partidos, enfim, na perspectiva de que se pudesse construir uma posição.

Nesse sentido, nós votamos pela não inclusão como extrapauta, porque queremos adiar essa discussão para construir as condições de aprovação da própria proposição.

Muitas vezes — alguns dizem que isso acontece muito em Brasília, porque Brasília tem as tesourinhas, e se vai para direita, quando se quer entrar à esquerda, é um pouco a lógica das tesourinhas —, a impressão que dá é que se quer impedir a votação. Mas impedir a votação, em grande medida, pode significar conseguir aprovação do projeto, que não passará só por esta Comissão. Nós sabemos disso: que haverá a discussão na CFT, que haverá a discussão em outras Comissões, que o projeto deve ser apreciado e que nós precisamos construir o consenso.

Porque quando não se constroem consensos, nós vamos sendo atropelados ou vamos tropeçando no nosso afã e na certeza das nossas convicções de aumento, de fortalecimento do Poder Judiciário. Nós vamos tropeçando nessa construção, simplesmente, porque não se construíram as condições adequadas para que nós pudéssemos ter de fato uma vitória.

Sem o pragmatismo que caracteriza muito as posições que se detêm apenas na finalidade ou nos objetivos, eu penso que os fins nunca justificam os meios, até porque os fins de hoje serão os meios de amanhã, porque a vida é dialética. Eu diria que é muito importante que nós possamos nos deter no que nós queremos.



Qual é a posição, penso eu, majoritária desta Comissão? É a aprovação deste projeto. É uma posição, eu diria sem muito medo de errar, que deve carregar a unanimidade desta Comissão.

Unanimemente, nós queremos e entendemos a importância do Poder Judiciário, a importância de criação de cargos. Já falei algumas vezes, já dei alguns exemplos de como se criam varas especializadas, como se criam justiça especializadas, que significam apenas a reafirmação da importância deste Poder para se conquistar direitos.

Muitas vezes, na Justiça do Trabalho — isso existe em grande monta —, nós temos relações de trabalho que ignoram os direitos do trabalhador e da trabalhadora.

Nós falamos aqui, vimos o Cabo Sabino falar sobre o assédio moral que atinge os policiais. Mas ele atinge, em grande medida, os profissionais, os trabalhadores e trabalhadoras. Eu diria que há também um recorte de gênero, porque as maiores vítimas do assédio moral, via de regra, são as mulheres.

Nós temos aqui uma compreensão unânime da importância do Poder Judiciário, da importância do fortalecimento deste Poder, do que representa a criação de cargos. Ela representa acesso ao Poder Judiciário, acesso à Justiça, acesso ao direito da população em busca do seu próprio direito. Ou seja, o Poder Judiciário significa a busca de um direito, numa percepção de que houve um direito violado, um direito não consentido ou que houve uma postura conflituosa com um arcabouço legal.

Busca-se, portanto, muitas vezes, como última opção — eu apenas repito argumento que já proferi — o Poder Judiciário.

Portanto, nenhum de nós pode ser contra o Poder Judiciário e o seu fortalecimento. Nem o próprio Governo, que colocou no Anexo V a previsão desse aumento de cargos para a lei orçamentária do próximo ano. A previsão do aumento desses cargos, que são absolutamente fundamentais para o fortalecimento do Poder Judiciário e o fortalecimento da própria cidadania, faz parte da proposta que o Governo encaminhou a esta Casa.

Nós temos três Poderes que estão irmanados, funcionando de forma independente, mas também de forma harmoniosa, com a compreensão, com o



princípio fundante da Constituição, que versa sobre dignidade humana e direito das pessoas de exercerem os seus próprios direitos, ou seja, de todas e todos nós sermos consideramos como sujeitos.

A condição de sujeito é peculiar do ser humano. Sem ela, sem o exercício da condição de sujeito, nós não podemos exercitar a nossa humanidade, nem expressar a nossa própria humanidade. O ser humano é o único ser desta terra que tem a possibilidade de ter consciência da vida; pegar a vida pelas mãos e transformá-la; ser sujeito da sua própria vida, do seu próprio destino, ser construtor.

Para isso, precisa, inclusive, se apropriar do seu passado para que possa construir as condições necessárias no presente, para apontar com um futuro diferente. Então, portanto, nós temos absoluta convicção de que esta Comissão tem um entendimento da importância da aprovação deste projeto. Entretanto, o Governo pede algum prazo para que possa fazer algumas adequações. Deputado Benjamin Maranhão, Presidente, nós já solicitamos várias vezes que nós pudéssemos tirar essa discussão, até com posicionamento contra inclusão e como extra pauta, com adiamento da discussão, enfim, com outros requerimentos que vamos apresentar. Nós já solicitamos várias vezes que nós pudéssemos tirar essa discussão do dia de hoje, para que tivéssemos o prazo necessário para construirmos as condições de aprovação sem qualquer tipo de percalço.

Não é porque simplesmente esta Comissão, ou alguns Parlamentares desta Comissão acordaram com a Comissão de Finanças e Tributação para que o projeto chegasse lá o mais rapidamente possível para que pudesse ser aprovado, que isso assegura a sua aprovação. O Deputado Ademir Camilo sabe disso. Deputado Ademir Camilo sabe que não é este tipo de acordo, de procedimento que vai fazer com que nós tenhamos esse projeto, saindo da condição de projeto, e passando a ser uma realidade no nosso País. O que todas e todos nós desejamos é que possa ser efetivado.

Por isso, nós estamos aqui para dizer, neste período que me cabe para discussão da matéria, que é muito importante, que o Deputado Ademir Camilo possa estar revendo esta posição de a ferro e fogo apreciar esse projeto no dia de hoje, porque alguns falam de uma vitória de Pirro. Ou seja, lembro-me de Napoleão que, ao invadir, ou ao ocupar a Rússia, a ocupou como se fosse uma grande vitória e, em



verdade, foi uma grande derrota, porque, a partir daí, o império napoleônico começou a ser questionado e a ficar vulnerável, uma vitória dita de Pirro, uma vitória que se constrói de forma açodada, sem sustentabilidade.

Você discutir aqui hoje e tentar a ferro e fogo aprovar esta proposição que enseja, que exige uma maturação maior, uma negociação maior, um vencimento dos óbices que surgiram, é absolutamente improcedente. Podemos ter a impressão de que estamos tendo uma vitória, mas, em verdade, é uma vitória que não se sustenta. As vitórias que não têm sustentabilidade se transformam, de uma forma muito célere, em derrotas.

Por isso, nós que queremos construir uma vitória de fato e assegurarmos o fortalecimento do Poder Judiciário, e assegurarmos aprovação dos cargos necessários para este fortalecimento, que não é um fortalecimento em si mesmo, que não é um fortalecimento que se basta, porque é um fortalecimento para que nós possamos ter instrumentos para fortalecer a própria cidadania. Quando falamos em cidadania, nós falamos de direitos e deveres e, sem um Poder Judiciário que possa exercer a autonomia que tem exercido, inclusive porque não tem ingerência do Governo Federal no que diz respeito às suas proposições e às suas determinações,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Peço a V.Exa. que conclua.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Vou concluir Sr. Presidente.

Nós precisamos, portanto, Sr. Presidente, ter maior prazo para podermos fazer essa discussão.

Deputado Presidente desta Comissão, eu encerro apenas dizendo: vamos ter mais prazo para que possamos assegurar esta vitória para toda sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Muito bem, Deputada. Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Há um requerimento de adiamento de votação da Deputada Erika Kokay.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não sei se chegou à Mesa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Existe um requerimento de adiamento da votação. A discussão já foi encerrada, foi derrotado o



requerimento de adiamento da discussão, foi feita a discussão, V.Exa. discutiu o projeto, não houve mais quem quisesse discuti-lo, eu encerrei a discussão e estamos agora analisando o requerimento de V.Exa. requerendo o adiamento da votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, Presidente.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, gostaria apenas de chamar a atenção da Deputada Erika Kokay. O Governo, mais uma vez, não consegue botar sua base em Plenário e a sessão do Congresso aqui já foi adiada por 30 minutos. Então, ela vai ficar aqui esperando o início da sessão, mas esse Governo não tem base, vendeu o Governo, mas não levou o Deputado. É preciso fazer uma nova reforma ministerial e entregar o resto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Vamos tratar do tema da Comissão.

Em votação, o requerimento de adiamento da votação.

Aqueles que forem favoráveis...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Já estamos em processo de votação, Deputada.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Já discutimos. Já encerrou

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu tenho direito. Eu apresentei um requerimento e tenho o direito de defendê-lo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V. Exa. abriu, Sr. Presidente, a discussão para defender quem é contra e quem é a favor. Não houve defesa. V.Exa. encerrou e colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Aqueles Deputados que forem favoráveis...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, nós estamos discutindo agora o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Estamos em votação, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Aqueles Deputados que forem favoráveis...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar o requerimento. Há um requerimento e eu tenho o direito de poder defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada, pode encaminhar. Encaminhe o requerimento. Houve uma preclusão.

V. Exa. dispõe de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria que pudesse ser corrigido... pronto, 5 minutos.

Então, Sr. Presidente, nós estamos pedindo para adiar a votação por argumentos que já foram largamente discorridos nesta sessão. Largamente nós discorremos os argumentos que apontam para a necessidade de termos maior prazo. Aliás, sugeriria inclusive que nós pudéssemos adiar a votação desse projeto nesta Comissão e que V. Exa. pudesse chamar uma reunião com representantes do Governo, chamar uma reunião com os proponentes, com aqueles que são diretamente interessados, mas, eu repito, não há apenas um interessado imediato.

Quando se fala de Poder Judiciário, nós estamos falando de fortalecimento da própria sociedade. Então, portanto, Sr. Presidente, quando eu proponho que nós possamos adiar a votação, venho, no mesmo diapasão, da mesma forma que nós sugerimos que não fosse incluído extra pauta, e se assim tivesse sido rejeitado extra pauta, nós já teríamos resolvido esta questão, já estaríamos deixando esta discussão para a próxima semana, fazendo-a em condições mais favoráveis para a própria aprovação.

Fizemos também um requerimento para adiar a discussão para que nós não tivéssemos essa discussão atropelada, ou a discussão superficial, porque a matéria exige uma discussão com todos os elementos necessários para que nós possamos estar criando as condições para aprovação do próprio projeto.

Eu não fiz nenhum acordo, eu não fiz nenhum acordo com a CFT, ou com quem quer que seja. Aliás, os acordos têm que ser feitos de forma democrática. Nós não fizemos nenhum acordo para que aprovássemos extra pauta esta matéria, até porque isso exige o mínimo de planejamento. O mínimo de planejamento significa



colocar na pauta a matéria, porque ela deve ser amplamente, anteriormente, divulgada para os Parlamentares, para as Parlamentares e, a partir daí, nós termos mais condições de contribuirmos com uma discussão mais aprofundada.

Portanto, Sr. Presidente, nós não fizemos nenhum acordo de aprovarmos extra pauta esta matéria com os membros desta Comissão e muito menos com membros da CFT de que, saindo daqui, ela seria imediatamente aprovada na CFT. Eu desconheço esse tipo de acordo.

Só tem uma única...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Pronto Deputada, não precisa gastar os 5 minutos não. Já está bom.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY -Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Estão assegurados, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Assegure, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Laerte Bessa que pudesse respeitar a fala e respeitar a possibilidade de se argumentar. Acho que é muito ruim para a democracia, quando nós não temos a disposição de escutar os argumentos do outro, porque eles não são os nossos argumentos, ou porque não contribuem com as convicções que nós firmamos. Então, penso que nós devemos ter esse poder, se não exercer a democracia e a pluralidade ele perde o seu sentido, é o poder que só existe com a pluralidade e só existe na discussão democrática.

Então, Sr. Presidente, nós estamos sugerindo que seja adiada a própria votação desta matéria na perspectiva de que V. Exa. possa chamar uma reunião com a participação do Ministério do Planejamento, e que nós possamos aparar as arestas necessárias com sabedoria, porque existem óbices, existem arestas que precisam ser aparadas para que nós possamos votar essa proposição.

Eu penso que tenho uma história de mais de 40 anos de luta e sei exatamente que as palavras devem guardar coerência com as ações e guardar coerência com as ideias. Como nós hoje queremos que esta matéria seja aprovada nesta Casa, nós queremos que essa discussão se dê na próxima semana, para que nós possamos aparar as arestas e criar as condições para sua aprovação, o mais célere possível



Eu encerro reafirmando um argumento. Muitas vezes a impressão de que você está tendo uma morosidade é apenas uma impressão. A morosidade e o tempo mais largo significam criar as condições para que nós possamos ter as aprovações necessárias.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pode falar, Deputado Beбето.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Quero registrar aqui a presença do Dr. Valtércio, Presidente do TRT da Bahia e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho que nos acompanha e nos dá a honra da sua presença nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Seja Bem vindo. Dr. Valtércio de Oliveira, Desembargador Valtércio de Oliveira, representando o TRT da Bahia e o Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil inteiro.

Peço a V. Exa. que possa sentar à Mesa, para nos honrar com sua presença.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Perdão. Aliás, encaminhamento de votação do requerimento de adiamento de votação. São tantas discussões aqui.

Em votação, o requerimento de adiamento da votação. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

Prejudicado o outro requerimento por não falar o número de sessões que seria adiada a votação.

Em votação projeto de lei...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY Não, Sr. Presidente, há um outro requerimento de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não, não foi recebido. Não há requerimento sobre a mesa.

Em votação projeto de lei...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Há sim, Sr. Presidente, nós apresentamos um requerimento de votação nominal.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, a Mesa está dizendo que não tem. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A Secretaria está dizendo que não tem, Deputada. Eu não vou discutir...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas nós apresentamos. Nós apresentamos.

O requerimento está na mão do Secretário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Aqui há um requerimento de adiamento de votação sem dizer por quantas sessões, se encontra prejudicado, não há nenhum requerimento de adiamento de votação.

Em votação o parecer.

Aqueles Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço a verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Verificação concedida. É regimental.

(Não identificado) - Vamos votar, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Voltou ao normal o sistema.

Está aberta a votação pelo sistema eletrônico.

O sistema não voltou. Então, será o sistema manual.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - É esse sistema e o Governo Dilma, não prestam. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Daniel Almeida? *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Laerte Bessa *(pausa.)* Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - "Sim". Perdão. Houve um erro aqui. Meu voto é "não" contra o adiamento da votação

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Nós estamos votando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Então, votação "sim" ao projeto, ao parecer.



Ela pediu verificação em relação ao projeto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, houve um equívoco da Mesa. Eu gostaria de formular uma questão de ordem. Apenas para caso de registro. Nós apresentamos um requerimento de votação nominal e quando foi perguntado por quantas sessões seria adiado foi dito que eram cinco sessões.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, nós já estamos em votação. V. Exa. vai deixar? Nós já estamos em votação. Faça a chamada, Sr. Presidente. Pela ordem. Nós não podemos votar e ficar discutindo. Nós já abrimos a votação. Agora é a votação. V. Exa. já está chamando os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Votação é assim mesmo. É a votação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Estamos votando o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O erro aqui foi da Secretaria.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Exatamente. Nós queremos votar, e não discutir. Sr., Presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Nós estamos votando o parecer.

Meu voto é "sim".

Deputado Daniel Vilela está ausente.

Deputado Genecias Noronha. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Luiz Carlos Ramos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Paulo Pereira da Silva? *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Roberto Sales. *(Pausa)* Ausente.

Deputado Silvio Costa *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - "Sim".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Lelo Coimbra?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Lucas Vergilio? *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Rôney Nemer.

O SR. DEPUTADO RÔNEY NEMER - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Aureo?

O SR. DEPUTADO AUREO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Augusto Coutinho?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota a Deputada Flávia Morais? *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Erika Kokay, como pediu a verificação, tem que votar Deputada.

Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Vicentinho. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Nós vamos reiniciar a votação, porque houve de novo um problema aqui na Secretaria, em relação à contagem dos votos. Vamos começar e vou pedir aos Srs. Deputados que não atrapalhem o Secretário na hora da contagem dos votos.

Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Laerte Bessa. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Benjamin Maranhão, o voto é "sim" pela aprovação do parecer.

Deputado Daniel Vilela. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Genecias Noronha. *(Pausa.)* Ausente.

Luiz Carlos Busato *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Luiz Carlos Ramos.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Paulo Pereira da Silva? (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Roberto Sales. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Silvio Costa. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota a Deputada Alice Portugal? (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Arthur Oliveira Maia. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Darcísio Perondi. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Lelo Coimbra

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Como vota o Deputado Lucas Vergílio?

Deputado Rôney Nemer.

O SR. DEPUTADO RÔNEY NEMER - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Aureo, Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Flávia Morais. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - "Sim" ao relatório do Deputado Laerte Bessa, em respeito ao Deputado Lelo Coimbra do Espírito Santo, porque esse projeto é do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Muito bem, Deputado. A Deputada Erika Kokay no caso terá que votar, para manter a verificação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A Deputada Gorete Pereira está ausente, o Deputado Leonardo Monteiro está ausente, Deputado



Vicentinho está ausente, Deputado Jorge Côrte Real está ausente; Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputado Fábio Mitidieri. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Côrte Real. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Góes. *(Pausa.)*

Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Deputado Valmir Prascidelli. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Walney Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Beбето.

O SR. DEPUTADO BEBETO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Geovania de Sá.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Jozi Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Adilton Sachetti. *(Pausa.)*

Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Maria Helena. *(Pausa.)*

Deputado Nelson Marchezan Junior. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Lessa. *(Pausa.)*

Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Na relação aqui, Deputado Laercio, ainda está o nome de Arthur Oliveira Maia. Foi um erro. É preciso atualizar isso.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Então, “sim” duas vezes, Sr. Presidente, vale dois votos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - São 14 votos “sim”. O projeto foi aprovado. Parabéns, Deputado Laercio Oliveira.

O próximo é o Projeto de Lei 2.744, de 2015. Relator: Deputado Bebeto.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, o relatório já está disponibilizado. Permita-me ir direto ao voto.

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que propõe a criação de um cargo de Juiz de Tribunal (Desembargador), dez cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e cinco cargos em comissão, nível CJ-3...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Permita-me, Deputado Bebeto. Sr. Presidente, peço a palavra só para eu esclarecer uma coisa que é precedente, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É apenas o seguinte, nós aprovamos a inclusão de um extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em bloco.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Foi em bloco. Eu consultei o Plenário antes, e V.Exa. não se manifestou. Houve a preclusão da manifestação, Deputada. Consulte as notas taquigráficas e verá que isso é verdade.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu consultarei, Sr. Presidente, inclusive porque sumiram, na mesa, os requerimentos de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não sumiram, Deputada. Eu não posso dizer isso. São servidores efetivos da Casa, nós temos que ter respeito aos servidores.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Têm o meu maior respeito, mas nós apresentamos dois requerimentos que ali não estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Com a palavra o Deputado Bebeto, Relator.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que propõe a criação de um cargo de Juiz de



Tribunal (Desembargador), dez cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e cinco cargos em comissão, nível CJ-3, nos Quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do aludido Tribunal, com sede na cidade de Vitória, Espírito Santo.

A justificativa assinala que a proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional da Justiça, em observância ao disposto no inciso IV do art. 77 da Lei nº 12.465, de 2011, sendo aprovada por aquele Colegiado em 18 de agosto de 2015.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Face ao exposto, para assegurar ao Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo condições para seguir ofertando adequadamente a Justiça Social à população Capixaba, no mérito, manifesto o meu voto pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 2.744, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em discussão o parecer.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós estamos apresentando um requerimento de adiamento da discussão. E eu gostaria que V.Exa...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, com todo o respeito, eu quero arguir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Eu já anunciei a discussão. O requerimento está prejudicado.

O SR. DEPUTADO BEBETO - ...a prejudicialidade do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A discussão já tinha sido anunciada, Deputada. Não haveria mais tempo. Existe um requerimento de V.Exa. de adiamento da votação, que cabe, realmente, no momento oportuno. Já está sobre a mesa. Eu já acuso o recebimento desse requerimento. Quanto ao adiamento da discussão, depois de se ter proclamado que se está em discussão, não existe isso, Deputada. Isso se chama preclusão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, Sr. Presidente, eu gostaria de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em discussão, como eu disse antes.

Algum Deputado quer discutir o projeto?



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero discutir.

(Não identificado) - Só não deixe sumir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - A palavra está facultada a V.Exa. para discutir.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E eu estou apresentando também um requerimento de votação nominal, mas isso é para depois.

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Quinze minutos. É regimental, Deputado Augusto.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay. O seu tempo já está sendo registrado, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, no mesmo diapasão da outra discussão, nós estamos aqui falando do fortalecimento do Tribunal Superior do Trabalho.

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse assegurado o silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está assegurado, Deputada. Pode falar, porque estão todos ouvindo com toda a tranquilidade.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. pode ter um conceito diferente do que eu tenho.

Sr. Presidente, eu quero apenas dizer que esse é um projeto de fortalecimento e de aumento de cargos para o Tribunal Superior do Trabalho. Nós achamos que o Tribunal Superior do Trabalho tem tido uma posição absolutamente fundamental para este País. Ele vai dentro da lógica da Justiça do Trabalho.

A Justiça do Trabalho foi criada, como eu disse anteriormente, com a perspectiva de que nós tivéssemos um olhar diferenciado, considerando-se as relações de força diferenciadas neste País, que conviveu quase 400 anos com a escravidão e com a desumanização literal dos trabalhadores que construíam a riqueza desta Nação.

Os trabalhadores que construíram a riqueza deste País foram arrancados do seu próprio território, as pessoas foram arrancadas da sua religiosidade, arrancadas das suas relações familiares, impostas e conduzidas em navios negreiros. Foram



quase 400 anos de escravidão, que foi por muito tempo naturalizada. Por muito tempo foi naturalizada essa escravidão, essa desumanização. Esta desumanização, antes de ser literal, sempre é precedida por uma desumanização simbólica.

Então, neste País tão marcado por casas-grandes e senzalas, nós tivemos a possibilidade de construir uma Justiça do Trabalho, uma Justiça do Trabalho que considerasse essas relações diferenciadas, que considerasse que o trabalhador, quando adentra o ambiente de trabalho, muitas vezes o faz apenas com a sua força de trabalho, apenas com a sua força de trabalho. Ele vende a sua força de trabalho, e muitas vezes a vende por preços absolutamente injustos. E muitas vezes esse trabalhador não consegue libertar o ser humano que está dentro dele no local de trabalho.

Muitas vezes eu penso como são as relações dos indígenas — e querem tirar as terras dos indígenas nesta Casa —, penso nos indígenas que, quando vão ao trabalho, vão carregando a sua cultura, vão carregando os seus antepassados, vão carregando a sua forma de ser, com toda a miríade de relações que o ser humano pode carregar.

O ser humano tem a possibilidade de transbordar ele mesmo e tem a possibilidade de, como ser faltante, ser um ser eternamente querente. O querer do ser humano caracteriza a sua própria humanidade.

Por isso digo que a Justiça do Trabalho foi criada com a perspectiva de se assegurar uma leitura diferenciada, uma leitura diferenciada no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Há que se considerar que os trabalhadores não detêm as mesmas relações de força que têm o patrão.

E eu penso e digo isso porque toda a conquista que nós tivemos... Cabe à Justiça do Trabalho assegurar a CLT, que é um dos maiores instrumentos de defesa de direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Foram os juízes do trabalho que entraram nesta Casa para lutar contra o Projeto 4.330 e que alertaram em grande medida que esse projeto, ao possibilitar a terceirização da atividade-fim, estaria rasgando a CLT e rasgando o artigo que está na nossa Constituição, que assegura os direitos básicos, direitos e garantias individuais, cláusulas pétreas.

Portanto, cabe à Justiça do Trabalho assegurar cláusulas pétreas, direitos e garantias individuais, porque muitas vezes se quer tirar o direito individual, se quer



tirar a garantia individual, se quer que o ser humano se dilua nessa construção humana, nessa construção de ser, de ser. A Justiça do Trabalho assegura isso.

É por isso que nós não temos qualquer óbice. Nós queremos aprovar todos os projetos que digam respeito ao fortalecimento de uma justiça tão cara para os trabalhadores e trabalhadoras, porque muitas vezes, na mesa de negociação ali, se impõe o dono do emprego. Ali o dono do emprego se impõe, o dono do salário se impõe, e o trabalhador não tem essas mesmas condições. E é na Justiça do Trabalho que se recorre para que nós possamos ter esses direitos assegurados.

Quantas horas extras são vilipendiadas? Quantos trabalhadores trabalham mais do que 44 horas, que é a jornada constitucional? Quantos trabalhadores não têm assegurado o seu direito às conquistas que — todas elas — foram fruto de muita luta?

Eu lembro que quando nós comemoramos o 1º de maio, ali lembramos a história dos trabalhadores de Chicago, enforcados porque exigiam que fossem donos do seu próprio tempo, que o seu tempo lhes pertencesse. E o tempo, o tempo, o tempo está sendo ameaçado. O tempo está sendo ameaçado quando se quer, por exemplo... Em uma empresa como o Mcdonald's, uma empresa que está no mundo inteiro, o trabalhador fica à mercê da própria demanda do empregador. O trabalhador fica em uma sala esperando a demanda, mas não recebe. Ele fica ali parado à mercê da empresa, entregando em uma bandeja de prata o seu próprio tempo, a sua própria vida.

E esse trabalhador não tem a remuneração do seu tempo que ali está à disposição do próprio entregador. O trabalhador, nessas empresas como o Mcdonald's... Inclusive, fizemos um requerimento para discutir essa situação aqui nesta Casa porque isso faz parte de uma demanda dos trabalhadores em nível internacional, porque o McDonald's está em todos os lugares com as mesmas práticas, com as mesmas práticas de roubar o tempo que não lhes pertence, porque se nós não podemos ser donos do nosso próprio tempo, donas do nosso próprio tempo, nós podemos questionar se podemos ser sujeitos de nós mesmos, sujeitas de nós mesmas.

Por isso digo que, quando falamos da Justiça do Trabalho, nós nunca fazemos qualquer tipo de reparo ao seu próprio funcionamento. Muitas vezes a



Justiça do Trabalho, em muitas ocasiões na história deste País, esteve calada pelas mordidas impostas pelo patronato, mas hoje — e eu não tenho medo de dizer — a Justiça do Trabalho é quem assegura aquele direito que passou por uma série de violações, que foi sendo arrancado, que foi sendo tomado do próprio trabalhador.

E a Justiça do Trabalho, em grande medida, já percebe que não são apenas os direitos difusos, coletivos que têm que ser assegurados. Esses, sim, têm que ser assegurados: o direito à hora extra, o direito ao salário, o direito ao fundo de garantia, todos esses direitos, que, muitas vezes, são vilipendiados.

Aqui nesta Casa mesmo nós tivemos vários trabalhadores terceirizados que não recebiam o décimo terceiro, que não tinham um depósito pelas empresas do INSS. E várias vezes nós tivemos que recorrer à própria Câmara, à própria Câmara para que ela pudesse assumir o pagamento dos direitos vilipendiados, inclusive de salários que não estavam sendo pagos por essas empresas que terceirizam a mão de obra.

Essas prestadoras de serviço, sem que elas sequer abocanhem a atividade finalística de uma própria empresa, rompem o próprio argumento que foi construído em defesa da terceirização. A terceirização vinha com a roupagem bonita, lustrosa, a roupagem de que havia que se possibilitar às empresas que elas se dedicassem à atividade finalística e não tivessem que perder tempo com as atividades-meio.

Agora, quando se quer terceirizar a atividade finalística, essa roupagem ficou roupida, e essa roupagem foi rasgada, porque aí se mostrou o verdadeiro objetivo da terceirização que se quer impor nesse projeto aprovado por esta Casa e ainda em discussão no Senado. E eu espero que não tenhamos ali a aprovação desse atentado aos direitos dos trabalhadores.

Por isso, nós estamos falando de uma Justiça que é inquestionável e que é uma Justiça como toda Justiça é. E aqui já falei da Lei Maria da Penha, dos tribunais especializados, das varas especializadas, enfim. A Justiça do Trabalho diz respeito aos direitos da maioria das pessoas que estão neste País, da maioria das pessoas, que são os trabalhadores. A maioria não é de empregadores.

Os empregadores se beneficiam da concentração da renda, em grande medida, em grande medida. E nós temos vários empregadores que não respeitam os direitos, ainda que os tenhamos, e é preciso valorizá-los. Vários empregadores,



que respeitam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e que os consideram incontestes, como direitos e garantias individuais, que, aliás, eu repito, fazem parte de cláusulas pétreas da nossa própria Constituição.

Portanto, nós não estamos aqui para votar contra o mérito desse projeto, tanto é que o meu voto foi um voto favorável ao projeto que apreciamos anteriormente e será sempre um voto favorável ao fortalecimento dos tribunais e da Justiça do Trabalho, sempre o será. Sempre o será porque tive neste correr da vida, que, segundo o poeta, à vezes embrulha tudo, a alegria de presidir a Central Única dos Trabalhadores, aqui no Distrito Federal. E tive a alegria de ser a única mulher a presidir um sindicato em mais de 50 anos, o Sindicato dos Bancários de Brasília, e o presidi por dois mandatos consecutivos.

Portanto, eu tenho um compromisso com os trabalhadores. E se eu tenho um compromisso com os trabalhadores e trabalhadoras, tenho um compromisso com o fortalecimento da Justiça do Trabalho. Por isso, sempre votarei favorável.

Quando pedimos que não apreciássemos essa matéria de forma absolutamente açodada, incluindo-a em discussão como extrapauta, é porque queremos criar as condições para aprová-la definitivamente.

E esses são os argumentos que me trazem aqui mais uma vez para dizer que vamos apresentar requerimentos de adiamento da discussão, vamos apresentar requerimentos de votação nominal, porque nós queremos assegurar que tenhamos aqui as condições para que, uma vez aprovada essa matéria nesta Casa, possamos aprová-la em todas as outras Comissões e para que possamos transformá-la em uma matéria que saia da condição de projeto e se estruture enquanto uma própria Lei.

Deputado Bebeto, V.Exa., que é Relator dessa proposição, V.Exa., que sindicalista também é, sabe como nós valorizamos... E digo que não existem ex-sindicalistas. Sindicalistas são opção de vida, opção de estar em um determinado lado da sociedade, em um lado que sempre é menosprezado, vítima de uma arrogância e vítima de uma hipossuficiência de direitos. Por isso, a criação de uma Justiça do Trabalho para que nós pudéssemos... Por isso, a criação de tantas normas regulamentadoras, tantas normas que asseguram a necessidade de termos no trabalho uma relação onde nós nos identifiquemos com a própria vida.



O trabalho não é o lugar onde perdemos os nossos tendões, como perdem os bancários em grande medida, mas não só os bancários, em função da lesão por esforço repetitivo ou da LER/DORT.

O trabalho não pode ser o lugar onde perdemos a nossa capacidade de sonhar, naquele período em que estamos nos dedicando ao exercício da nossa atividade laboral. Ele não pode ser um hiato ou uma lacuna na nossa realização enquanto pessoas.

O trabalho não pode ser algo associado ao sacrifício, embora o nome venha do sacrifício. O nome trabalho, em sua concepção epistemológica, vem do sacrifício, vem do sacrifício, mas o trabalho, penso eu, não é o espaço do sacrifício. O trabalho é o espaço da realização humana.

Por isso, o trabalho não pode ser apartado da própria vida, não pode ser considerado como contraponto da própria felicidade, o contraponto do lazer ou o contraponto das realizações pessoais e das nossas realizações humanas.

Por tudo isso é que nós estamos sempre apoiando a Justiça do Trabalho em nosso País. E por conta disso é que nós achamos que não devemos apreciar e aprovar essa matéria neste dia de hoje, para que possamos assegurar as condições de que tenhamos necessariamente a possibilidade de fazer desta proposição uma lei que seja definitiva. Essa proposta vai passar por outras Comissões, e, além de passar por outras Comissões... Eu estou concluindo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Muito obrigado, Deputada Erika. Já se passaram 15 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Permita-me concluir a frase, Deputado. V.Exa. me permite concluir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Conclua a frase.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se V.Exa., com a gentileza que lhe é natural, permitir-me, eu concludo a frase: esta matéria passará por outras Comissões e ainda por Plenário. Por isso, essa discussão tem que ser sedimentada e construída para que seja duradoura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.



Há sobre a mesa requerimento de adiamento da votação por 5 sessões da Deputada Erika Kokay.

Deseja encaminhar, Deputada Erika?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Pois não. V.Exa. está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É para eu encaminhar o requerimento de adiamento da votação por 5 sessões, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Continuando a minha fala anterior, eu apenas, com mais tempo, com 5 minutos...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Olha o tempo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado Ademir, não roubo tempo de quem quer que seja. Não roubo tempo e não coaduno com aqueles que roubam o tempo que não lhes pertence.

Eu fico pensando, muitas vezes, que o tempo é inexorável. O tempo que nós usamos aqui, fazendo essa discussão, no dia de hoje, não volta mais. Nós vamos nos lembrar, posteriormente, desse tempo e de que foi o açodamento na apreciação desta matéria que dificultou a sua própria aprovação. Nós vamos nos lembrar disso, porque o tempo é implacável, e a história, ainda que alguns tentem impedi-la, ainda que alguns tentem apagá-la, se impõe, vai sempre se impor.

Quanto tempo, Deputado Bebeto, nós tivemos negada a condição de herói a Zumbi dos Palmares? Durante quanto tempo foi negada aos nossos meninos e meninas e a nós mesmos que nós estudássemos, dentro de uma escola, o que significou a resistência de Zumbi dos Palmares? Por quanto tempo nós consideramos como heróis e heroínas aqueles que representavam a dominação do próprio povo brasileiro? E como custa que nós possamos, como fazemos hoje, aqui nesta Casa, resgatar o que foi a Cabanagem, o que foi a Revolta dos Sapateiros, o que foi Zumbi dos Palmares, o que foi a Batalha do Jenipapo, no Piauí. Por quanto tempo nos privaram de reconhecer a nossa própria memória?

O povo brasileiro não é um povo bovino, como alguns ainda teimam chamá-lo. Porque ficam insatisfeitos com os resultados de um processo eleitoral, tentam



chamar o povo nordestino de povo bovino. Mas o povo brasileiro nunca foi bovino. Por isso, ele sabe exatamente a importância de termos uma Justiça do Trabalho, na ponta, quando muitas vezes o desespero acomete os trabalhadores, quando muitas vezes nós não conseguimos fazer com que o trabalhador faça valer um direito que ele sabe estar sendo violado. O trabalhador sabe que a sua hora extra não está sendo paga. O trabalhador sabe que a sua jornada de trabalho não está sendo respeitada. O trabalhador muitas vezes sabe que o seus direitos, o seu FGTS e o seu INSS não estão sendo depositados, e é à Justiça do Trabalho que ele vai recorrer.

Queria eu e, acho, todos os Parlamentares e as Parlamentares desta Comissão que a Justiça do Trabalho fosse mais célere. Por isso, estamos aqui com um objetivo único e unânime de apoiarmos um projeto que diz respeito ao fortalecimento dessa Justiça, para que ela seja mais célere e acessível à população, para que esta possa tê-la mais próximo da sua própria casa, entranhada na sua construção de caminhos na busca de direitos.

Por isto, nós estamos aqui, Deputado Benjamin, nosso Presidente: para dizer para dizer que temos unanimidade e consenso acerca do mérito da matéria, mas temos uma divergência acerca da oportunidade de apreciá-la neste momento, para que possamos, e eu repito — e repito mais de uma vez; já o fiz neste dia de hoje —, conquistar as condições para a sua aprovação incontestes. Isso é necessário para que amanhã não tenhamos problemas com quer que seja, mesmo com o Governo, que previu essa criação de cargos na sua proposta orçamentária, mas quer tempo para poder refletir e assegurar as condições.

Por a despesa com essa aprovação estar prevista no orçamento que vigerá a partir do próximo ano, nós temos todo este ano para aprovar esta matéria. Porque já há a previsão orçamentária, não há necessidade de um adotamento que pode prejudicar a construção de um consenso que, tenho a impressão, é absolutamente necessário.

Neste correr da vida, aprendi que o que é construído com consenso é muito mais permanente. As vitórias impostas, as vitórias em contraponto, as vitórias como demonstração de uma força que muitas vezes não se constrói e não...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Deputada Erika, eu peço que V.Exa. conclua, porque o seu tempo já se esgotou.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu irei concluir a frase, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir.

V.Exa. me permite concluir a frase? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O meu silêncio é a concordância.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Isso. O silêncio fala, V.Exa. tem razão. Muitas pessoas falam pelo silêncio.

Então, Sr. Presidente, para concluir a frase, eu diria que, como todas e todos acreditam que os consensos são mais duradouros e mais permanentes, nós estamos solicitando o adiamento da votação deste projeto neste dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Muito obrigado, Deputada Erika.

Em votação o requerimento.

Aqueles que forem favoráveis ao adiamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento de adiamento da votação por 5 sessões.

Em votação o projeto de lei.

Há requerimento de votação nominal sobre a mesa.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - O requerimento tem que ser votado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - V.Exa. tem a palavra para encaminhar o requerimento, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu vou encaminhá-lo. Peço 5 minutos para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Está concedido o seu tempo, Deputada Erika.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Obrigada.

Sr. Presidente, nós não temos quórum nesta sessão de hoje. Nós não temos quórum, V.Exa. sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Não, Deputada. Já houve várias verificações aqui.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. sabe que nós não temos quórum, é só contar. Nós temos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 Parlamentares aqui, a metade do que seria o quórum.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que nós estamos dentro do interstício e, por isso, não será permitida uma nova verificação. Assim, nós vamos aprovar uma matéria sem quórum regimental para tanto. Por isso que estou solicitando a votação nominal, para que não parem dúvidas, para que amanhã não se diga que uma matéria dessa envergadura e dessa importância foi aprovada nesta Comissão sem quórum, porque todos nós sabemos que não há quórum.

Conto de novo: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 Parlamentares, contando comigo. Portanto, temos praticamente a metade do que seria o quórum de 14 Parlamentares. V.Exa. sabe que não há quórum. Todas e todos aqui sabem que não há quórum. Entretanto, como se está dentro do interstício, vai ser aprovada uma proposição, por unanimidade, sem quórum. Há 9 Parlamentares, com a Deputada Flávia.

Então, Sr. Presidente, nós estamos solicitando uma votação nominal exatamente para que não haja qualquer tipo de questionamento, para que amanhã não se diga que uma matéria de tamanha relevância foi aprovada numa Comissão sem o quórum regimental necessário. Portanto, estou solicitando a verificação nominal, para que não haja qualquer dúvida acerca da aprovação desta proposição.

Se essa fosse uma Comissão com 50 Parlamentares, como é, me parece, a CCJ, ou mais do que isso, 60, talvez nós tivéssemos diferença, nós teríamos dificuldade de verificar a existência ou não de quórum, mas não há quórum. Nós vamos aprovar uma proposição sem quórum regimental, simplesmente, porque está dentro de um interstício de 1 hora, e, por isso, nós estamos nessa situação.

Então, veja, quando nós estamos solicitando a votação nominal, é com esse objetivo. É com o objetivo de que nós possamos realmente aprovar, ainda que se diga: *“Não, há outros Parlamentares em outras Comissões”*. Não importa. Os



Parlamentares podem vir aqui. E se existem Parlamentares em outras Comissões, como foi dito pelo Deputado, mais um motivo para que se tenha a votação nominal. Porque, aí, se houver a votação nominal, os Parlamentares podem se dirigir para esta Comissão, podem colocar o seu voto de forma incontestável, sem pairar sobre esse resultado qualquer dúvida, e, aí, você tem uma gloriosa vitória que corresponde ao mérito da matéria à que, eu repito, nós não somos contrários.

A bancada do Partido dos Trabalhadores tem o maior respeito pela Justiça do Trabalho. A bancada do Partido dos Trabalhadores entende que este é um instrumento e um recurso que foi criado para estabelecer um olhar diferenciado para os trabalhadores e trabalhadoras deste País. Trabalhadores e trabalhadoras que, talvez, num dos únicos países do mundo, têm enfrentado essa escravidão, essa escravidão que arranca a alma, essa escravidão que arranca a humanidade, essa escravidão que é desumanizante, e, que, em grande medida, nós ainda temos hoje no nosso País.

E temos hoje no nosso País, e, aí, digam os auditores do trabalho que resgataram milhares de trabalhadores e trabalhadoras. E, aqui, aproveito para dizer que nós não podemos permitir que haja a flexibilização do que se caracteriza enquanto trabalho análogo ao trabalho escravo. Nós não podemos permitir que condições degradantes ou que jornada extorsiva sejam retiradas das condições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Peço a V.Exa. que conclua.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu vou concluir todo o meu prazo, Presidente. Faltam 17 segundos e concluirei no tempo previsto.

Então, veja, não podemos permitir que haja esse tipo de flexibilização, em nome da Justiça do Trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras, e para que possamos fazer o luto da escravidão. Por isso, esses são os meus argumentos, Presidente. Obrigado por me deixar concluir a frase.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Em votação. Aqueles que forem favoráveis ao requerimento de quebra de interstício de votação nominal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



Em votação o Projeto de Lei. Aqueles que forem favoráveis à sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Quero fazer declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Quero passar a palavra ao Deputado Ademir Camilo, mas, antes, aproveitando a presença do Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Superiores do Trabalho, quero falar de todo o esforço que foi feito por esta Presidência enfrentando uma obstrução tenaz do Governo, uma obstrução tenaz em relação à aprovação desses Projetos de Lei que visam equipar, que visam melhorar o atendimento dos Tribunais Regionais do Trabalho para a população, que é a sua função, melhorar essa assistência jurisdicional, dando agilidade, todos os Projetos de Lei que a Comissão votou com ampla maioria, com todas essas dificuldades que foram colocadas, requerimentos e mais requerimentos, de adiamento de votação, de adiamento de discussão. Quero parabenizar também os Deputados que aqui permaneceram, todos vocês que aqui permaneceram, para que nós pudéssemos deliberar.

Eu acho que o grande desafio desta Comissão, o trabalho é isso mesmo, é fazer com que seja deliberado. Nós temos mais de 300 Projetos prontos para a pauta. Quando eu apresento uma pauta com 57, 60, itens, é a responsabilidade que me chama a fazer isso. Porque sei do trabalho que cada um de V.Exas. teve em relação à formulação do parecer. Hoje, o Deputado Lucas me procurou com vários Projetos que estão prontos para a Relatoria. Tenho colocado de todos, independente da posição político-partidária, na pauta, para que sejam votados mesmo.

E agradeço mais uma vez por estarem presentes. E quero parabenizar mais uma vez a Justiça do Trabalho pela presença aqui. E a Comissão sempre será parceira da Justiça do Trabalho.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, rapidamente. Eu queria aqui fazer um destaque a V.Exa., mas, sobretudo, a todos aqueles que estão aqui. Obviamente que o mérito todos aprovaram, mas nós não podemos ter 2 pesos e 2 medidas. Eu, Deputado por Minas Gerais, fiz aqui o pedido ao Deputado Lelo, que estava presidindo a Comissão, para estar aqui neste momento defendendo o



Projeto do seu Estado. E, nós, aqui, em quase nenhum momento, discutimos com tanto tempo, com tanto pedido, efetivamente, esse Projeto, um Projeto simplório que cria 1 cargo de desembargador — 1 único cargo. E, em nenhum momento, a não ser os Relatores, Deputado Laerte e o Deputado Bebeto, declinou-se o que estava votando.

Nós temos que ter a responsabilidade e o tratamento republicano de que o meu Estado de Minas Gerais, apesar de ser enormemente maior do que o Estado do Espírito Santo... Mas a necessidade, o crescimento populacional e a necessidade dos trabalhadores que vão ter mais acesso à Justiça do Trabalho, tenham a oportunidade...

E, por fim, nós estamos falando em algo de 2012, que a grande maioria dos Deputados que estão aqui já conhece; a grande maioria é de outra Legislatura. Nós não podemos estancar, paralisar, algo que efetivamente vem sendo trabalhado dentro de uma lógica. Sabemos que temos algumas dificuldades, mas são dificuldades de Governo, e uma grande maioria criada pelo Governo. E eu sou da base, e está falando aqui quem ajudou o Governo.

Quando se fala em criação de um único cargo de Desembargador, um único cargo, e quantos nós já votamos aqui, expansão de cargos do Executivo? Na totalidade, 35 mil, de uma vez só; como se diz, de uma pancada só, Presidente Valtércio. A sua presença aqui nos engrandece.

Eu queria terminar dizendo a V.Exa. que nós agora vamos construir um outro tipo de pauta, onde todos os projetos estarão na CFT, onde há adequação financeira, e que o próprio Governo, em conjunto com a autonomia do Judiciário, encaminhou. Veja bem: nós estamos falando que é algo que o Governo concorda que haja recurso.

Então, eu queria aqui de forma especial, pedindo aos colegas, ao Deputado Sóstenes, que fez o compromisso de estar aqui até o final. Mas como esse Projeto vem lá do Espírito Santo, ao Deputado Lelo Coimbra, render todas as homenagens, e, ao Presidente do Colégio dos Desembargadores e todos os Presidentes aqui do Tribunal do Trabalho, o nosso agradecimento, pois enriquecem, aqui, a nossa reunião. E, com certeza, o trabalho conjunto vai nos dar oportunidade ainda de fazer boas e melhores leis para os trabalhadores deste Brasil.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Quero passar a palavra ao Desembargador Presidente, que quer dirigir umas palavras aos Deputados. parabéns, Deputado Lelo.

O SR. VALTÉRCIO DE OLIVEIRA - Em nome do Colégio de Presidentes e Corregedores, em nome da Justiça do Trabalho, em nome do TST, nós queremos registrar a nossa gratidão a esta Casa que tão bem tem entendido os reclamos de uma sociedade que hoje já conta com 1 milhão de desempregados, e que este contingente chegará às portas da Justiça do Trabalho com uma condição, hoje, porque, antigamente, o empregador ainda pagava a rescisão contratual. Hoje, ele diz: *“Vá receber tudo na Justiça do Trabalho”*. Então, espera-se 5, 6, meses, para receber, Deputado Benjamin, apenas uma rescisão contratual.

Então, eu quero registrar a minha gratidão por tão bom acolhimento. Isso prova que, como reza a nossa Carta Magna, os Poderes são independentes, mas harmônicos entre si. Então, essa é a harmonia que nós queremos construir junto com o Executivo, para um País cada vez mais justo, mais solidário e mais fraterno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benjamin Maranhão) - Obrigado, Desembargador. Quero me congratular mais uma vez com a Justiça do Trabalho e dizer que esta Comissão é parceira da Justiça do Trabalho na defesa dos direitos do trabalhador brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes, convocando os Srs. membros para Audiência Pública a realizar-se logo mais, às 14h30min, para discutir o Projeto de Lei 8.015, que altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, para restringir a aplicação de recursos do FGTS às áreas de saúde.

Está encerrada a presente reunião.